



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**JOÃO FRANCISCO SOARES ROSA**

**VIOLÊNCIA URBANA NA CIDADE DA PRAIA/CABO VERDE**

**RECIFE**

**2018**

**JOÃO FRANCISCO SOARES ROSA**

**VIOLÊNCIA URBANA NA CIDADE DA PRAIA/CABO VERDE**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco.

**Área Temática:** Serviço Social, Direitos Sociais e Movimentos Sociais.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valdilene Pereira Viana Schmaller.

Recife  
2018

Catálogo na Fonte  
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

R788v	<p>Rosa, João Francisco Soares Violência urbana na cidade da Praia/Cabo Verde / João Francisco Soares Rosa. - 2018. 163 folhas: il. 30 cm.</p> <p>Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Valdilene Pereira Viana Schmaller. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2018. Inclui referências e apêndices.</p> <p>1. Questão social. 2. Violência urbana. 3. Participação social. I. Schmaller, Valdilene Pereira Viana (Orientadora). II. Título</p> <p>361.1 CDD (22. ed.)</p>	<p>UFPE (CSA 2018 – 057)</p>
-------	---	------------------------------

JOÃO FRANCISCO SOARES ROSA

**VIOLÊNCIA URBANA NA CIDADE DA PRAIA/CABO VERDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Aprovado em: 16/03/2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valdilene Pereira Viana Schmaller (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças e Silva (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Delaine Cavalcanti Santana de Melo (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

*À minha família, principalmente a meu saudoso pai e à minha mãe, por todo o carinho e dedicação que sempre me dispensaram e pelo excelente exemplo de caráter e respeito que me deram. Aos meus irmãos e irmãs, pela amizade incondicional e por todo apoio e incentivo, principalmente naqueles momentos de maior dificuldade, dando forças para ir em busca dos meus objetivos.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a todos aqueles que me auxiliaram, direta ou indiretamente, na realização deste trabalho. Em especial, manifesto o meu elevado reconhecimento à Professora Doutora Valdilene Pereira Viana Schmaller e Doutora Mônica Rodrigues Costa, ambas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. À primeira, minha orientadora, agradeço por todo o apoio oferecido, disponibilizando o seu tempo e o seu saber acadêmico e científico na produção deste trabalho, e à segunda, por acolher o meu projeto de pesquisa inicial e, embora impossibilitada de continuar me orientando, deu um contributo importante.

A todos os meus professores (as) agradeço o comprometimento em transmitir seus conhecimentos durante o Mestrado em Serviço Social, contribuindo para a obtenção de competências necessárias à conclusão do Curso. Assim como não poderia deixar de agradecer aos meus colegas, pela partilha de conhecimentos e pela gentileza e respeito com que sempre me trataram.

Agradeço também, do fundo do coração, em especial às minhas queridas amigas Raquel e Elsa, pela convivência fraterna e amizade que sempre demonstraram e pelo apoio desde a minha chegada ao Brasil, muito importantes na motivação para seguir os meus objetivos.

À Maria Christina Malta de Almeida Costa, pelo apoio e excelente trabalho de revisão de ortografia e formatação em acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

E por último, muito grato à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) por ter aceito prontamente a solicitação da carta de aceite que permitiu minha candidatura à bolsa de estudos e, por conseguinte, titular-me nesta prestigiada instituição de ensino. Aqui meu registro muito especial ao CNPq/Capes, relacionado ao Programa de Estudantes de Convênio de Pós-graduação (PEC-PG), pelo auxílio financeiro que permitiu a minha estada durante a realização do Curso, o que me propiciou oportunidades de aprendizagens no campo acadêmico e da pesquisa.

## RESUMO

Este estudo objetivou analisar as determinações sociais e econômicas das violências urbanas na cidade da Praia/Cabo Verde. Apreende o conceito de violência urbana em suas múltiplas determinações sociais, a partir das contradições emergentes na sociedade capitalista contemporânea. Nestes termos, a violência é definida como fenômeno histórico e socialmente construído. Na atualidade, seu agravamento decorre das transformações operadas pela sociedade capitalista que induz ao aumento das desigualdades sociais e econômicas que gera o aumento das expressões da questão social, conseqüentemente, a subalternização da classe trabalhadora e a criminalização da pobreza. Um dos principais problemas em evidência na cidade da Praia é o aumento da violência urbana relacionada com as gangues denominadas *Thugs*. Roubo, furto, assalto a mão armada, tráfico de drogas, dentre outros problemas, geram medo e insegurança na população residente nas periferias da cidade. Estas expressões de violências são imputadas geralmente aos jovens, na sua maioria pobres moradores das periferias, tornando o espaço periférico o lugar da proliferação de causas e tipos de violências que afetam a cidade, o que tem resultado numa maior vigilância/repressão/marginalização por parte do Estado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de base exploratória, subsidiada pela investigação documental (2007-2016); apropria-se da técnica de análise de conteúdo como procedimento de sistematização e do tratamento automático com ajuda do *IRaMuTeQ*, que permitiu a revisão e análise dos dados coletados. O corpo de análise constituiu-se de um conjunto de documentos de diferentes tipos: relatórios oficiais, programas/planos e informações sobre o enfrentamento das violências, acessadas no site oficial do Governo de Cabo Verde, relatórios de agências internacionais e ONGs, normas, artigos científicos, teses e dissertações disponíveis na internet, que abordam temáticas específicas sobre a violência na cidade da Praia e/ou questões mais amplas que permitiram aprofundar o nosso conhecimento sobre a situação econômica, política e sociocultural de Cabo Verde. Os resultados apontaram que os baixos índices dos indicadores sociais e econômicos aumentam negativamente as violências na cidade da Praia, principalmente os eventos relacionados à falta de planejamento urbano e à negação de direitos sociais e de cidadania impostos pelo projeto neoliberal. A segurança nos centros urbanos provém de políticas emergenciais e/ou repressivas por parte do Estado, o que em certa medida aumenta o sentimento de medo e insegurança e leva as populações a procurar individualmente formas de proteção. Evidenciamos que, para além das suas ações de protagonismo social, alguns movimentos são cooptados pelo Estado, impedindo-os de organizar ou mobilizar ações contra forças hegemônicas, capazes de fortalecer a participação social na luta pela cidadania. O aumento das expressões da questão social, conseqüentemente o aumento da negação dos direitos sociais, das precariedades e das vulnerabilidades das classes subalternizadas revelou-se determinante para a não redução das violências urbanas.

**Palavras-chave:** Questão Social. Violência. Violência Urbana. Participação Social.

## ABSTRACT

This study aimed to analyze the social and economic determinations of urban violence in the city of Praia / Cape Verde. It apprehends the concept of urban violence in its multiple social determinations, starting from the emerging contradictions in contemporary capitalist society. In these terms, violence is defined as a historical and socially constructed phenomenon. At present, its aggravation is due to the transformations operated by capitalist society, which induces the increase of social and economic inequalities that generates the increase in the expressions of the social issue, consequently, the subalternation of the working class and the criminalization of poverty. One of the main problems in evidence in the city of Praia is the increase in urban violence related to the gangs known as *Thugs*, robbery, theft, armed robbery, drug dealing, problems that generate fear and insecurity to the population living in the peripheries of the city. These expressions of violence are generally imputed to the young people, most of whom are poor residents of the peripheries, making peripheral space the place for the proliferation of causes and types of violence that affects the city, which has generated a bigger vigilance / repression / marginalization on the part of the State. It treats on a qualitative research with exploratory basis, subsidized by documentary research (2007-2016), appropriating the technique of content analysis as a systematization procedure and automatic treatment with the help of *IRaMuTeQ* that allowed the review and analysis of the collected data. The body of analysis consisted of a set of documents of different types: official reports, programs / plans and information about the confrontation of violence accessed on the official website of the Government of Cape Verde, reports of international agencies and ONGs, norms, scientific articles , theses and dissertations available on the Internet that address specific themes about violence in the city of Praia and or wider issues that allowed us to deepen our knowledge about the economic, political and sociocultural situation of Cape Verde. The results pointed out that the low indexes of social and economic indicators increase negatively the violence in the city of Praia, especially the events correlated with the lack of urban planning and the denial of social rights and citizenship imposed by the neoliberal project. Security in urban centers comes from emergency and/or repressive policies by the State, which to a certain extent increases the feeling of fear and insecurity, and led populations to individually seek forms of protection. We show that, in addition to their actions of social protagonism, some movements are coopted by the State, preventing them from organizing or mobilizing counter-hegemonic actions capable of strengthening social participation in the struggle for citizenship. The increase of the expressions of the social issue, consequently, the increase of the denial of social rights, the precariousness and the vulnerabilities of the subalternized classes proved to be decisive for the non-reduction of urban violence.

**Keywords:** Social Issue. Violence. Urban Violence. Social Participation.

## RAZUMU (LÍNGUA CRIOULA CABO-VERDIANA)

Es studu ta analiza kauzas sosial y ikonómiku di violénsia urbanu, na kapital di Kabuverdi. El ta aborda konseitu di violénsia urbanu y tudu si kauzas, a-partir di kontradisons ki ta izisti na sosiedadis kapitalista di gósi. Asi, violénsia ta difinidu komu un fenomenu stóriku ki ten raís na própi sosiedadi. Atualmenti, si agravamentu ta ben di transformasons ki da na sosiedadi kapitalista y ki provoka dizigualdades sosial y ikonómiku ki, pa si bês, subalterniza klasi di trabadjador y menuspresa situason di pobréza. Un di kes probléma más grandi di sidadi di Praia é aumentu di violénsia urbanu ligadu ku fenomenu “*thugs*”, ku robu, ku furtu, ku asaltu di arma na mon, ku tráfikku di dróga, u-ki ta kauza medu y insiguransa na populason rizidenti di zónas periférikku. Es manifestason di violéncias, jeralmenti, ta fladu ma el sta ligadu ku jóvens, na si maioria póbris y di zónas periférikku, ki ta transforma na fonti di violéncias ki ta afeta sidadi y ki ta iziji tomadas di midida pa parti di Stadu. Es trabadju ten un bazi sploratóriu, ku bazi na invistigason dokumental (2007-2016) y ku téknika di análizi di konteúdu, sistematizason y tratamentu automatiku, inspiradu na ajuda di *IraMuTeQ* ki ta piriti revizon y análizi di dadus rakodjidu. Matéria analizadu é un konjuntu di dokumentus di naturéza diferenti: ralatórius ofisial; programas, planus y informasons sobri abordájen di violéncias na “*site*” Ofisial di Govérnu di Kabuverdi; ralatórius di ajéncias internasional y ONGs; nórmes, artigus sientífiku, tézis y disertasons disponível na internet y ki ta trata di témas spesífiku sobri violénsia na sidadadi di Praia, ô di kistons más anplu ki ta piriti aprofunda nos konhisimentu sobri situason ikonómiku, pulítiku y sosiokultural di Kabuverdi. Razultadus ta mostra ma índisi baxu di indikadoris sosial y ikonómiku ta kauza aumentu di violénsia na sidadi di Praia, prinsipalmenti ku situasons ki manifesta falta di planeamentu urbanu y negason di direitus sosial y di sidadania ki ta razulta di projétu neoliberal. Suguransa na séntrus urbanu ta dipende di pulítikas represivu di Stadu, u-ki na un sértu midida ta aumenta sentimentu di medu y di insiguransa y ta obriga populason s prokura, es mé, fórmas di proteje ses kabéza. Nu ta dexa klaru ma alguns movimentu, pa alén di asons sosial ki es própi es ta protagoniza, alguns di entri es ta konfronta ku pulítika di Stadu ki ta inpidi-s di organiza ô di dizenvolve asons anti-ejemóniku y kapás di fortalisi partisipason sosial na afirmason di sidadania. Aumentu di situason di negason di direitus, di frajilidadi y di vulnerabilidadi y di marjinalizason di klasis sosial é diterminanti pa violénsia urbanu ka raduzi.

**Palavras-chavis:** Kiston sosial. Violénsia. Violénsia urbanu. Partisipason sosial.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acrides	Associação de Crianças Desfavorecidas
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
AZM	Associação Zé Moniz
BM	Banco Mundial
CICVU	Comissão Interministerial de Combate à Violência Urbana
CCCD	Comissão de Coordenação do Combate à Droga
Cedeao	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CMP	Câmara Municipal da Praia
CNPS	Centro Nacional de Pensões Sociais
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
FMI	Fundo Monetário Internacional
Icca	Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente
IDE	Investimentos Diretos Estrangeiros
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IRaMuTeQ	Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires
MpD	Movimento para a Democracia
ODA	Official Development Assistance
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organizações da Sociedade Civil
ONU	Organização das Nações Unidas
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PEDTCV	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde
Pesi	Programa Estratégico de Segurança Interna
PGSD	Promoção de Grupos Sociais Desfavorecidos
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLP	Programa Nacional de Luta contra a Pobreza
Quibb	Questionário Unificado dos Indicadores Básicos de Bem-Estar
UCE	Unidade do Contexto Elementar
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente..... 76

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO 1 – A VIOLÊNCIA NO CAPITALISMO .....	18
1.1. A violência no capitalismo .....	18
1.2. As violências como expressão da Questão Social .....	28
1.3. As múltiplas determinações das violências .....	35
CAPÍTULO 2 – A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA .....	45
2.1. As violências como fenômeno social e suas expressões na relação entre o estado capitalista e a sociedade .....	45
2.2. A violência estrutural .....	52
2.3. As violências urbanas como expressão da violência estrutural.....	61
CAPÍTULO 3 – AS VIOLÊNCIAS URBANAS NA CIDADE DA PRAIA/CABO VERDE .....	68
3.1. Caminhos metodológicos .....	68
3.1.1. Procedimentos de coleta e análise dos dados .....	70
3.1.1.1. Análise documental .....	72
3.1.1.2. Análise a partir do <i>software IRaMuTeQ</i> .....	73
3.2. Caracterização de Cabo Verde .....	76
3.2.1. Contexto histórico, político e econômico .....	76
3.2.1.1. Crescimento Econômico e o projeto neoliberal de desenvolvimento em Cabo Verde .....	83
3.2.1.2. Determinantes das desigualdades sociais e econômicas .....	88
3.2.2. A dinâmica demográfica e o crescimento urbano.....	91
3.3. Resultados e discussão.....	96
3.3.1. A cidade da Praia .....	96
3.3.2. As condições de vida da população residente na periferia.....	98
3.3.3. As multicausalidades das violências urbanas .....	101
3.3.4. Ações do Estado frente ao aumento das expressões das violências urbanas .....	112
3.3.5. A sociedade civil organizada no enfrentamento das violências urbanas.....	121
3.3.6. Organização e mobilização da população no enfrentamento das violências urbanas .....	128
3.4. As violências urbanas e o aumento da insegurança pública como agravamento das expressões da questão social .....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	144
REFERÊNCIAS .....	148
APÊNDICE A – Roteiro da pesquisa documental .....	158

## INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo vem vivenciando, desde meados do século XX, mudanças nos setores econômicos, tecnológicos e da vida social, que modificaram as relações sociais, políticas e culturais. No mesmo período, os países africanos apresentaram bom desempenho econômico, o que contribuiu para seu processo de desenvolvimento. Dentre estes países, podemos citar Cabo Verde. No entanto, é importante ressaltar que, como toda sociedade fundamentada no modelo capitalista de produção e reprodução social cada vez mais globalizada, os países em desenvolvimento vêm apresentando um conjunto de contradições que comprometem a consolidação dos avanços conquistados na área dos direitos sociais e de cidadania.

As mudanças da sociedade cabo-verdiana são notórias, principalmente com os crescentes investimentos externos do setor privado, especialmente nos segmentos do turismo, serviços e comércio, com contribuições para a melhoria das condições de vida da população, em nível econômico e sociocultural. Todavia, a melhoria das condições de vida tem tido um impacto muito maior para um reduzido número da população, com pouca expressão para a maioria, tendo como consequência o aumento das pressões relativas à questão social, que nos últimos anos vêm se agravando, com um aumento da concentração da população nas regiões urbanas bem como dos problemas sociais urbanos, especificamente as taxas crescentes de violência urbana.

O interesse pelo tema da violência urbana decorre de nossas aproximações iniciais com a problemática, no período da graduação em serviço social, e de inquietações germinadas nos debates acadêmicos de que oportunamente participamos durante nossa formação profissional, e é fruto de reflexões sobre a temática violência, que atinge diversamente as populações urbanas, especialmente das periferias.

Apreendemos que, na contemporaneidade, a materialidade da violência atinge todos os grupos sociais e pessoas de diversas faixas etárias, etnias, gênero, etc. A violência urbana em suas múltiplas formas - sejam crimes comuns ou organizados, tráfico de drogas e de pessoas, violação dos direitos humanos, de gênero e geração, violências contra pessoas, sejam patrimoniais/propriedade privada, tornou-se um dos principais desafios para o Estado e para a efetivação de políticas sociais.

O sistema social dominante eleva ao máximo a promessa de felicidade a todos através do empreendedorismo, que promove a ascensão social individual em meio a uma distribuição desigual de recursos destinados a este fim. A sociedade moderna está permeada de contradições e conflitos que perpassam as relações sociais desiguais e produzem continuamente uma grande quantidade de “população excedente”, em meio ao rápido progresso social e econômico. Entretanto, nas grandes cidades, impõe-se a essa população conviver em periferias urbanas fragmentadas social e espacialmente.

As “cidades globais periféricas”<sup>1</sup> do século XXI, como é o caso da cidade da Praia, situada em Cabo Verde, vêm se desenvolvendo sob a perspectiva de uma política de exclusão que se expressa nos crescentes espaços periféricos e marginalizados onde a maioria da população subalterna convive diariamente com uma diversidade de situações (baixa escolaridade, precárias condições de emprego e renda, miserabilidade, habitação precária, etc.) e diversas outras formas de violências que criam barreiras para a reprodução da vida social. Não obstante, esses espaços também são frequentemente identificados como locais de onde emergem todos os tipos de violências, que colocam em risco a estabilidade social, contribuindo para a marginalização dos seus habitantes, negligenciando os direitos humanos fundamentais e fomentando os problemas criados e fortalecidos globalmente.

As violências ou a violência podem ser definidas como fenômeno histórico e socialmente construído. Resultam do uso da força e da coerção do homem a outrem, podem gerar agravos à saúde, danos físicos, morais, psicológicos e materiais às vítimas, bem como originar alienação ideológica e cultural de uma nação. Além disso, apreendemos que as causas das violências são complexas, multifatoriais e provenientes de relações desiguais de dominação e/ou submissão em sociedades capitalistas.

---

<sup>1</sup> Conforme Maricato (2015), com a globalização emergem novos centros de reprodução do capital a nível mundial e alguns centros urbanos periféricos se transformam em “cidades globais” que exportam excedentes de capital. As urbanizações dos baixos salários nesses novos centros urbanos agravam as desigualdades sociais e ao mesmo tempo em que se apresentam como espaço de novas oportunidades também se tornam espaços de negação da vida. Por um lado, as oportunidades de realização social não dão conta das altas demandas por trabalho por parte dos novos habitantes e, por outro lado, a falta de políticas sociais voltadas ao planejamento, organização do espaço e inclusão social transforma tais cidades em espaços de exclusão, segregação e negação da realização da vida. Assim, a reprodução do capital globalizado aprofunda a questão social e as piores formas de violência que é a negação dos direitos humanos fundamentais que só se agravam com o aumento da exploração e expropriação do trabalho nas periferias da sociedade capitalista.

O fenômeno da violência urbana historicamente é um dos maiores desafios dos Estados/nações, seja por seu agravamento (aumento nos indicadores; taxas; multiplicidade dos tipos; multicausalidade; características dos agressores; perfil das vítimas; custos), seja pela necessidade de implantar ações para seu enfrentamento (qualificação e formação dos profissionais dos serviços públicos de proteção e segurança pública; programas de proteção às vítimas, criação de estratégias e métodos de intervenção inovadoras etc.) que pretendem ser cada vez mais sofisticados para garantir a segurança pública, mas que tendem a se afastar de uma das premissas importantes da sociedade humana, que é a valorização da vida, ou seja, a promoção de interesses coletivos da realização social.

Em relação ao agravamento das expressões da questão social em Cabo Verde, podemos observar que predominam os crimes violentos contra as pessoas e contra a propriedade, nomeadamente: o aumento dos casos de homicídios; agressões físicas; assaltos a mão armada em locais públicos e privados a transeuntes; roubos e confrontos entre gangues de rua.

Na cidade da Praia, aliada às transformações socioeconômicas neoliberais há uma crescente migração da população, aumento das expressões da questão social, como a pobreza e a exclusão social, violências urbanas e surgimento de periferias que simbolizam as precárias condições de vida dos pobres urbanos. Atualmente, a violência desponta como um dos principais problemas dos centros urbanos de Cabo Verde, especialmente na Praia.

A população da Praia vem convivendo com o crescimento da violência urbana desde finais dos anos 1990. São várias as explicações para este fenômeno, na literatura<sup>2</sup>: alguns autores o relacionam ao aumento das desigualdades sociais e da pobreza, crescimento desordenado das periferias e surgimento de alguns grupos sociais marginalizados (aumento do número das gangues de rua denominadas, na língua local, de *Thugs*<sup>3</sup>, encaradas como os principais agentes de violência no espaço

---

<sup>2</sup> Cf: ROQUE; CARDOSO (2008); LIMA (2010); BORDONARO (2010; 2012b); NASCIMENTO (2011); FURTADO; PINHEIRO; ALMEIDA (2011); PEÇA (2012); MONTEIRO et al. (2012); CARDOSO (2012); STEFANI (2015); dentre outros.

<sup>3</sup> Os *thugs* surgiram na cidade da Praia por volta dos anos 2000 e comportam adolescentes e jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos aproximadamente, em situação de agravamento de suas condições socioeconômicas (LIMA, 2010). Atualmente, estão ativos na cidade da Praia cerca de 89 gangues de rua, das quais 4 são exclusivamente compostos por crianças com idade inferior a 15 anos, e 7 por jovens do sexo feminino (LIMA, 2015). Segundo Lima (2010, p. 15), convém esclarecer que os grupos de *thugs* têm uma particularidade em relação aos designados de grupos de *kassu bodi* (do inglês *cash or body*). Os grupos *thugs* têm como principal atividade o tráfico de drogas e a proteção

urbano). Todos esses fatores vêm contribuindo para os índices de eventos violentos na cidade, nos últimos tempos. Ressaltamos que esse fenômeno tem despertado o interesse do Estado e da sociedade civil, no que se refere ao seu enfrentamento.

O rápido crescimento da violência urbana e a conseqüente implantação de políticas de segurança pública acarretaram, na população, o aumento e a difusão do sentimento de medo e de insegurança. Para enfrentar a situação, têm surgido propostas de enfrentamento essencialmente repressivas, desvelando tensões e contradições entre os grupos organizados da sociedade civil e o Estado.

Este estudo, para além de tratar a questão das violências como um problema complexo e que se expressa de múltiplas formas na sociedade moderna e contemporânea, objetivou apreender o que as determinam enquanto fenômeno social e histórico, a partir das contradições sociais provocadas pelos impactos das políticas neoliberais. Desta forma, questionamos: quais os determinantes sociais e econômicos que incidem no aumento das violências urbanas na cidade da Praia/Cabo Verde?

Para responder ao problema de pesquisa, partimos inicialmente de duas concepções teóricas distintas para desvendar e entender o fenômeno da violência em suas múltiplas determinações. A primeira concepção, fundada na teoria positivista da sociedade, caracteriza a violência como um fato social que resulta da erosão da lei e da ordem. A segunda concepção, enquanto teoria que norteia o nosso estudo, compreende a violência como expressão da questão social e seu agravamento ocorre devido ao aumento da desigualdade social. Portanto, se, por um lado, temos políticas públicas de caráter emergencial, baseadas em ações de controle e repressão, visando a ordem pública, por outro lado, contraditoriamente, seu enfrentamento requer a ampliação das ações de controle social sobre o Estado, bem como o alargamento das políticas sociais de proteção social, fundamentais para a reprodução da vida social e da existência humana.

Para a efetivação deste estudo, delineamos os seguintes objetivos: Geral - Analisar as determinações sociais das violências urbanas na cidade da Praia/Cabo Verde, procurando, especificamente: 1) Evidenciar as condições de vida da população residente na periferia; 2) Identificar as multicausalidades das violências urbanas; 3) Analisar as estratégias de enfrentamento das violências.

---

territorial, ao contrário dos grupos de *kassu bodi*, cuja atividade principal é o roubo, mas estão sempre interligados, pois é ali que são recrutados possíveis integrantes dos *thugs*.

Para responder aos objetivos, optamos pela pesquisa qualitativa do tipo exploratória. Como procedimento metodológico recorreremos à pesquisa documental e utilizamos a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2002). Utilizamos um *software* de análise de textos denominado IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), para sistematizar os dados coletados em fontes secundárias, obtidos em documentos oficiais, relatórios, normatizações, portarias, pesquisas e textos publicados e/ou divulgados pelas agências governamentais do Governo de Cabo Verde e por organismos internacionais. Ressaltamos que também obtivemos dados em artigos especializados publicados no período de 2007 a 2016.

Este estudo contém três partes relacionadas entre si, nas quais pretendemos apresentar a problemática da violência, bem como a realidade da cidade da Praia. Para tal, foi necessário realizar mediações entre o objeto e o fenômeno estudado. Essas aproximações e reaproximações se tornaram essenciais para desvendar as contradições sociais, revelar as estratégias de enfrentamento, bem como apreender as múltiplas determinações do fenômeno da violência urbana na cidade da Praia, a capital de Cabo Verde.

A primeira parte aborda a violência como um fenômeno sócio-histórico presente na sociedade capitalista, a partir de reflexões sobre as contradições do sistema que se tornou o modelo de organização do mundo moderno e contemporâneo. A acumulação de capital desde a pré-história tem sido operada sob sangue e fogo, uma longa história de violências, expropriação e opressão da classe trabalhadora que chega aos nossos dias sob uma lógica ainda mais perversa. Se, no passado, podia-se explicar este processo como natural e, conforme o progresso das nações, as sociedades tendiam a se tornar menos violentas e menos opressivas aos trabalhadores e aos menos favorecidos, hoje, é precisamente deste progresso que o homem tem lançado mão para desenvolver meios cada vez mais sofisticados para aumentar o seu poder de controle e opressão que, por vezes, violam os direitos humanos fundamentais. Neste sentido, nesta primeira etapa do trabalho são resgatados alguns clássicos do positivismo e da teoria crítica que abordam a temática relativa às transformações das sociedades industriais capitalistas modernas, buscando apreender os conflitos e as contradições que perpassam as mudanças socioeconômicas, especialmente a emergência da questão social e as múltiplas determinações das violências.

No segundo capítulo buscamos apreender a problemática das expressões da questão social, sobretudo as violências em suas múltiplas determinações e complexas manifestações na sociedade contemporânea; partimos da totalidade social, a fim de compreender suas múltiplas determinações sócio-históricas. Assim, procurou-se aprofundar o diálogo com os conceitos teóricos e fundamentar nossos argumentos sobre a problemática das violências como fenômeno social e suas expressões e/ou manifestações na relação entre a sociedade e o Estado capitalista. Além disso, neste capítulo pretendemos explorar, de acordo com as teorias eleitas, as violências legitimadas nas relações sociais de poder, cada vez mais presentes na sociedade capitalista contemporânea.

No terceiro e último capítulo, abordamos as violências urbanas na cidade da Praia/Cabo Verde. Apresentamos a caracterização da pesquisa, expomos os dados sócio-históricos, políticos e econômicos que estão na base do desenvolvimento de Cabo Verde, que marcam a transformação social e as sociabilidades urbanas na cidade da Praia, determinadas pelo crescimento econômico acelerado, pelas periferias urbanas em crescente expansão e pelos fenômenos de violências urbanas que marcaram a passagem para o século XXI nos centros urbanos, mais preocupantes nos últimos anos.

Concluimos, afirmando que o crescimento da violência urbana, como manifestação da questão social, expressa o crescimento das desigualdades sociais e econômicas, a falta de planejamento urbano, e decorre do aumento da acumulação de capital em detrimento da valorização da vida humana. Entendemos ainda que este estudo não encerra a discussão acadêmica, sendo ainda necessário, enquanto pesquisador, levar esse debate aos gestores, às vítimas e aos agressores, para fortalecer ações de enfrentamento que visem reduzir cada vez mais os eventos violentos que afetam sobremaneira as condições de vida da população e impactam fortemente na sociabilidade humana.

## **CAPÍTULO 1 – A VIOLÊNCIA NO CAPITALISMO**

Entender a violência no âmbito das transformações do sistema capitalista demanda refletir o tema a partir de suas contradições. O ponto de partida deste estudo será o paradigma histórico-crítico, por nos proporcionar o melhor caminho epistemológico. Neste sentido, compreendemos a violência como fenômeno sócio-histórico que afeta indivíduos, instituições e a sociedade como um todo, principalmente as grandes cidades dos países em desenvolvimento.

A opção de adotar este ponto de vista decorre das sucessivas aproximações realizadas para melhor apreender o objeto em tela. Isto possibilitou entender que a violência, a partir da totalidade social, ou seja, sua complexidade histórica permeada de contradições e conflitos, requisitou do pesquisador dialogar com outros paradigmas e seus respectivos autores, por suas importantes contribuições. Além disso, esse diálogo ajudou a construir os argumentos que estão presentes na fundamentação teórico-metodológica desta investigação, no que se refere ao desvendamento das múltiplas expressões do objeto em discussão.

Tornou-se necessário entender a precarização das condições de vida das populações que vivem atualmente em comunidades de alto índice de violência urbana, bem como a formação das zonas periféricas nas grandes metrópoles, para poder analisar a violência urbana e suas implicações na vida dos sujeitos. Isso, considerando o processo de aumento da desigualdade social e, conseqüentemente, da marginalização social, figurando como novas formas de controle social – expropriação e repressão social, que se tornaram práticas recorrentes na sociedade pós-industrial.

### **1.1. A violência no capitalismo**

O fundador do positivismo, Augusto Comte (1798-1857), considera que, na sociedade industrial, “...o estado social não pode, sem dúvida, consolidar-se e desenvolver-se senão pelo trabalho” (COMTE, 1978, p. 298). Neste novo estágio de desenvolvimento social, que Comte considera como a última etapa da evolução social, em que as ações serão baseadas no conhecimento, cada indivíduo obtém um grau

de importância e benefícios proporcionais à sua capacidade e ao seu capital. Assim, conforme argumenta o autor:

Na associação industrial, as lutas materiais, quando não puderem ser evitadas, deverão basear-se na riqueza, concentrada ou dispersa, e nunca na violência pessoal, que cumpre reservar contra os malfeitores propriamente ditos. De fato, não se deve reprimir pela força senão os atos unanimemente reprovados, inclusive pelos seus próprios autores (COMTE, 1978, p. 289).

Para o autor, na sociedade industrial, já que os benefícios deveriam ser distribuídos de acordo com a capacidade e capital de cada um, a grande virtude cívica dos povos era a de concordar com sua condição social, seja ela boa ou má, e assim, nasce a grande contradição social na sociedade industrial.

Desde logo pode-se perceber, no pensamento do autor, a naturalização da desigualdade e da própria violência, observando que ele vivenciava os grandes conflitos sociais e lutas materiais de sua época, ou seja, da revolução industrial francesa. Assim, Comte (1978) considera que é natural as sociedades apresentarem um certo grau de desorganização social em cada nova fase de desenvolvimento. Logo, na passagem para a sociedade capitalista industrial não seria diferente. As discordâncias posteriormente seriam superadas, quando a sociedade passasse para um estágio superior de progresso, fazendo parte de sua própria evolução natural tornar-se não violenta. Esse momento dar-se-ia ao atingir o progresso técnico-científico pleno, isto é, quando a sociedade abrangesse um nível de conhecimento elevado<sup>4</sup>.

Do mesmo modo, o autor ainda estabelece os fatores que ocasionam o fenômeno social da violência neste novo estágio de desenvolvimento: i) a divisão do trabalho, que tende a alimentar as divergências individuais violentas, que deverão ser reprimidas pelo poder público para manter a ordem social; ii) as ambições e os

---

<sup>4</sup> Em sua obra *Curso de filosofia positiva* (1830, p. 42), Auguste Comte via o conhecimento e a sociedade como estando em um processo evolucionário. Para ele a sociedade tende a evoluir da seguinte forma: primeiro passa por um estágio "inicial", que seria o teológico ou fictício; em segundo momento passa pelo estágio intermédio, o metafísico ou abstrato; e por fim, o científico ou positivo. Ele denomina essas etapas de "A lei dos três estágios", segundo a qual o conhecimento e a sociedade evoluem numa direção bem definida até chegar a um tipo de sociedade ideal buscado pelo homem, uma sociedade sem violência. Entretanto, ao longo da história da humanidade percebe-se que o conhecimento não é sinônimo de acumulação de conquistas da sociedade humana como um todo coerente e linear. Foucault (1987), também afirma que o conhecimento leva necessariamente ao progresso, mas é precisamente aquele que detém o poder que vai construir o conhecimento e ditar, arbitrariamente, o que é a verdade, a fim de obviamente legitimar seu próprio poder. Para o autor, na atual sociedade moderna isso tem-se configurado como a mais pura violência.

interesses particulares das classes sociais, motivadas em grande parte pela ignorância das leis naturais que regulam a marcha da História, por parte da massa ignorante da sociedade; iii) o atraso da indústria, considerado o principal causador da violência, por se encontrar em fase de germinação e, portanto, para sua evolução é natural que seja indispensável torná-la opressiva aos trabalhadores (COMTE, 1978).

Triviños, levando em conta tais ideias positivistas que sobrevalorizam o elemento moral na estruturação das sociedades, assevera que Comte elaborou o esquema de uma religião da humanidade. Desse modo, “[...] bastava a pregação moral social para que os capitalistas fossem mais humanos com os proletários e as mulheres, eliminando, assim, os conflitos de classes” (1987, p. 33).

Durkheim (1858-1917), numa tentativa de dar resposta aos problemas que afligiam a estruturação da moderna sociedade capitalista industrial, manteve a atenção sobre a capacidade de integração e coesão social no novo modelo de sociedade. A divisão social do trabalho trouxe novas formas de relacionamento social, uma relação de interdependência face ao outro, isto é, o indivíduo passa a depender constantemente do outro para satisfazer suas necessidades, sendo este o elemento de coesão da sociedade moderna (DURKHEIM, 1999).

Ao pensar a sociedade moderna industrial como baseada na solidariedade "orgânica"<sup>5</sup>, o autor admite a existência de diferentes classes e estratos sociais, entretanto, desconsidera as implicações reais desta divisão. Considera que a nova ordem levaria à hierarquização social caracterizada pela paz e estabilidade, tendo em conta que a sociedade é, sobretudo, "uma comunidade de ideias" (DURKHEIM, 1999).

Para o autor, a solução para superar os conflitos oriundos dos antagonismos de classe passaria pela difusão efetiva das regras morais instituídas pela coletividade. Ele considerava a sociedade como um conjunto de sistemas funcionais, sendo necessário, para o seu bom funcionamento (preservando a harmonia, a solidariedade

---

<sup>5</sup> Para Durkheim (1999), nas sociedades industriais modernas a divisão social do trabalho tende a evoluir para um tipo de solidariedade cada vez mais sólida, tornando os indivíduos dependentes um do outro, à medida que as tarefas se especializam. O agrupamento dos indivíduos por ofícios especializados bem como o desenvolvimento e fortalecimento de suas Associações e Sindicatos, terminava por gerar novos espaços de promoção de “regras de condutas morais”, que por sua vez fortaleciam as redes sociais de solidariedade conforme as regras morais gerais da sociedade. As normas de conduta produzidas pelas associações profissionais especializadas teriam papel fundamental na sustentação da solidariedade das sociedades modernas – “solidariedade orgânica”, sem desconsiderar a solidariedade produzida pelos demais laços tradicionais (a semelhança étnica, a religião e o parentesco) como sendo também elementos historicamente preponderantes para um grupo social – “solidariedade mecânica”.

e a coesão social), a regulação moral apropriada<sup>6</sup>. As regras e leis independem do indivíduo e pairam acima de todos, formando uma “consciência coletiva” que dá o sentido de integração entre os membros da sociedade. Elas se solidificam em instituições que são a base da sociedade e correspondem a todo pensamento instituído pela coletividade (DURKHEIM,1999).

Conforme o autor, as instituições têm total controle sobre o indivíduo, pois cada membro é coagido a agir de acordo com o conjunto de princípios de conduta que constitui a moral determinada pela coletividade. Assim, o desvio ou a infração desses princípios serão repreendidos, dependendo do ato cometido pelo indivíduo, a fim de restabelecer a moral social (DURKHEIM,1999).

Assim sendo, Durkheim (1999) indicava a “anomia”<sup>7</sup>, isto é, a ausência ou insuficiência da normatização das relações sociais, por falta de instituições que regulamentassem essas relações, como a principal causadora dos problemas sociais que afligiam a sociedade capitalista industrial no final do século XIX (especificamente na França). Destacava a violência e a miséria no espaço urbano, resumidos como “conflitos de classe”, que, por sua vez, continuam a fazer parte do sistema até a atualidade.

Merton (1910-1977), considerado o principal expoente do Funcionalismo Sistêmico, consolida a teoria da anomia de Durkheim. Afastando-se da ideia de ausência de regras sociais que legitimam o comportamento humano na sociedade, adota o conceito de que toda a humanidade partilha de uma mesma estrutura cultural e normas institucionais que legitimam a vida social. Analisa o desvio e o controle social nas sociedades modernas e procura demonstrar como o desfuncionamento ou o funcionamento anômico do sistema social pode provocar consequências negativas.

---

<sup>6</sup> Quando Durkheim questiona a regulação moral na sociedade moderna industrial ele se refere à falta de regulação moral para o comércio e para a indústria. Para ele, o que teria provocado as constantes crises industriais ou comerciais (as falências e outras tantas rupturas parciais da solidariedade orgânica na era do capitalismo concorrencial) foi a falta de regulação da economia, ou seja, a função econômica encontrava-se em completo estado de anarquia, comprometendo certas funções sociais ligadas à especialização do trabalho (DURKHEIM, 1999). Observa-se que as crises e os problemas sociais resultantes das funções desconexas da economia capitalista não eram compreendidos como inerentes ao próprio sistema ou à concorrência que o mercado implicava, nem ao confronto de interesses opostos entre capital e trabalho. O que estava em causa era o funcionamento desconexo e o desregulamento dos diversos níveis de economia, que precisavam efetivamente de uma regulação apropriada.

<sup>7</sup> O conceito de “anomia” em Durkheim (1999), trata das situações da vida social que se encontram marcadas pela ausência de regras e prescrições bem definidas e materializadas em lei, ou pela presença de leis e normas ultrapassadas pelo tempo, de maneira que não fica claro como os agentes sociais devem se comportar nestas situações.

Estas, em geral, estão associadas às condutas desviantes dos indivíduos na sociedade, as quais contribuem para a ruptura com as estruturas de regulação social.

Do ponto de vista do autor, são caracterizadas como condutas desviantes todos os atos e comportamentos praticados por indivíduos que fogem aos quadros estabelecidos pelo contexto sociocultural do qual fazem parte (MERTON, 1970). Por exemplo, nas sociedades industriais são supervalorizados a riqueza material, o poder, o prestígio social, o crescimento econômico, a dedicação ao trabalho, bem como os meios considerados legítimos para atingir esse fim. Entretanto, atos como o roubo, a extorsão e as atividades fraudulentas são reprovados, pois rompem as estruturas morais e funcionais da sociedade (MERTON, 1970).

Para este autor, a pressão exercida sobre o indivíduo, na sociedade moderna, para atingir determinados objetivos culturalmente definidos mediante uma estrutura social reguladora e controladora dos modos aceitáveis de alcançar esses objetivos, limita as escolhas dos meios para atingir as metas culturais. Para a maioria dos indivíduos, a promessa de ascensão social própria do sistema capitalista não é fácil de alcançar. Pelo contrário, há muitas dificuldades para atingir as metas necessárias para ascender econômica e socialmente. Isso porque há objetivos, mas não os meios para atingi-los (MERTON, 1970). Igualmente, para o autor, os desvios sociais, aqui nomeadamente o aumento da criminalidade violenta no espaço urbano, advêm da disfunção entre as aspirações culturalmente prescritas e os meios estruturalmente proporcionados para realizá-las.

O autor ressalva ainda que a sociedade moderna é contraditória, na medida em que promete a ascensão social a todos e, ao mesmo tempo, coloca barreiras para a realização das aspirações individuais. No entanto, entendemos que tal argumento não ajuda a apreender, na totalidade histórica da produção social capitalista, as contradições que estão na base da reprodução das diversas expressões da questão social, e da violência, em particular.

Para as teorias positivista e funcionalista, a grande virtude moral do homem na sociedade industrial e moderna se funda no trabalho, ou seja, o trabalho por si só constitui um instrumento de transformação da vida das pessoas. Por isso, as expressões da questão social não eram compreendidas como problemas inerentes ao funcionamento do sistema capitalista, mas, sim, como problemas de ordem moral e de regulamentação. Os teóricos da perspectiva histórico-crítica, que teve como seu principal articulista Karl Marx, buscaram superar a visão positivista e funcionalista,

transcendendo a visão moralista na explicação dos problemas que afligiam a sociedade industrial. Os fundamentos da teoria histórico-crítica pressupõem que os estudiosos da sociedade busquem apreender a essência da realidade a partir da totalidade social, tendo por base uma visão de mundo na qual o sujeito social é sujeito de sua própria história<sup>8</sup>.

Marx (2011, p. 25) assinala que os homens fazem a sua própria história, muito embora não a façam de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, já que estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. Ao tomar como pressuposto o direto papel dos sujeitos na história, significa que os homens, ao estabelecer relações sociais, criam suas condições materiais de vida, ao mesmo tempo em que se reproduzem, transformando a natureza, a sociedade e a si próprios, dentro dos limites postos pelas circunstâncias (MARX, 2011).

Em *O Capital*, Marx (2013) explica que o homem se realiza pelo trabalho, sendo este a condição natural da existência humana, independentemente de qualquer forma social determinada. Trata-se de

[...] um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza, ...a fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida (p. 326-327).

É através do trabalho que o homem se realiza enquanto Ser Social, transformando a natureza, a si mesmo e a sociedade como um todo integrado (MARX, 2013).

Na sociedade industrial, fase em que se dá a transição para a sociedade capitalista propriamente dita, o homem se viu obrigado a vender a sua força de trabalho, o único meio de transformação que lhe restou, depois de separado de seus meios de produção e das terras (MARX, 2013). Nessas condições, além de não poder

---

<sup>8</sup> Em sua obra clássica, "A ideologia alemã", Marx afirma que "o primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação das necessidades básicas do homem, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. A primeira coisa a fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça" (MARX, 2007, p. 33), ou seja, garantir a todos a satisfação das necessidades básicas que permitem ao indivíduo viver a vida com dignidade e assegurar a sua liberdade.

mais ser, ele mesmo, sujeito de sua própria história, é relegado a uma condição de extrema pobreza e marginalidade.

Conforme Marx (2013), o processo de acumulação de capital, que antecede o capitalismo em sua forma consolidada, tem seu marco na chamada “acumulação primitiva”. Nesta fase, como observa o autor, o trabalhador foi privado dos seus meios de produção mediante ações extremamente violentas, que culminam com a expulsão dos camponeses de sua base fundiária. Este fato desencadeou a derrubada das “...barreiras do regime feudal no campo e a constituição corporativa nas cidades que impediram o capital monetário, constituído pela usura e pelo comércio, de se converter em capital industrial” (MARX, 2013, p. 997). Ou seja, com a queda das velhas instituições feudais, as terras são transformadas em propriedades privadas, o que produziu um grande contingente de população desprotegida e obrigada a vender a sua força de trabalho ao detentor dos meios de produção. Esta mudança traz à tona novas formas de exploração do homem pelo homem.

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. [...]. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é o único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 2013, p. 961-962).

A acumulação primitiva é marcada por uma fase na qual ocorreram intensos processos de destruição e atrocidades humanas que ajudaram, conforme argumenta Marx (2013, p. 998), a “[... ] impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro”. Portanto, como podemos perceber, a violência desempenhou um papel histórico e fundamental no processo de transição do regime feudal para o sistema capitalista e, assim, pode ser compreendida como um instrumento de efetivação de uma nova dinâmica social.

Para Marx (2013, p. 998), “[...] a violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica”. Desta forma,

se estamos perante uma potência econômica, aquele que a detém de forma legítima tem o poder de transformar a realidade de acordo com o seu próprio interesse, ou seja, de impor aos demais ou eliminar os seus adversários, bem como subjugar toda uma categoria de cidadãos, considerados não produtivos pela sociedade capitalista. Assim, é por esta via, ou seja, a partir do uso da violência, que o capitalismo se consolida como o modo de produção hegemônico e predominante na modernidade. Igualmente, considera-se a violência como um dos princípios fundantes da sociedade capitalista.

Deste modo, o processo de dominação política, cultural e econômica na sociedade moderna, que irrompe com o desenvolvimento capitalista, o qual combina a alienação, a expropriação e a subjugação de diversos grupos sociais não seria possível sem o uso da violência, conforme explica Engels:

O revólver triunfará da espada e até a criatura mais cheia de axiomas terá de reconhecer que, neste caso, a violência não é um mero ato de vontade, pressupondo, pelo contrário, condições prévias bastante reais para o seu exercício, a saber: instrumentos, entre os quais, o mais perfeito esmaga o mais imperfeito. Estes instrumentos, que não brotam do solo por si sós, tiveram de ser produzidos, o que equivale a dizer que o produtor dos mais perfeitos instrumentos de violência, que são as armas, triunfa sobre o produtor dos mais imperfeitos. Daí temos de reconhecer, em resumo, que a vitória da violência se reduz à produção de armas e que esta, por sua vez, se reduz à produção em geral, e, portanto, ao "poderio econômico", à "situação econômica", aos meios materiais colocados à disposição da vontade de violência (1875, p. 328).

Conforme Weber (1918), aquele que detém o poder econômico pode, a qualquer momento, usá-lo a seu favor para legitimar os interesses da classe que domina os espaços de poder. Entenda-se aqui a força política da classe dominante, neste caso o Estado, enquanto extensão do domínio burguês, que, por sua vez, detém o monopólio da violência legítima. Neste caso, as modalidades particulares de comportamento explorador da classe dominante sobre as demais classes sociais lhe confere uma imunidade pelo menos parcial em relação à responsabilidade criminal e aos desvios sociais provocados pelo egoísmo e competitividade da sociedade capitalista, que serão relacionados a problemas de comportamento individual e jamais como problemas estruturais do sistema.

Para melhor compreender o papel da violência no processo de acumulação de capital, este deve ser enquadrado dentro de uma perspectiva que vai muito além de uma descrição abstrata do movimento econômico. Para Lukács (2012), analisar a

violência descrita por Marx sobre a acumulação primitiva somente pelo seu aspecto estritamente econômico não dá a compreensão da totalidade. Para isso, será necessário analisá-la a partir de fatores extraeconômicos que se impõem na reprodução social da vida em sociedade, processos substanciais de mudanças com o advento do capitalismo.

Esses momentos extra-econômicos que se efetivam na luta entre o capitalista coletivo e a classe operária, por uma necessidade ditada pela própria lei do valor, surgem continuamente, na cotidianidade (por assim dizer) do movimento capitalista das mercadorias, no processo normal de realização da lei do valor. Todavia, Marx – após ter analisado sistematicamente o mundo do capitalismo em sua necessidade e compacticidade econômica rigidamente determinada por leis – expõe num capítulo particular a sua gênese histórica (ontológica), a chamada acumulação primitiva, uma cadeia secular de atos de violência extra econômicos, somente mediante os quais foi possível a criação das condições históricas que fizeram da força-de-trabalho aquela mercadoria específica que constitui a base das leis teóricas da economia do capitalismo (LUKÁCS, 2012, p. 45).

Assim, a violência, na passagem para a sociedade moderna, aparece como o *modus operandi* que cria condições inteiramente novas para as mudanças estruturais requeridas pelo capitalismo, que se torna, a partir daí, a ideologia dominante e hegemônica, repetindo a mesma tragédia de sempre: a barbárie social. Neste sentido, destacamos a feliz afirmação de Marx, quando começa *O 18 de Brumário*, corrigindo a ideia de Hegel de que a história necessariamente se repete:

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa (2011, p. 25).

Nota-se que o sistema capitalista segue sem pudor o seu curso histórico de consolidação enquanto sistema hegemônico até os nossos dias. Verificam-se grandes transformações societárias e de modos de produção que foram operadas a fim de reduzir os conflitos e atender aos interesses da classe dominante, mas mantendo o mesmo propósito de sua gênese: a apropriação dos lucros dos bens socialmente produzidos.

Žižek (2012) argumenta que,

[...] a implicação dessa mudança de ênfase para a dominação é, obviamente, a crença em outra modernidade (“alternativa”) na qual o capitalismo funcionará de maneira mais “justa”, sem dominação. Mas o que essa noção

de dominação não leva em conta é que somente no capitalismo a exploração é 'naturalizada', economicamente falando, ela não é resultado de pressão e violência extraeconômica, e é por isso que, no capitalismo, temos liberdade pessoal e igualdade: não há necessidade de uma dominação social direta, a dominação já está na estrutura do processo de produção (p. 17).

O capitalismo é fundado a partir da ideologia liberal, portanto, carregando em si próprio o princípio de "livre" troca, pois exige a presença de "homens livres" que possam vender livremente, no mercado, a sua força de trabalho a qualquer um que esteja disposto a comprar sua habilidade. Embora numa relação de assalariamento estabelecido na "livre" troca entre o capital e o trabalho, muitas vezes o valor da força de trabalho pago mal dá para suprir as necessidades básicas da vida social. Entretanto, essa relação desigual se configura como natural.

Na perspectiva crítica, essa troca é não "justa", na medida em que há uma exploração direta, ou seja, o trabalhador permanece na relação de dependência da venda da força do trabalho. Portanto, esta condição estaria dentro dos padrões da sociabilidade defendida pela ordem burguesa, tendo em vista ainda que essa sociabilidade representa uma "livre apropriação" da mão de obra pelo capital, e não mais baseada na servidão direta ou mesmo no trabalho compulsório.

Assim sendo, é a partir da lógica da ordem burguesa que se consolidou a ideiação de que os homens seriam iguais, independentemente da sua condição socioeconômica. Não seria mais tolerável qualquer distinção de tratamento entre o mais fraco e o mais forte. Todos teriam a mesma perspectiva de ascensão social através do trabalho, ou seja, os indivíduos ascenderiam social e economicamente mediante as inúmeras possibilidades que o mercado oferece aos diversos grupos sociais.

Os fatos históricos e socioeconômicos que sempre estiveram na origem das desigualdades sociais foram ignorados, a proteção ao mais fraco deixa de fazer sentido, proporcionando a miséria e o empobrecimento da classe trabalhadora em particular e de todos aqueles que historicamente foram desfavorecidos. Assim, emerge a chamada questão social, pois as políticas de valorização social e direitos sociais só foram reconhecidas no final do século XIX, especialmente na Europa, em decorrência da grande contradição entre capital e trabalho. E, ainda assim, essas políticas, fruto das lutas sociais, não se configuram como uma alternativa para mediar a transformação social e acabar com as desigualdades, não obstante seu fundamento ter como pressuposto legitimar a ordem social vigente.

## 1.2. As violências como expressão da Questão Social

O desenvolvimento da sociedade capitalista, embora tardio, sem dúvida dinamizou a ciência, a tecnologia e o crescimento econômico. Com isso, veio a abundância dos meios necessários para materializar o princípio liberal de emancipação dos sujeitos, invocado pela ordem burguesa. Entretanto, ao invés de libertar o homem de todas as barreiras que o impedem de viver a vida com dignidade, acabou por provocar precisamente o inverso, ou seja, a piora das condições de vida das pessoas e o conseqüente empobrecimento, sobretudo dos trabalhadores.

Segundo Netto (1996), no último quartel do século XIX o capitalismo experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, com incidências necessárias na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais. Trata-se do período histórico em que o capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando-se num fenômeno global e se tornando uma ideologia dominante da vida social. Em decorrência da profunda crise sofrida pelo capital, com grande contradição entre produção e consumo, o mercado consumidor, constituído fundamentalmente por trabalhadores, não conseguia adquirir os produtos postos à disposição do mercado, devido às suas péssimas condições de vida e baixo poder de compra. O autor esclarece que, para superar a crise de capital, os capitalistas começaram a se associar, formando redes e conglomerados, caracterizando uma nova forma de capitalismo, o monopolista, que agravou de forma significativa a questão social<sup>9</sup>.

O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa e os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica [...]. A idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: potencializando as contradições fundamentais presentes no estágio do capitalismo concorrencial e as combina com novas contradições e

---

<sup>9</sup> Segundo Netto (2001, p. 158), “[...] nas sociedades anteriores à ordem burguesa as desigualdades, as privações etc., decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podiam suprimir ...; na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente de uma contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação)”. Nesta perspectiva, o autor considera que a questão social, “... tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital, aumentando as contradições e antagonismo entre capital e trabalho e sob essa égide os problemas sociais, de entre as quais podemos incluir a questão do aumento da violência social e estrutural nas grandes cidades contemporâneas”.

antagonismo [...] com o acréscimo dos lucros capitalistas (NETTO, 1996, p. 15).

No contexto do capitalismo monopolista, um dos elementos de destaque, segundo Netto (1996), é a instauração do parasitismo social, desta vez comandado pelas novas exigências econômicas e tecnológicas, conduzindo ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada. Ou seja, enquanto um número reduzido de pessoas se apoderava cada vez mais das riquezas produzidas socialmente, outra grande parte adentrava em uma situação de extrema pobreza e miséria. Situação esta que fez emergir fenômenos marcantes de violência social e um conjunto de problemas sociais que ficaram mais conhecidos como “questão social”. Netto (2013), afirma que não era nenhuma novidade a questão da polarização nas relações sociais que sucedem a ordem burguesa. A diferença é que nesta ordem “[...] a dinâmica da pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”<sup>10</sup> (p. 3).

O autor ainda argumenta:

A designação deste pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, assumissem eles a *resignação* que Comte considerava “a grande virtude cívica” e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência *luddista* à constituição das *tradeunions*, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes (NETTO, 2013, p. 5 [Grifos do autor]).

Castel (2012), ao analisar a questão social na Europa Ocidental, especialmente na sociedade francesa, entende que ela é fundamental para a sociedade moderna, que, após as revoluções industrial e francesa, se conscientizou das condições de

---

<sup>10</sup> “Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. Se nas formas de sociedade precedentes à sociedade capitalista a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra: a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como *nova* precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. Este pauperismo marca a emergência imediatamente visível da dimensão mais evidente da *moderna* barbárie, a barbárie capitalista” (NETTO, 2013, p. 3-4 [grifo do autor]).

existência das populações, ao mesmo tempo os agentes e as vítimas da Revolução Industrial. Isto é, os agentes que produzem a riqueza social são vítimas dessa mesma produção, pois ela não lhes pertence, e sim ao capitalista, a quem só interessa a acumulação do capital, desvalorizando a ideia da construção de uma sociedade mais justa em termos de redistribuição das riquezas geradas. No mínimo, aceita-se uma redistribuição relativa da riqueza, a fim de atender as demandas do capital, em vez do reconhecimento social, o que provoca o aprofundamento dos problemas sociais e, conseqüentemente, da questão social.

A questão social passa a ser fundamental na sociedade moderna porque permite assinalar, com clareza, pela primeira vez na história humana, o lugar do “social”. Ou seja: a organização da sociedade não podia mais tolerar uma lógica estritamente econômica nem uma jurisdição estritamente política; devia haver uma outra lógica, “o social” (CASTEL, 2012), para justamente restabelecer a dignidade social dos homens.

O processo revolucionário mantido pelos trabalhadores, especificamente na França e Inglaterra (berços da Revolução Industrial), que se estendeu até finais do século XIX, com vista tanto à superação da ordem burguesa, quanto à emancipação humana, obrigou a uma profunda mudança do Estado em toda a Europa Ocidental. Este fato influenciou a organização de diversos Estados nacionais do mundo ocidental. Nesse período, o Estado deixa de ser puramente liberal e passa a ampliar suas funções sociais (MANDEL, 1985). Entretanto, as reformas introduzidas avançam no sentido da redistribuição relativa da riqueza, não com o objetivo de acabar com a questão social, mas de garantir a ordem social.

Esse momento particular da história do desenvolvimento da sociedade capitalista, onde o “social” também tem seu devido lugar, e que atinge o auge no período pós-guerra (nos anos 1970, e que se notabilizou como *Estado de Bem-Estar Social* ou *Welfare State*), trouxe alguma esperança, ao mundo contemporâneo, de que verdadeiramente seria livre e mais justo.

Entretanto, conforme Bauman (2008a), o capitalismo direcionou a sociedade para outros caminhos de liberdade, sob outros conceitos e fundamentos. O *Bem-Estar Social* passou a se resumir no modelo penal, coercitivo e repressivo, voltado para a punição e segurança, constituindo-se como instrumentos de sujeição dos indivíduos,

seja para fins de legitimação da ordem social, seja para normatizar e disciplinar a “população excedente”<sup>11</sup>.

O autor alega ainda que, por mais que estejam implícitos os elementos morais que levaram à introdução do *Estado de Bem-Estar Social*, dificilmente teria sido implementado ou ampliado se os capitalistas “[...] não tivessem percebido que cuidar do “exército industrial de reserva” (manter os reservistas em boa forma caso fossem reconvidados para o serviço ativo) era um bom investimento, potencialmente rentável” (BAUMAN, 2010, p. 31). Portanto, a tendência à ampliação do “Estado social” para logo depois ser desmantelado de uma forma deliberada, confirma a ideia de Mandel (1985).

O autor argumenta que este processo falseou a transição que reforçaria posteriormente o capitalismo como o sistema dominante da vida social, já que repôs seus níveis de lucro através do deslocamento da exploração da mão de obra operária para a exploração dos consumidores, intensificando, desta forma, tanto o movimento de acumulação de capital quanto a tendência ascendente de homens disciplinados ou favoráveis à reprodução do capital (MANDEL, 1985).

O mercado consumidor tende, portanto, a beneficiar a economia bem como satisfazer os anseios da sociedade de consumo. Pode-se argumentar ainda que, desde a fase conhecida como acumulação primitiva até os nossos dias, o capitalismo tem seguido o seu curso histórico fundamentalmente sem se preocupar com as necessidades humanas reais, dando ênfase à reprodução e circulação do capital (ŽIŽEK, 2014). Nesses termos, fica claro que a garantia da circulação e rentabilidade do capital independe se tal movimento afeta a estrutura dos processos sociais e materiais e a realidade social como um todo.

Conforme argumenta Žižek (2014), não é possível compreender a realidade social de produção material e a interação social na sociedade capitalista sem compreender o funcionamento do capital especulativo que, por si só, intensifica o

---

<sup>11</sup> Conforme Bauman (2005), a “população excedente” são as baixas colaterais, não intencionais e não planejadas, do progresso econômico e está relacionada à população pobre, marginalizada, suburbana, do gueto, os estrangeiros, os refugiados, os incapacitados (os que não tiveram oportunidade de educação), as sobras da globalização, os marginais do processo de construção da ordem e os excedentes populacionais não-empregáveis”. Por sua vez, o autor considera esse fenômeno “[...] um produto inevitável da modernização e um acompanhante inseparável da modernidade. É um inescapável efeito da *construção da ordem* (cada ordem define algumas parcelas da população como “deslocadas”, “inaptas” ou “indesejáveis” e do *progresso econômico* (que não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos de ganhar a “vida anterior” e que, portanto, não consegue senão privar os seus praticantes dos meios de subsistência” (BAUMAN, 2005, p. 12 [Grifos do autor]).

processo de movimentação do capital e, ao mesmo tempo, fornece a mágica do desenvolvimento. Mesmo que instaure, por vezes contraditoriamente, na vida real das pessoas e de vários países, condições econômicas catastróficas. Nesse sentido, para o autor:

É aí que reside a violência sistêmica fundamental do capitalismo, muito mais estranhamente inquietante do que qualquer forma pré-capitalista direta de violência social e ideológica: essa violência não pode ser atribuída a indivíduos concretos e às suas *más* intenções, mas é puramente *objetiva*, sistêmica, anômica do capitalismo que tende a desvirtuar a *Realidade* social dos indivíduos implicados em interações e nos processos produtivos e a situação *Real* do capital. [...] podemos perceber isso quando visitamos um país visivelmente caótico. Vemos uma enorme degradação ecológica e muita miséria humana. Entretanto, o relatório econômico que depois lemos nos informa que a situação econômica do país é *financeiramente sólida*: a realidade não conta, o que conta é a situação do capital (ŽIŽEK, 2014, p. 26 [Grifos do autor]).

Entendemos que, para apreender as transformações societárias decorrentes da crise dos anos 1970, é necessário refletir não somente sobre a sua natureza, mas sobre todas as suas manifestações. O capitalismo apresenta novas estratégias de superação da crise, dentre as quais pode-se citar a materialização de um amplo projeto de globalização que se funda na ideologia neoliberal do início dos anos 1990. O neoliberalismo conforma um projeto que impôs aos países desenvolvidos e em desenvolvimento novas diretrizes nos campos da política, cultura e economia. Esse projeto de superação da crise se expressa pela “[...] desqualificação do Estado [que] tem sido, como é notório, a pedra de toque do privatismo da ideologia neoliberal: a defesa do *Estado mínimo* pretende, fundamentalmente, o *Estado máximo para o capital*” (NETTO, 2012, p. 422 [Grifos do autor]). Ou seja, “[...] no que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da *flexibilização*” (da produção, das relações de trabalho), da *desregulamentação* (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da *privatização* (do patrimônio estatal) (NETTO, 2012, p. 41 [Grifos do autor]).

Dessa maneira, como consequência das transformações societárias cabe aqui destacar a globalização neoliberal, que vem contribuindo para aumentar as violências de uma forma geral e se caracteriza por acentuar

[... ] brutalmente as desigualdades, a exclusão e/ou a segregação sócio-espacial (com índices crescentes de desemprego) e a exploração (com a re-intensificação do trabalho escravo, por exemplo). A onda de privatização

neoliberal, [...], levou a uma mercantilização desenfreada que atinge os mais diferentes domínios da vida humana e inclui a expansão dos circuitos ilegais e tráfico de toda ordem (COSTA; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 132).

Conforme Bauman (2008a), ainda que compensada por uma contrapartida “positiva”, a globalização é totalmente “negativa”, pois se especializou em cavar buracos negros em nível global, mergulhando as sociedades em incertezas difíceis de ser invertidas, pois as decisões não são mais tomadas em nível local, mas, sim, em nível global. Os efeitos perversos da globalização seletiva (do comércio e do capital, da vigilância e da informação, da coerção e das armas) transformam a ideia de sociedade “livre e aberta” em experiências terrificantes de medo e insegurança nas populações nos espaços nacionais que se encontram ao mesmo tempo dentro de espaços globais (BAUMAN, 2008a). Para o autor:

A perversa "abertura" das sociedades implementada pela globalização negativa é ela própria a causa primeira da injustiça e assim, indiretamente, do conflito e da violência. [...] "enquanto a elite realiza suas viagens a um destino imaginário, a algum lugar no topo do mundo, os pobres foram apanhados numa espiral de crime e caos". [...] A ideia de um "mercado sem fronteiras" é uma receita para a injustiça e, em última instância, para uma nova desordem mundial na qual (contrariando Clausewitz) é a política que se torna a continuação da guerra por outros meios (p. 127 [Grifos do autor]).

Assim, os problemas criados e fortalecidos globalmente, como a violência e a insegurança, bem como outras expressões da questão social, são condições que estimulam a acumulação capitalista. Deste modo, “[...] o capitalismo aproveita os medos e o sentimento de desamparo dos seres humanos para prosperar” (BAUMAN, 2008a, p. 176). A estratégia de lucrar com o desamparo da humanidade na verdade remonta aos anos iniciais do ataque liberal ao Estado social, momento em que a sociedade deixa de ser protegida pelo Estado, obrigando os indivíduos a encontrar soluções individuais para problemas socialmente produzidos.

Apreendemos que, apesar de a sociedade capitalista contemporânea ser sinônimo de desenvolvimento socioeconômico, político e cultural, ela mantém no seu interior as impossibilidades históricas para isto. Destarte, em meio ao falacioso progresso e plenitude global “[...] dos mercados financeiros, de mercadorias e de trabalho, da modernização administrada pelo capital, e, portanto, também do modo de vida moderno”, nos deparamos ao mesmo tempo com a produção “[...] numa escala sempre crescente: a população supérflua, supranumerária e irrelevante - a grande quantidade de sobras do mercado de trabalho”, conforme argumenta Bauman (2007,

p. 35). Isto é, indivíduos indesejados pelo sistema e sem as mínimas condições de se inserir nos padrões sociais de consumo considerados aceitáveis.

Assim, a pauperização extrema e a enorme desigualdade social, fenômeno indelével do sistema capitalista, como refere Martins, permanecem “[...] na base desta sociedade que se duplica para abrigar uma outra sociedade, que é uma sub-humanidade incorporada através do trabalho precário, do trambique, do pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos” (MARTINS apud RAICHELIS, 2006, p. 16). Ou até mesmo excluídos de todas as formas reais de trocas sociais que permitem a sobrevivência. A esse respeito, ao enfatizar o discurso de Jeremy Seabrook, descreve Bauman:

A sorte dos pobres globais de nossos dias, expulsos de sua terra e forçados a buscar a sobrevivência nas favelas que crescem rapidamente na megalópole mais próxima permite assinalar que a pobreza global está em fuga; não porque seja escorraçada pela riqueza, mas porque foi expulsa de um interior exaurido e transformado em lugar de difícil sobrevivência, obrigando os seus moradores a tentar a sorte em outros lugares, nomeadamente, nas periferias dos grandes centros urbanos (2007, p. 34).

De acordo com o autor, “[...] a quantidade de seres humanos tornada excessiva pelo triunfo do capitalismo global cresce inexoravelmente e agora está perto de ultrapassar a capacidade administrativa do planeta” (BAUMAN, 2007, p. 35). Ou seja, o mundo caminha sornateiramente em direção de um progresso cada vez mais sem “liberdade”, caracterizado pelo enfraquecimento da sociabilidade do mundo do trabalho em decorrência do aumento do individualismo e da desigualdade social que, juntos, influenciam o aparecimento de um conjunto de vulnerabilidades presentes na sociedade contemporânea sob a forma de insegurança, medo social, conflitos, guerras territoriais e civis, violências, etc.

Portanto, por essa via, será difícil construir uma sociedade de plena “liberdade” enquanto a sociedade permanecer fiel a interesses estritamente econômicos e indiferente à crescente desigualdade e “[...] das massas cada vez maiores de *pessoas desperdiçadas* no equilíbrio político e social da coexistência humana planetária” (BAUMAN, 2007, p. 35). Uma das consequências mais evidentes tem sido a combinação de diversas formas de violência estrutural, por exemplo: a fome, o desemprego, o abandono, a miséria, dentre outros problemas, suscitados na gênese da sociedade capitalista e que permanecem até hoje, porém, com impactos cada vez maiores na vida dos indivíduos.

A violência, sendo um fenômeno complexo, abarca múltiplas dimensões de difícil compreensão quando abordada isoladamente; com isso, são necessários vários aportes teóricos para dar conta de apreender suas múltiplas complexidades e determinações.

Nesses termos, o embasamento da análise das violências como expressão da questão social, a partir do pensamento crítico, nos permite abordá-las na perspectiva da totalidade, numa visão de mundo e de sociedade permeada de contradições, permitindo ir além da aparência da violência como ato individual para uma compreensão muito mais complexa e abrangente, que envolve as dimensões reais de sua essência. De modo objetivo, trata-se de entendê-la como resultante das contradições nas relações sociais da sociedade capitalista.

Inúmeros estudos foram realizados para compreender e explicar o fenômeno da violência como expressão da Questão Social. Mesmo assim, a violência ainda se configura como uma problemática bastante complexa, de difícil apreensão, e sempre requer dos pesquisadores, ao se proporem desenvolver uma análise crítica, buscar novas perguntas e construção de saberes e perspectivas. Dito isto, iremos brevemente retornar aos clássicos que deram o seu contributo para a compreensão das violências para, assim, prosseguir com as análises dentro da perspectiva crítica.

### **1.3. As múltiplas determinações das violências**

Vimos anteriormente que as teorias sociológicas clássicas, designadamente, a positivista e outras relativamente modernas que seguem esta linha de pensamento, apresentaram importantes contribuições sobre a questão da violência. Dentre os clássicos que se identificam com essa forma de pensar a sociedade, destacam-se Comte e Durkheim. Principalmente este último, ao abordar a questão da violência na sociedade moderna, demonstra que ela decorre da anomia, ou seja, da ausência de normas (DURKHEIM, 1999). Assim sendo, se não há regras e nem limites estabelecidos, a probabilidade da violência aumenta devido à falta de coesão social.

A versão moderna da teoria positiva, identificada como o funcionalismo sistêmico e desenvolvida por Merton, sugere que os indivíduos, na contemporaneidade, são estimulados a atingir determinadas metas estabelecidas pela sociedade. No entanto, os meios que permitem atingir tais metas, por estar mal

distribuídos (uns têm mais e outros têm menos), tendem a provocar desequilíbrios sociais, de modo que a violência e/ou a delinquência decorrem exatamente da forma desigual como os meios estão distribuídos (MERTON, 1970). Isto é, a desigualdade na distribuição dos meios que permitem atingir as metas gera violência. Desta forma, o espaço que se abre entre os meios dados a alguns e as metas que todos devem atingir é preenchido pela “conduta agressiva” por parte dos que se encontram aquém das expectativas criadas pela sociedade que, por sua vez, exerce a função de aproximar os meios e as metas.

Apesar do funcionalismo introduzir elementos novos para analisar a questão da violência, a compreensão do fenômeno com base no funcionalismo se revela tão determinista e unicausal quanto no positivismo, ou seja, para o funcionalismo a violência é o resultado de “[... ] um déficit ou dificuldades nas relações, na comunicação e no funcionamento da relação entre atores, o que a leva a funcionar então sobretudo de maneira expressiva” (WIEVIORKA, 1997, p. 12), de modo que impossibilita a compreensão da totalidade.

Compreender as múltiplas determinações das violências<sup>12</sup> na sociedade capitalista requer aprofundamento no campo teórico conceitual amplo<sup>13</sup>. Ainda assim, nos interessa desmistificar aquelas situações de violência que reproduzem e intensificam processos de exclusão e privação social, as quais comprometem as relações sociais e a própria condição humana.

Conforme Minayo (2007), analisar a violência por meio de uma definição fixa e simples é expor-se a reduzi-la, a compreender mal sua evolução e sua especificidade histórica. Segundo a autora, ao abordar a questão da violência devemos levar em consideração que se trata de um fato histórico, social e eminentemente humano.

A violência ...é, fundamentalmente, um problema social que acompanha toda a história e as transformações da humanidade”. ...Trata-se de um fato

---

<sup>12</sup> Utilizamos o termo “violências” no plural, observando que se trata de um tema complexo e multicausal cuja análise implica, necessariamente, apreendê-la nos aspectos cultural, ideológico, sociológico e psicológico que envolvem a essência humana. Conforme asseveram Deslandes, Assis e Santos (2005), o correto é empregar o termo violência no plural, “violências”. Pois, no seu sentido ampliado incluem-se as violências que decorrem de momentos da história, ações políticas e modelos econômicos, que são capazes de produzir desigualdades, degradam as condições de vida dos mais afetados e violam a dignidade humana.

<sup>13</sup> Convém esclarecer que o nosso marco conceitual é a violência estrutural presente na sociedade e na coletividade que, pelo seu caráter multidimensional e complexo, requer uma análise crítica e histórica para sua compreensão.

humano e social – não se conhece nenhuma sociedade totalmente isenta de violência. Ela consiste no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outros: indivíduos, grupos e coletividades (2007, p. 22-23).

Sendo a violência um fato histórico e um produto da sociedade humana, é suscetível a mudanças, ou seja, suas manifestações podem, ao longo da evolução da sociedade e por força da construção social, ser “[...] aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas segundo normas sociais mantidas por usos e costumes, ou por aparatos legais da sociedade” (MINAYO, 2006, p. 13). Assim, conforme argumenta a autora, “[...] suas formas mais cruéis que ocorrem nos níveis coletivos, individuais e privados precisam ser analisadas junto com as modalidades mais sutis, escondidas e simbólicas, de forma muito profunda e aberta, para que todos possam colaborar. Afinal, todos são atores e vítimas” (MINAYO, 2007, p. 25).

Domenach (1981, p. 28) esclarece que “[...] a violência continua a ser objeto de investigação filosófica, como nenhuma outra resposta definitiva tenha sido dada a qualquer questão relativa à condição humana” e, apesar de acompanhar toda a história da humanidade, só aparece como problema social e merecedora de atenção por parte de estudiosos e das instituições a partir do progresso do espírito democrático com o desenvolvimento das sociedades capitalistas.

A partir do momento em que cada pessoa é chamada para a categoria de cidadão, reconhecendo o direito de liberdade e felicidade, a violência não pode mais ser confundida com a força, já não é o fim de necessidades físicas (desastres naturais), ou política (hierarquias de direito divino); agora é um fenômeno que se relaciona à liberdade e que pode ou deve ser combatido e superado (DOMENACH, 198, p. 34-35). [Tradução livre]

Para o autor, a violência é um fenômeno intrínseco à condição humana, típico do comportamento humano. O homem muitas vezes usa a própria violência para combater a violência. Trata-se de uma ação muito particular do Estado democrático moderno dominado pela burguesia que, contraditoriamente, usa os instrumentos de violência para repor a ordem, justificada na necessidade de assegurar os direitos dos cidadãos de “bem” contra todos os males da sociedade. Assim, entendemos que a violência expressa, condenada pela sociedade, é só a ponta do *iceberg*, pois torna-se importante apreender aquelas situações ocultas que passam despercebidas. Neste sentido, lembra o autor que:

Suas formas mais atrozes e mais condenáveis geralmente ocultam outras situações menos escandalosas, por se encontrarem prolongadas no tempo e protegidas por ideologias ou instituições de aparência respeitável. A violência de indivíduos e grupos tem que ser correlacionada com a do Estado. A dos conflitos, com a da ordem estabelecida pela sociedade (DOMENACH, 1981, p. 40 [Tradução livre]).

Desta forma, a violência só pode ser compreendida - levando em consideração a sociabilidade concreta dos indivíduos, bem como sua relação com questões também complexas como as contradições sociais -, a partir das condições de exercício dos direitos de cidadania e da justiça social, da segurança pública e do próprio Estado (órgão detentor do poder legítimo do uso da força e da coerção). Em outras palavras: em nome da autoridade legal que lhe é atribuída, o Estado poderá agir contra indivíduos, mediante o uso legal de meios violentos.

Arendt (2010) busca distinguir os conceitos de poder e violência. A autora considera que o poder se relaciona à habilidade humana e não apenas à estrutura, se configurando como um ato político e conforma um agir arbitrário de um indivíduo sobre outrem. Contudo, esse agir ocorre em dado momento, em comum acordo, já que não é propriedade de um único indivíduo, pois emana de um grupo unido e coeso que controla a sociedade e o legitima. Assim, se o grupo deixar de existir, desaparece também o seu poder. Já a violência, pela sua natureza, é instrumental, e está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca (ARENDDT, 2010). Por conseguinte, necessita de justificativa através de algo mais, não por ser a essência de coisa alguma. Contudo, quando as ordens não são obedecidas, são utilizados instrumentos da violência que não são propriamente úteis para repor a ordem e a paz social.

A essência de qualquer Estado passa pelo poder. No entanto, para ser legítimo, esse poder deve contar com o apoio popular e ter como fundamento a livre troca de opiniões entre iguais, pois, do contrário, coloca a sociedade perante situações de desobediência às leis e às instituições políticas (ARENDDT, 2010). Para a autora, quando se verifica o reconhecimento da imperiosidade das determinações legais e o consentimento à sua legitimidade, as leis que regulam a sociedade se tornam as “regras do jogo” nas relações sociais, ou seja, as leis são obedecidas mais devido ao medo de ser punido do que pela compreensão ou aquiescência.

No entanto, entendemos que a violência, na contemporaneidade, em suas diversas expressões, é resultante das múltiplas contradições sociais mantidas pelo

poder dominante. Assim sendo, o universo das regras e normas criadas pela sociedade conforme Foucault (2014), não é destinado a adoçar as relações sociais, mas pelo contrário pretende solidificar o jogo da dominação o que alimenta a reprodução da violência tornando-a um fenômeno meticulosamente repetida nas diversas instancias sociais. Ressalta-se que apesar do fortalecimento das normas e das leis que regulam a sociedade moderna e contemporânea as violências vêm crescendo, aqui especialmente a denominada violência estrutural, que se revela, dentre outros, a partir da atualização dos velhos e o surgimento de novos fenômenos sociais (desemprego estrutural crescente, aumento da desigualdade social, volta de doenças controladas e origem de novas epidemias, falta de moradia digna e ocupação do solo, falta de saneamento e água potável, insegurança pública, analfabetismo, dentre outros).

Assim, como observa Domenach (1981):

É inútil buscar uma resposta categórica ou moral para o problema da violência. Pelo seu aspeto ontológico, a violência não pode ser dissociada da condição humana. Não tem sentido algum prescrevê-la mediante condenações morais ou resoluções estritamente políticas. [...] em um mundo em que a violência se encontra vinculada em quase todos os aspetos das relações humanas. (p. 39 [Tradução livre]).

Para Arendt (2007), a condição humana está relacionada aos diferentes modos de vida que o homem impõe a si mesmo para sobreviver, referentes às ações que desenvolve para suprir as necessidades básicas de sua existência que, por sua vez, não deixam de ser condicionadas pelo contexto sócio-histórico em que está inserido.

O que distingue o homem dos outros seres da natureza é a possibilidade de criar novas necessidades e, acima delas, construir a ponte que lhe permite satisfazer essas necessidades que aparecem no seu cotidiano. A satisfação dessas necessidades se dá através do trabalho, meio pelo qual o homem resolve as situações vivenciadas na prática social, buscando a transformação da natureza e de si mesmo (MARX, 2013).

Na sociedade capitalista, entretanto, o trabalho, bem como as relações sociais e humanas, se tornam objetos mercantilizáveis, ou seja, a transformação da força de trabalho em mercadoria estende-se a todas as formas de relações vividas na sociedade. Neste sentido, em vez de o trabalho humano se reverter para a melhoria

de sua própria condição individual e social, este se torna o principal instrumento que impulsiona o capital, o que se dá mediante a exploração da força de trabalho pelos detentores dos meios de produção (MARX, 2013).

Nesta sociedade tudo vira mercadoria e, assim, tudo que o homem necessita para viver com dignidade e liberdade (habitação, trabalho, alimentação, saúde, lazer, informação, cultura, educação e outros), se insere no processo mais amplo do princípio mercadológico do Estado burguês, que determina toda produção e reprodução social. Desta forma, em vez de o homem produzir para suprir suas próprias necessidades, ele produz para a realização do valor. Como consequência, ao vender sua força de trabalho, contribui para a acumulação do capital, gerando o antagonismo de classe, marcada pela acentuação da distância entre capital e trabalho, a extrema desigualdade social e o empobrecimento que, juntos, degradam o processo de liberdade e dignidade humana (MARX, 2013).

Nesse sentido, as relações de produção capitalistas, além de dificultar o desenvolvimento social, impõem sua visão de mundo, influenciando o modo de pensar e agir de toda a sociedade (MARX, 2013). O modo de pensar e agir moderno é determinado pelo conjunto das relações materiais, que, por sua vez, se encontram mal distribuídas. Assim, “ [...] o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral” (MARX, 2013, p. 1135).

A predominância de interesses econômicos em detrimento de interesses verdadeiramente humanos gera um conjunto de situações complexas que dificultam, em parte, o conhecimento e a compreensão dos fundamentos e a extensão do próprio fenômeno da violência na sociedade capitalista. Na totalidade social, é a partir da exploração do trabalho humano que a violência assume múltiplas expressões, estendendo-se aos costumes e valores sociais que operam, sobretudo, no comprometimento da dignidade humana.

O sistema capitalista, para cumprir as exigências dos seus princípios fundantes de acumulação e exploração, que se efetivam na relação de exploração da força de trabalho, utiliza um conjunto de mecanismos que agravam a vida dos trabalhadores, na medida em que consolidam ou aumentam as situações de empobrecimento, desemprego, miséria, além de outros problemas sociais, como as violências. Esse agravamento das expressões da questão social assume dimensão avassaladora em tempos de crises de capital, com desdobramentos consideráveis em termos de transformações societárias.

Com relação às expressões da violência estrutural, é possível realizar uma análise histórica interessante, a partir dos clássicos da teoria crítica, principalmente sobre a relação entre a miséria e a violência que atingem grande parte da população na sociedade capitalista.

Marx (2015), ao analisar a situação da população, crime e pauperismo na Inglaterra, no período de 1844 a 1854, percebeu que a violência e a criminalidade cresceram em nível mais acelerado do que a população, enquanto a pobreza permaneceu praticamente inalterada, mesmo nas ocasiões em que as leis foram renovadas e/ou houve o fortalecimento do poder policial. Daí, concluiu que “[...] deve haver algo de podre na essência mesma de um sistema social que eleva sua riqueza sem diminuir sua miséria, e eleva sua criminalidade ainda mais rapidamente” (MARX, 2015, p. 120). Ou seja, o capitalismo, pela sua capacidade de produzir efeitos perversos na sociedade, limita a capacidade de realização humana e, sendo assim, ele mesmo é sinônimo de violência, especialmente a violência estrutural.

Assim, as expressões da violência estrutural são muito mais um produto sócio-histórico das condições materiais de existência das classes pobres na sociedade burguesa do que uma simples questão peculiar da polícia de uma dada sociedade, especialmente nas formações sociais capitalistas (MARX, 1859). Pois, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e sua crise estrutural geram contradições e desigualdades sociais que efetivamente fragmentam as relações sociais e, como consequência, promovem um conjunto de problemas sociais. Podemos destacar aqui os diversos eventos violentos que marcaram a sociedade na segunda metade do século XX, principalmente aqueles relacionados aos conflitos armados, guerras civis, terrorismo, ditaduras, disputas ideológicas ou projetos de tomada do poder entre as nações, nos mais diversos continentes.

Contemporaneamente, segundo Wieviorka, a violência crescente que se verifica do final dos anos 1960 em diante, resulta de um processo desintegrador dos movimentos de luta pela inserção dos agentes sociais no conflito estrutural de classe, ou seja, é fruto “[...] da ausência de relação conflitual, da exclusão social, [...], que alimentam hoje em toda parte do mundo, inclusive na Europa ocidental, condutas amotinadoras ou uma violência social mais difusa, *fruto da raiva e das frustrações*” (1997, p. 7 [Grifo nosso]).

Para o autor, a violência atual é derivada do fato de que as “[...] pessoas e grupos se percebem como negados, impossibilitados de manifestarem sua própria

subjetividade, arrebatados ou destruídos pelo desprezo de outras pessoas e grupos melhor situados e que se recusam a reconhecê-los como sujeitos” (WIEVIORKA, 1997, p. 7). Ou seja, a violência é motivada por situações que estão fora do domínio do indivíduo. Por exemplo, as crises cíclicas do capital afetam a vida política e econômica e, conseqüentemente, também geram um aumento do desemprego estrutural. Este desemprego, quando alcança níveis insuportáveis, tende a provocar nos sujeitos frustrações e/ou medo que originam o ódio e/ou raiva, que podem ser determinantes para o surgimento de eventos de violências, sejam isoladas, sejam coletivas.

No entanto, conforme Arendt, nem toda situação de miséria e sofrimento pessoal e/ou de grupos gera, automaticamente, expressões de violências. A autora afirma que

[...] ninguém reage com o sentimento de ódio a uma doença incurável ou a um terremoto ou a condições sociais que parecem imutáveis. Somente onde houver razão para suspeitar que as condições poderiam ser mudadas e não o são é que surgirá o ódio. Somente onde o nosso senso de justiça for ofendido é que reagiremos com ódio, e essa reação não refletirá de maneira alguma um dano pessoal, conforme demonstra toda a história da revolução, onde invariavelmente os membros das classes altas deflagravam e em seguida lideravam as rebeliões dos oprimidos e tiranizados. A violência é um recurso enormemente tentador quando se enfrenta acontecimentos ou condições ultrajantes, em razão de sua proximidade e rapidez (2010, p. 39).

A violência estrutural mantida a “ferro e fogo” pelos grupos dominantes é um instrumento de poder que pretende resguardar interesses de classe. Assim, a manutenção de uma sociedade desigualdade e fragmentada alimenta a injustiça e as contradições sociais, reproduzindo o sentimento de ódio e frustrações sociais que podem se expressar em forma de violência no conjunto das relações sociais, provocando a resistência e/ou a apatia social nas classes dominadas.

Entendemos que a injustiça socioeconômica e política faz-se presente na sociedade humana desde os tempos remotos, porém, com o advento da revolução industrial, o desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, a mundialização da economia, essa injustiça toma proporções alarmantes. Apreendendo-a numa relação dialética, ao mesmo tempo que a alimenta, o desenvolvimento dos meios de produção a aprofunda, gerando cada vez mais uma fragmentação social e cultural. Assim, deste ponto de vista, contraditoriamente assume um caráter devastador no que diz respeito às reais necessidades sociais e à capacidade dos indivíduos de se auto-

realizarem como sujeitos. Conforme Wieviorka (1997, p. 17-18 [Grifos do autor]), “[...] pode-se então dar um passo a mais e considerar que a *mundialização da economia*, e suas ligações diretas com a fragmentação cultural e social, contribui |sic| para a *mundialização da violência, com suas formas fragmentárias*” .

No contexto da mundialização, segundo Wieviorka (1997), perde sentido a definição analítica proposta por Max Weber, de que o Estado é o detentor do monopólio da violência legítima, porque os Estados contemporâneos tendem a enfraquecer o seu poder de influência em questões fundamentais, tal como o controle da economia que, em parte, tem sido dominada pelo crime organizado.

Atualmente, têm sido cada vez mais frequentes as situações em que o Estado “[...] é obrigado a recuar frente às atividades informais, ao tráfico e ao trabalho clandestino; [...] e ao mesmo tempo que a economia se privatiza, a violência se privatiza, meio de pilhar o Estado ou de se atribuir os recursos que ele deveria controlar” (WIEVIORKA, 1997, p. 19). Assim, o Estado contribui, em muitos casos, para praticar ou encobrir uma violência ilegítima, por exemplo, a tortura, prisões superlotadas, abusos de autoridade, a violência estrutural e/ou a delegação do uso da força a atores privados que agem em benefício próprio.

A sujeição do Estado às forças do mercado se aprofunda cada vez mais, principalmente com as transformações societárias. Com o desenvolvimento da sociedade de consumo, em que o indivíduo se torna, ele mesmo, uma mercadoria capaz de produzir e consumir ao mesmo tempo, a economia capitalista em ascensão mantém a fragmentação da classe trabalhadora e a ampla regulamentação das relações capital/trabalho.

A exploração dos trabalhadores ocorre a partir da intensificação e expansão do consumo. A lógica é aumentar o lucro através da estimulação do consumo individual, da economia de mercado e das forças produtivas do trabalho com valores implícitos e pouca durabilidade no emprego, insegurança e rotinização dos comportamentos individuais, bem como do consumo individual, em que os valores são focados nos desejos crescentes dos indivíduos, demarcando uma constante incerteza.

Entretanto, torna-se uma estratégia essencial do capital que as aspirações dos consumidores sejam frustradas para que a economia se mantenha continuamente alimentada, muito embora o seu sucesso advenha da irracionalidade dos possíveis consumidores que, independentemente de sua condição socioeconômica, estão cada

vez mais propensos ao estímulo consumista, em detrimento do cultivo da razão (BAUMAN, 2008b).

O que pode, por vezes, provocar, nos indivíduos consumidores, condições favoráveis para a reprodução das expressões das violências estruturais, ponderando o que Wieviorka (1997, p. 24) afirma: “É bem difícil ser, ao mesmo tempo, consumidor e produtor de sua existência, eficaz e racional de um lado, autônomo e distanciado em relação às normas do outro”. É inegável que o mundo moderno é capaz de oferecer e prometer, tanto as condições que permitem aos indivíduos a possibilidade de consumo, como todas as capacidades que lhes permite ser ator de sua própria existência. Entretanto, os frutos da modernidade são um privilégio de realização individual de um número reduzido de atores sociais, em contraste com outros milhares de atores frustrados e em busca de sua satisfação individual.

O incentivo ao individualismo dos diversos grupos sociais pertencentes às classes subalternas e, contraditoriamente, sua conseqüente negação, mantêm uma relação limítrofe com o aumento das violências, sejam aquelas entre as nações, sejam as relacionadas ao desejo frustrado de ascender aos frutos da modernidade, ou mesmo aquelas que resultam das inúmeras impossibilidades criadas pelo sistema capitalista, que provocam situações em que o indivíduo perde a possibilidade de exercer sua liberdade.

A liberdade humana não envolve apenas a possibilidade do indivíduo ser “livre” no quesito do “ir e vir”, vender sua forma de trabalho e/ou consumir os produtos disponibilizados no mercado como se estabelece e se configura na sociedade contemporânea atual. Assegurar a liberdade humana conforme Marx (2007), vai muito mais além, ou seja, é a busca contínua e permanente para a satisfação das necessidades básicas do homem na sociedade. É a satisfação do primeiro ato histórico do homem (MARX, 2007). Para que o homem exerça a sua liberdade é necessário que este seja protagonista de sua própria história produzindo e reproduzindo a sua vida material, sendo determinante na manutenção e realização da vida em qualquer sociedade e, como conseqüência, a manutenção da estabilidade e paz social.

## **CAPÍTULO 2 – A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA**

No mundo contemporâneo, as mais diversas expressões de violência constituem um dos fenômenos sociais mais preocupantes da humanidade e uma das temáticas de maior complexidade de estudo nas ciências sociais e humanas.

Este fenômeno, a violência, se manifesta de diversas formas no espaço social, gera impactos nas políticas públicas e diferentes consequências nas classes sociais. Entretanto, atinge principalmente as classes subalternizadas e indivíduos moradores das periferias das grandes cidades, que convivem diariamente com uma diversidade de situações (baixa escolaridade, precárias condições de emprego e renda, miserabilidade, habitação precária, etc.) que comprometem suas condições de existência e de luta pela sobrevivência.

Para melhor apreender a problemática da violência estrutural no âmbito das transformações da sociedade capitalista, nos propomos, neste capítulo, debater o tema a partir das múltiplas e concretas determinações sócio-históricas do fenômeno, que gradativamente vêm afetando as periferias das cidades.

Ressaltamos que a análise da violência terá como fundamento a perspectiva de totalidade social, pois estudá-la requer apreender sua complexidade e requisita do pesquisador dialogar com outros paradigmas e seus respectivos articulistas, por apresentarem contribuições importantes na análise do tema violência e suas expressões na sociedade tardo-burguesa.

Assim, o aprofundamento e a análise desses elementos são fundamentais para compreender o fenômeno da violência. Contudo, apreender as expressões de violência urbana na sociedade capitalista requer ter como ponto de partida a crescente concentração da riqueza que determina a sociabilidade burguesa (reprodução ampliada do capital em todas as esferas da vida), ou seja, para desvendá-la, é essencial apreendê-la a partir das suas múltiplas determinações na sociedade atual.

### **2.1. As violências como fenômeno social e suas expressões na relação entre o estado capitalista e a sociedade**

O capitalismo contribui, de forma direta, para a privação social dos sujeitos. No que se refere à construção da vida cotidiana, os sujeitos que não se ajustam aos *status quo* são considerados descartáveis, se considerarmos as bases do sistema societal – produção, exploração, acumulação e alienação –, porém, ao mesmo tempo, esses sujeitos são funcionais, contribuindo para a manutenção do exército de reserva.

A tentativa de analisar a violência como fenômeno social na contemporaneidade obriga necessariamente a analisá-la a partir de suas determinações históricas e das transformações societárias daí decorrentes. Dentre as várias transformações operadas pelo grande capital na sociedade tardo-burguesa, iniciada por volta de 1970 e tornando-se, a partir dos finais dos anos 1980, hegemônica e mundial, (flexibilização da produção e das relações de trabalho, desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros e privatização do patrimônio estatal), destacamos aqui a flexibilização do sistema produtivo, que nesta nova fase deve garantir uma rápida reconversão dos lucros e das relações de trabalho, com tendências expressas para a liquidação dos direitos laborais.

A desregulamentação do trabalho, argumenta Bauman (2008a), foi favorecida ainda pela terceirização, que tem levado o capitalismo a empreender relações flutuantes, flexíveis e até mesmo descartáveis. Como consequência, esta transformação do mundo do trabalho incrementa o processo de pauperização e miséria. Conforme afirma Netto,

[...] os novos processos produtivos têm implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital; resultado direto na sociedade capitalista: o *crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital* — com os economistas burgueses (que se recusam a admitir que se trata do exército industrial de reserva próprio do tardo-capitalismo) descobrindo [...] o ‘desemprego estrutural’! De fato, o chamado ‘mercado de trabalho’ vem sendo radicalmente reestruturado — e todas as ‘inovações’ levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da ‘informalidade’ (2012, p. 417 [Grifos do autor]).

A crescente desregulamentação das relações capital/trabalho que se verifica na presente fase do desenvolvimento da sociedade capitalista dissemina as diversas formas de violência social. Na contemporaneidade, a violência se destaca pelas mais diversas formas assustadoras; compreendendo desde as mais elementares formas de violência urbana até as mais violentas, como narcotráfico, sequestros, terrorismos,

desemprego estrutural e lumpenização generalizada, etc., atreladas a uma lógica da *destruição criativa*<sup>14</sup>, relacionada:

[...] tanto à contínua criação de novos produtos e inovação tecnológica bem como à obsolescência programada, a criação de sucata, o abandono de mercadorias, máquinas, equipamentos, técnicas e procedimentos, o que significa, inclusive, sucatear mão-de-obra ou força de trabalho (IANNI, 2004, p. 146).

Para este autor, o processo de globalização do capitalismo na sociedade contemporânea intensifica a lógica da *destruição criativa* e, como tal, é assumido como modo de produção e processo civilizatório hegemônico mundial. Desta forma, o capital intensifica e amplia o processo de reprodução, a busca do lucro, a produção de mais-valia, envolvendo contínua e reiteradamente a concentração e centralização crescente de capitais, aumentando a capacidade de produção da riqueza em nível global; mas, ao mesmo tempo, revela uma de suas contradições mais importantes: a produção e a reprodução contínuas e crescentes de marginalização, exclusão, pobreza, miséria, desemprego/subemprego ou pauperismo, algo que tem sido inerente à dinâmica do capitalismo (IANNI, 2004).

O Estado capitalista, apesar de reconhecer que o grande problema social e político da sociedade moderna e contemporânea é a violência (um dos aspectos mais complexos da questão social), não a entende como um problema atrelado à dinâmica capitalista, exatamente pelo fato de a violência revelar-se uma poderosa força produtiva a partir da (re)organização do Estado moderno comandado pela ordem capitalista de produção e reprodução social que perduram até hoje.

Conforme assevera Ianni (2004, p. 149): “Ao lado do capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social, o Estado como a violência organizada e concentrada da sociedade, revela-se poderosa força produtiva”. Assim, a violência se configura como um mal necessário para garantir a reprodução e a acumulação capitalista. Nestes termos, concordamos com Hirsch (2005), quando afirma que a

---

<sup>14</sup> Sobre a lógica de destruição criativa, Harvey considera que “[...] o processo de neoliberalização envolveu muita "destruição criativa", não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. Na medida em que julga a troca de mercado uma ética em si capaz de servir de guia a toda ação humana, e que substitui todas as crenças éticas antes sustentadas” (HARVEY, 2008, p. 13), o que torna as relações humanas muito superficiais, fragilizadas e desconectadas da realidade concreta.

economia capitalista não sobrevive como uma simples economia de mercado, por estar permeada por um conjunto de contradições tanto políticas como econômicas, que só podem se realizar pela ação do Estado.

No entanto, a crise de dominação do Estado contemporâneo mantém um clima de temor recíproco entre as pessoas, os grupos e as classes sociais, disseminando as diversas formas de violência no espaço social (SANTOS, 1993). O Estado não pode mais garantir proteção à sociedade civil e aos indivíduos em particular, face às exigências cada vez maiores impostas pelo neoliberalismo, ou seja, procura-se incessantemente um critério único em que a sociedade humana passa a ser dominada completamente pelo mercado.

Neste sentido, o Estado tende a manter-se relativamente distante da sociedade civil e, mediante a separação da política e economia, garante o pleno funcionamento do mercado. Entretanto, conforme argumenta Hirsch (2005, p. 168) “[...] política e economia não têm uma relação funcional que se autorregula sem fissuras”. A separação do Estado e sociedade ocorre nas lutas políticas e sociais, principalmente quando as atividades do Estado são dirigidas por interesses privados que buscam atender unicamente as exigências e os pactos políticos/econômicos com as classes economicamente dominantes (HIRSCH, 2005).

Assim, em tempos de crescentes conflitos sociais, as classes dominantes reclamam para si o uso da força e da violência coercitiva física para assegurar a sua dominação através do aparelho do Estado, que atende mais o interesse do capital do que da sociedade. Portanto, a relação do Estado com a sociedade se estabelece através de permanentes conflitos sociais (HIRSCH, 2005), revelando a fragilidade, a dificuldade por parte deste em atingir o consenso e de resolver de modo fecundo os problemas da sociedade.

Ao contrário da relação que o Estado estabelece com o mercado. Esta apresenta-se como indissolúvel, na medida em que só existe porque segue mantendo as condições ideais para sua reprodução e como valorização do capital, em detrimento da valorização social e da própria vida humana. E, para tal, requer ao mesmo tempo que as contradições estruturais e históricas que marcaram o processo de consolidação e desenvolvimento do capitalismo se reatualizem na contemporaneidade e atinjam magnitudes cada vez mais insuportáveis, que impedem tanto a harmonia social como uma vida econômica estável na sociedade das grandes revoluções tecnológicas.

Desta forma, embora clássicas, ainda permanecem atuais as observações de Engels (1875), que entende a violência como uma reação do indivíduo oprimido contra a dominação do sistema capitalista burguês, detentora dos meios “ditos” legais para reprimir os atos que comprometem seu avanço nos mais variados modos de vida dos sujeitos. Tal atitude torna-se uma reação individual ineficaz e facilmente esmagada pelo Estado, enquanto gestor dos interesses da burguesia e mantenedor da ordem social.

Engels (2008) ainda enfatiza que as causas sociais da violência estão enraizadas nas relações econômicas desiguais que caracterizam o sistema. Assim, enquanto persistirem as contradições sociais entre os indivíduos e a sociedade, por conta das desigualdades sociais e das necessidades econômicas, impedindo o homem de viver uma vida socialmente digna, continuará o uso da força e da coerção como expressão de violência, base da formação social do capitalismo. Ou seja, enquanto a sociedade permanecer sob o ímpeto da exploração capitalista, mantendo grande parte da população sob condições de indigência e negando-lhes o direito de exercer de forma livre a sua cidadania e uma vida digna, a questão social continuará a crescer e se agravar, particularmente a violência social.

Foram sem dúvida excepcionais os grandes avanços tecnológicos e socioeconômicos dos tempos modernos, no final do século XX e início do século XXI, a chamada revolução tecnológica, e implicaram de certa maneira em grandes conquistas socioculturais e econômicas em nível global. Entretanto, ao mesmo tempo dá-se o aumento das contradições cada vez insuportáveis para a convivência humana.

Para Dahrendorf (apud ADORNO, 1998) o progresso, materializado pela multiplicação das oportunidades de vida, cujos elementos constitutivos são a liberdade de escolha, teve como contrapartida o desatamento das ligaduras que permitiam os vínculos dos indivíduos com a sociedade, fortalecidos durante o século XX. Se, na passagem do século XX viveu-se “a era do massacre” (SINGER apud HOBBSAWN, 1995), que obrigou a sociedade a uma saída mais humanista e emancipatória, por sua vez não consolidada, contemporaneamente, conforme afirma Bauman (1997, 1998, 2007, 2009), as sociedades tentam sobreviver à “era do medo e da insegurança”, pois os instrumentos criados que atendiam as lutas pela emancipação social foram desmantelados propositadamente, para fins do capital. Segundo o autor, citando uma passagem do grande ativista americano Martin Luther King Jr.: “A luta pela igualdade

se torna uma luta pelo poder, mas o poder, por contra própria não reconhece a igualdade” (KING Jr. apud BAUMAN, 1998, p. 46).

Desta forma,

[...] poderíamos dizer que a insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos. Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana (BAUMAN, 2009, p. 2).

Do mesmo modo, ao lado das conquistas trazidas ao nosso tempo pela sociedade moderna globalizada, surgiram formas e técnicas de violência social inimagináveis (os mais sofisticados instrumentos de violência, alienação e dominação). O Estado, na tentativa de construir alcançar a paz social e sociedade mais segura, serve-se das mais diversas formas e práticas de dominação para impor a sua legitimidade, não no sentido de restabelecer o vínculo social, mas garantir a reprodução do capital. A consequência é que a crescente inovação tecnológica ligada ao processo produtivo tende a aumentar o contingente de sobras do mercado de trabalho, os desassociáveis à sociedade capitalista, que serão enquadrados na lista dos sujeitos suspeitos que devem ser vigiados permanentemente pelo poder público.

Conforme argumenta Ianni (2004, p. 170-171),

À medida que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção próprias do capitalismo, desenvolvem-se as diversidades e as desigualdades, as formas de alienação, técnicas de dominação e lutas pela emancipação. Aprofundam-se, generalizam-se e multiplicam-se as contradições sociais. No mesmo curso das lutas e conquistas polarizadas pela democracia e a cidadania, desenvolvem-se as técnicas de repressão social.

A violência é algo inerente ao desenvolvimento da sociedade capitalista e do próprio Estado moderno, seja nacional ou mundial, em que o capitalismo, enquanto modo de produção hegemônico da sociedade (dispõe de todos os meios que lhe permitem garantir o superlucro), desumaniza e desvincula o homem de suas raízes e alimenta o crime e a violência nas diversas esferas das relações sociais.

Conforme trazem à baila Lessa e Tonet (2011), a lei do mercado resume-se ao poder do mais forte e, nesse sentido, a busca desenfreada pelo lucro e pela riqueza coloca as necessidades essencialmente humanas num segundo plano, tornando

perfeitamente normal e aceita pela sociedade a banalização da vida. Ou seja, para os autores:

Todas as relações humanas são convertidas em instrumentos dessa luta pela acumulação privada de capital. Os homens têm no capital seu espelho e se constroem cotidianamente como sua imagem. As necessidades que impulsionam as prévias-ideações não são mais necessidades humanas, mas necessidades que brotam da dinâmica reprodutiva do capital. De modo obrigatório, necessário, o capital predomina sobre as necessidades verdadeiramente humanas, fazendo com que a reprodução social dos indivíduos e da totalidade social esteja a serviço dos interesses particulares da burguesia (p. 83).

O sistema de organização da sociedade moderna, onde tudo vira mercadoria e a classe dominante está preocupada basicamente com a acumulação de capital, desvaloriza a vida e as necessidades essencialmente humanas, tornando quase impossível a sobrevivência das classes sociais menos favorecidas ou subalternas, principais vítimas do anunciado progresso social sob as ordens do capital, que os empurra cada vez mais para um destino sem referência, enquanto a classe dominante desfruta confortavelmente de todos os benefícios criados pela modernidade.

Neste sentido, as desigualdades sociais particularizadas e fundamentadas sob as condições objetivas oferecidas pelo capitalismo, as quais limitam o acesso aos bens indispensáveis à vida, possibilitam a materialização de diferentes formas de violência na sociedade capitalista, que atingem sobretudo os pobres e os excluídos da sociedade.

A eles destinam-se migalhas. Povoam as grandes cidades, migram em diferentes direções, vagam perdidos por campos e construções, atravessam territórios e fronteiras, continentes. São versões eletrônicas de famélicos da terra, em um planeta em que abundam a riqueza e o desperdício. Sim, são milhões os que padecem a violência com a qual a fábrica da sociedade fabrica a pobreza, a miséria, a fome (IANNI, 2004, p. 148).

A forma como a sociedade se encontra organizada desvirtua a realidade em que vive grande parte da população mundial, na medida em que, pregando a liberdade, a igualdade de oportunidades e o respeito aos direitos de cidadania, opera contraditoriamente, aumentando a desigualdade, a exclusão e a negação dos direitos, impondo sofrimento e privação aos menos favorecidos e uma permanente condição de incertezas em relação ao futuro. É nesse sentido que a violência institucionalizada no Estado contemporâneo se assume como uma poderosa força produtiva, pois impõe

uma vigilância contínua sobre as classes subalternas, desmantela de forma contínua as defesas históricas e duramente conquistadas pelos trabalhadores e reatualiza os fragmentos do passado nos seus vários aspectos, especificamente a crescente manifestação da violência física.

Esta crescente manifestação de violência física na sociedade contemporânea, conforme Santos (1993), reflete o processo de “*dilaceração da cidadania*”<sup>15</sup> e tende a ameaçar as próprias possibilidades da participação social. Em contraposição às denominadas formas civilizadas de relacionamento societário, força, coerção e dano em relação ao outro, presentes nas relações de poder, impedem o reconhecimento do outro, do nível macro, do Estado, ao nível micro, dos grupos sociais. Este excesso de força e coerção vêm configurar a violência social nos dias atuais, o oposto do que deseja e aspira a sociedade democrática contemporânea (SANTOS, 1999).

Assim, torna-se necessário localizar os fenômenos da atual violência no cenário da globalização das desigualdades de oportunidades de vida em termos de saúde, habitação, trabalho, educação, relações de sociabilidade, segurança, informação/conhecimento e participação política. A partir deste cenário, os fenômenos da violência adquirem contornos alarmantes em toda e qualquer sociedade, verificados na sua multiplicidade de formas e de determinações, inclusive situações que prescrevem estigmas e até exclusão, efetiva ou simbólica (SANTOS, 1999).

Desse modo, entendemos que a nova configuração do papel do Estado requer uma sociedade participativa nos assuntos de interesse público, mobilizada e organizada socialmente para reivindicar direitos e políticas sociais que atuem nas expressões da questão social, almejando a verdadeira sociedade democrática, onde o outro (pessoa, classe, gênero ou raça) possa ser reconhecido e valorizado.

## **2.2. A violência estrutural**

Neste estudo, para conceituar a violência estrutural é necessário uma reflexão prévia sobre as contradições da sociedade capitalista e os mecanismos criados para

---

<sup>15</sup> Segundo Santos (2007, p. 91): “A cidadania dilacerada resulta da tecnologia de poder que se exerce pelo suplício do corpo e das dificuldades de realização de contrato social [...]. A possibilidade de erradicar as diversas formas de violência depende da criação de práticas capazes de instaurarem um contrato de novo tipo”. Argumentamos que esse contrato numa sociedade de classes é resultado das lutas travadas pelos trabalhadores na disputa pela hegemonia”.

responder as reivindicações da classe trabalhadora, face ao agravamento da questão social. Na atualidade, esses mecanismos, implementados pelo Estado capitalista para as diferentes frações de classe, vêm restringindo cada vez mais o acesso da população pobre aos serviços básicos e aos direitos sociais.

A verdade é que, desde o final do século XIX, quando ocorreu a grande contradição entre o capital e o trabalho, e após a burguesia reconhecer a existência da questão social, vêm sendo incorporadas algumas demandas da classe trabalhadora nas políticas sociais, transformando as reivindicações em leis que estabeleceram melhorias tímidas e parciais, mas não promoveram mudanças profundas no sistema capitalista (BEHRING; BOCHETTI, 2009).

O sistema capitalista conheceu profundas mudanças após as reformas do chamado *Welfare State* (fortalecido na Europa Ocidental, no período pós-Segunda Guerra Mundial e que influenciou a organização e estrutura dos Estados modernos do Ocidente), com a incorporação de princípios sociais-democratas e investimento em políticas sociais. Entretanto, o reconhecimento dos direitos não se configurou como o elemento de ruptura radical com os fundamentos capitalistas (BEHRING; BOCHETTI, 2009). O que mantém, na sociedade contemporânea, as contradições sociais e materiais da existência humana, até porque essas políticas se disseminaram tanto na Europa como nos países mais ricos, principalmente do Ocidente, mas o resto do mundo, ou o “Terceiro Mundo”, não chegou a experimentar grandes mudanças em relação à ampliação dos direitos e das políticas sociais.

O que se pode constatar, desde final dos anos 1970 do século XX, com a redução do *Welfare State* e a regressão e desqualificação dos direitos sociais em favor da intensificação das leis do mercado, que assumem uma nova dinâmica na era da globalização neoliberal, envolvendo a mercantilização de quase tudo que produz mais-valia para o capital.

A mercantilização assume um novo protagonismo nas relações do homem com a sociedade contemporânea e segundo Harvey:

[...] houve em toda parte uma empática acolhida ao neoliberalismo nas práticas e no pensamento político-econômico desde os anos 1970. A desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social têm sido muitíssimo comuns (2008, p. 12).

As consequências, conforme Maricato (2015), são muito conhecidas:

A precariedade nas relações de trabalho, ampliação da concentração de capitais, ampliação dos mercados, ampliação da desigualdade, hegemonia do capital financeiro, enfraquecimento dos sindicatos e partidos de esquerda, mudança na geopolítica mundial, entre outras como: extrema pobreza, delinquências, violências, terrorismos, insegurança social, incertezas, etc (p. 13).

Destarte, a partir daí o Estado não consegue mais exercer o seu papel de protetor da sociedade, sua função passa a ser assegurar o pleno funcionamento dos mercados, se necessário usando a força (HARVEY, 2008).

Neste sentido, conforme argumenta Bauman (2001, p. 49), se, por um lado, o privado passa a colonizar o espaço público, “[...] espremendo e expulsando o que quer que não possa ser expresso inteiramente, sem deixar resíduos, no vernáculo dos cuidados, angústias e iniciativas privadas”. Por outro lado, o Estado, movido pelos interesses do capital privado, passa a repetir ostensivamente que somente os indivíduos isoladamente devem procurar seguir o seu próprio destino, que por sinal, “[...] não tem razão de atribuir ‘relevância tópica’ ao que quer que resista a ser engolfado no eu trabalhado com os recursos do eu; mas ter essa razão e agir sobre ela é precisamente a marca registrada do cidadão” (BAUMAN, 2001, p. 49).

Assim, os impactos da globalização neoliberal, que pretende enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado, aprofundam as desigualdades sociais e a mercantilização das relações sociais, considerando que a realização da cidadania passa a se efetivar no espaço privado. Desta forma, conforme argumenta Bauman (2008b), ser cidadão livre passou a significar autonomia para consumir ou simplesmente para circular, as relações e interações humanas se estabelecem integralmente no mercado e é basicamente neste espaço que o indivíduo se torna sujeito e também é aí que o espaço social se configura como espaço de contatos e de segregação.

Neste novo modelo de organização da sociedade, o indivíduo deve simplesmente perseguir e realizar os seus próprios desejos através da espontaneidade e do esforço individual para que possa conquistar o *status* de sujeito social (BAUMAN, 2001). Assim, o próprio indivíduo, reforçado na sua individualidade, é que deve construir o caminho que o eleva à condição de cidadão livre, sendo solidário como leva sua vida, mas sujeito a sofrer tropeços e derrotas nesse processo, como todos os seus semelhantes (BAUMAN, 2001).

O indivíduo ainda tem que lidar com as mudanças que se aceleraram no sistema capitalista nos anos 1970 – avanço da desagregação e transformação dos laços sociais e culturais, transformações na estrutura de emprego, nos benefícios sociais, entre outras alterações (COSTA, 1999).

Conforme Bauman (2008b), o grande problema da “pós-modernidade”<sup>16</sup> é a intensificação da exploração dos trabalhadores e a acumulação capitalista no mundo, mercantilizando todas as esferas da vida social. . Se, na sociedade de trabalhadores, a força de trabalho tornou-se mercadoria e as lutas para a emancipação se davam em nível da organização coletiva, com o advento da globalização e de uma sociedade extremamente fragmentada e permeada pelo consumo de massas, as lutas para emancipação e reconhecimento social são travadas a partir do sujeito individual, o que favorece o isolamento e a falta de poder da coletividade (BAUMAN, 2008b). O que não significa o fim da exploração da classe trabalhadora, mas, sim, o recrudescimento da exploração, expropriação e dominação.

A sociedade contemporânea induz a pessoa a escolher, através do consumo, o que deseja ser. Entretanto, exige dela condições financeiras que não lhe permitem alcançar sua emancipação, o que, contraditoriamente, destitui sua subjetividade, enfraquece suas condições de resistência individual ou coletiva, de organização e luta social (BAUMAN, 2008b).

---

<sup>16</sup> Até aqui temos evitado o uso do termo pós-modernidade (ideologia que prega a superação da modernidade face ao grau de organização que a sociedade global está condenada a atingir com o desenvolvimento tecnológico, científico, socioeconômico e político que vai culminar na libertação total do indivíduo do domínio das entidades ou dos poderes que lhe ditam normas), um termo muito polêmico no debate contemporâneo, alternando entre os termos “contemporâneo” e “contemporaneidade” ou “mudanças societárias” para se referir ao tempo presente. O próprio Bauman foi, durante muito tempo, mal interpretado, pelo uso recorrente, em suas obras, do termo em questão; nada mais falso e sem qualquer fundamento teórico e prático. O autor, apesar de sempre fazer referência ao termo pós-modernidade, principalmente, em obras mais antigas, busca compreender de forma crítica a sociedade contemporânea moldada a partir de uma modernização compulsiva e obsessiva que tende a solapar a existência humana. Deste modo, completamente crítico àquilo que chama de pós-modernidade, o autor passa a se referir ao conceito de “modernidade líquida” em suas obras recentes, para evitar esta confusão. Numa de suas entrevistas, afirma: “Uma das razões pelas quais passei a falar em “modernidade líquida” e não em pós-modernidade (meus trabalhos mais recentes evitam esse termo) é que fiquei cansado de tentar esclarecer uma confusão semântica que não distingue sociologia pós-moderna da sociologia da pós-modernidade, “pós-modernismo” de “pós-modernidade”. Ser um pós-modernista significa ter uma ideologia, uma percepção do mundo, uma determinada hierarquia de valores que, entre outras coisas, descarta a ideia de um tipo de regulamentação normativa da comunidade humana, assume que todos os tipos de vida humana se equivalem, que todas as sociedades são igualmente boas ou más; enfim, uma ideologia que se recusa a fazer qualquer julgamento e a debater seriamente questões relativas a modos de vida viciosos e virtuosos, pois, no limite, acredita que não há nada a ser debatido. Isso é pós-modernismo” (BAUMAN, 2004, p. 321).

Entendemos que a violência, enquanto fenômeno social, para além de responder as necessidades do capital, também se nutre de suas especificidades, por exemplo, das desigualdades sociais geradas por essas especificidades que destituem o homem de suas raízes enquanto ser social, tornando-se sujeito supérfluo que busca apenas a satisfação imediata das suas necessidades reais, sem se preocupar com a coletividade humana.

Na contemporaneidade, cada vez mais o capitalismo confere maiores e amplos poderes ao mercado e institui a sociedade do consumo como o espaço de autofiliação social, sem distinção de classes, *status* social, gênero ou raça, todos são potenciais consumidores. O que tem acontecido é que os ricos ratificam sua hegemonia e os pobres lutam individualmente para não ser humilhados totalmente (BAUMAN, 2008a). Assim, os elementos: econômico (concentração da riqueza), social (aumento da desigualdade), político (criminalização da pobreza), espaciais (fragmentação do território e ausência de moradia) ou ideológicos (fragilidade democrática e insegurança), quando combinados, fortalecem ainda mais a violência estrutural e a barbárie social. Desta forma, explica Gentili:

As características ontológicas da sociedade do capital transformam toda a vida social em vida que gira em torno do valor do trabalho, da exploração do trabalho, da extração da mais-valia, da dominação e da organização social, da vida em sociedade, e cujas interligações encontram-se presentes nas complexas inter-relações particulares que afetam os diferentes segmentos de classe e singulares mediações que condicionam a vida de cada indivíduo, numa totalidade complexa que se organiza a partir das condições gerais de produção de bens (produção e reprodução social) e da própria condição humana (2013, p. 317).

Conforme afirma Minayo (1994, p. 7), na sociedade burguesa, em sua dialética de interioridade/exterioridade, a violência integra não só a racionalidade da história, mas a origem da própria consciência, isto é, constitui um fenômeno social histórico e transformador da própria consciência humana, “[...]por isso mesmo não podendo ser tratada de forma fatalista: é sempre um caminho possível em contraposição à tolerância, ao diálogo, ao reconhecimento e à civilização”. Ou seja, a violência estrutural é conformada a partir das desigualdades sociais, que aumentam entre a população urbana periférica, pobre e subalternizada. São múltiplas e diversas as suas manifestações: econômica, social, de gênero, etnia, física, psicológica, simbólica, cultural, entre outras expressões.

Algumas formas de violência estão associadas e possuem uma vivência real que impacta a vida dos indivíduos. Conforme Silva (2008), a materialidade da violência

[...] não é uma abstração e supõe, necessariamente, para que seja violência, uma realização prática – mais ou menos visível, reconhecida ou não socialmente – capaz de violar, oprimir, constranger ferir e impor interesses e vontades que se sustentam em desejos de indivíduos sociais, situados em uma dada existência que impõe os parâmetros por onde tais subjetividades se formam e se desenvolvem. Portanto, por mais pontual que possa parecer um ato violento, ele sempre será ideado, viabilizado e explicado sob determinadas condições sócio-históricas e, evidentemente, não poderá ficar circunscrito à esfera puramente individual-subjetiva (embora não prescindida dela), já que o ser social é, ao mesmo tempo, subjetividade-objetividade, indivíduo-classe (p. 268 [Grifos do autor]).

Com o fortalecimento mundial do neoliberalismo, os Estados têm vivenciado e cada vez mais revelam ter dificuldades para implementar e manter políticas públicas sociais que garantam à classe trabalhadora o acesso aos serviços e direitos sociais, vitimando-as com situações de violência, como pobreza extrema, fome, dificuldade no acesso a serviços sociais básicos como: educação, saúde, transporte, moradia, saneamento básico, energia elétrica, água, cultura, e outros. A redução de direitos sociais aumenta a pobreza extrema, incide nas relações sociais e, por vezes, é geradora do aumento da delinquência e do medo social (NETO; MOREIRA, 1999).

Vale observar que a violência infligida pelas instituições clássicas da sociedade expressa, sobretudo, os esquemas de dominação de classe, grupos e do Estado. Na maioria das vezes, pela tradição e poder dessas instituições a violência tende a ser considerada normal e uma maneira de gerenciar os conflitos sociais, uma vez que tais instituições não têm sido amplamente contestadas pela sociedade, acreditando que agem para evitar a desestabilização da ordem social (NETO; MOREIRA, 1999). Ou seja, na dinâmica da sociedade burguesa capitalista, o Estado, em estreita relação com o mercado, tem primado pela valorização do capital em detrimento da valorização social. A satisfação das necessidades reais dos indivíduos tem sido colocada cada vez mais em segundo plano para dar lugar ao florescimento do capital e à acumulação contínua da riqueza.

Concordamos com Bonamigo (2008), quando afirma que “[...] a violência é instituída dentro da estrutura social. Inclui as práticas, comumente denominadas, de desigualdade social. Abarca tanto os recursos distribuídos desigualmente quanto o poder desigual de decisão sobre essa distribuição” (p. 206). Apesar de todo o antagonismo e problemas suscitados nas relações e inter-relações sociais que

comprometem as condições de existência e realização humana (riqueza e abundância/desigualdade, exclusão e pobreza; ordenamento do território e centros urbanizados organizados/fragmentação socioespacial e desordem urbana; democracia e cidadania/medo e insegurança), a luta ideológica permanente do sistema capitalista é pela manutenção da ordem, enfrentando conforme Foladori, Melazzi e Kilpp (2016), as suas crises recorrentes e sistêmicas pelo viés econômico, ratificando a sua hegemonia como sistema dominante.

Ao longo da história humana, sob o domínio do capital pouco se fez para acabar com os problemas estruturais que o próprio sistema tende a criar nas relações e inter-relações sociais, alimentando a reprodução crescente de inintegráveis na sociedade e das expressões da questão social.

Netto (1996, p. 31 [Grifos do autor]) argumenta que, basicamente, “[...] o caráter público de enfrentamento das refrações da ‘questão social’ incorpora o substrato individualista da tradição liberal, *ressituando-o* como elemento subsidiário no trato das sequelas da vida social burguesa”.

As ações públicas que criam as condições sociais para o desenvolvimento dos indivíduos não excluem a sua responsabilidade social pelo aproveitamento ou não dos meios colocados à sua disposição (NETTO, 1996). O autor argumenta que os desvios sociais, sobretudo daqueles segmentos que vivem em situação de marginalidade social, são compreendidos por parte da classe dominante como fracassos do sujeito individual e, por esse motivo, eles devem ser responsabilizados pelos seus atos (NETTO, 1996).

A violência se institui nas sociedades divididas e desiguais, principalmente naquelas fundadas em relações de exploração e de alta concentração da riqueza produzida, nas quais se observam os mais diversos tipos e formas de violência, desde a coerção social (que em nenhum momento histórico foi esquecida por parte da classe dominante) até o uso da força repressiva física como recurso para obter a contenção da ordem social.

Nesses marcos, os Estados nacionais, segundo Silva (2006),

[...] reaquecem as velhas fórmulas baseadas no eixo repressão-higienização (normalmente travestidas de discursos “democráticos” que agem em defesa do cidadão produtivo trabalhador e consumidor, bem como se materializam alternativas sustentadas no enriquecimento de estratégias de atuação na realidade que continuam, por outros caminhos mais discretos, a penalizar, criminalizar e controlar os pobres (p. 34).

O atual contexto do capitalismo contemporâneo oligopolista, utilizando a expressão de Chesnais (1996)<sup>17</sup>, incentiva o individualismo e o consumismo descontrolado, marca indiscutível da sociedade contemporânea. O resultado é a quebra de valores e a ditadura do prazer imediato que pesa de forma negativa sobre as relações sociais, que vão se tornando cada vez mais líquidas e fugazes. Ou seja, em sociedades onde o outro é subestimado e as instituições fragilizadas pelo aumento do poder do mercado, por vezes poderá ocorrer um aumento das delinquências e/ou violências extremas (BAUMAN, 1998).

O Estado estando comprometido com os interesses da burguesia, pretende quase sempre buscar soluções imediatas para problemas históricos e reproduzidas socialmente e de caráter repressiva elegendo como prioridade a segurança pública. Para tal, cria e institui leis, sanções, instituições de confinamento, ou mesmo outras formas de controle social, em detrimento de políticas preventivas<sup>18</sup>.

Entretanto, vale aqui ressaltar que a cultura de emergência na sociedade contemporânea, totalmente mercantilizada, conforme observa Netto (2012, p. 420), é proposta como realidade justificada pelo imediatismo da vida social. Isto é, distinta da realidade concreta e da essência, o que a desqualifica, dando lugar a uma visão de sociedade fragmentada. A maior consequência disso é a popularidade e legitimação social de governos que adotam políticas de segregação e repressão social em busca da tão sonhada estabilidade social e segurança, que, conforme argumenta Ferrero (2016, p. 165), “[...]operam sob a premissa do controle e gestão dos sujeitos inintegráveis”, refletindo a “[...]cultura da emergência em que fundamenta a sua legitimação, [...] mantendo uma estabilidade quebrada e fragmentada socialmente”.

---

<sup>17</sup> O autor utiliza a noção de oligopólio para tratar a forma pela qual as multinacionais passam a se organizar ao redor do mundo na era da globalização. Para Chesnais (1996), o que caracteriza essa nova fase do capitalismo é a concorrência/colaboração entre as grandes firmas e o investimento externo direto das multinacionais. Anteriormente, o capital menosprezava ou subestimava fortemente essas práticas, mas a partir dos anos 80 e adiante, os investimentos externos diretos assumem um papel determinante na criação de novas capacidades tecnológicas, organizacionais e produtivas, que vão de encontro às solicitações do regime de acumulação flexível, em que a especialização e a flexibilização da produção e do mercado serão fundamentais para dinamizar as trocas comerciais mundiais e retomar a perspectiva do capital ser o caminho seguro para o desenvolvimento econômico.

<sup>18</sup> Enzensberger (apud Costa, 1999) em seus estudos nos instiga a refletir sobre os conflitos que emergem em paralelo às forças repressivas do Estado, que se transformam rapidamente em situações de guerras civis não declaradas. Cf. COSTA, Maria R. da. *A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?* São Paulo em Perspectiva, v. 13, n. 4, 1999.

A cultura de emergência e o imediatismo com que se busca estabilizar a sociedade contemporânea, erguida e mantida historicamente sob as condições de extrema desigualdade e pobreza, injustiça, incerteza, medo e insegurança que envolve todas esferas da vida social, demonstra a fraca capacidade do Estado de construir o consenso, resultando sempre em mais violência e conflitos sociais promovidos por diversos grupos e gangues que agem principalmente nos centros urbanos em paralelo às forças repressoras do Estado.

Vale observar também que as violências urbanas manifestas são tipificadas e notificadas como assaltos, roubos e homicídios, nos quais as vítimas, em sua maior parte,

[...] não são os ricos, mas os pobres e excluídos. Os privilegiados economicamente sempre podem contratar seguranças particulares, encerrar-se em condomínios de luxo protegidos ou se transferir para lugares mais seguros. Já os pobres não possuem meios e, em muitas situações, nem sequer podem contar com o poder público para se defender das violências, da polícia, dos traficantes ou de outros tipos de gangues (COSTA, 1999, p. 6).

Entendemos que as políticas públicas de certa maneira perdem o seu sentido fundante, que é o da transformação social e efetivação dos direitos sociais, para passar a ser instrumentos de alienação das massas, mantendo a lógica vocacionada para a eliminação das ameaças ao Estado e manutenção da ordem. Uma ordem, como vimos, mantida a qualquer custo sob um sistema que desvaloriza as reais condições de existência humana, o que mantém, na sociedade contemporânea, os problemas e as contradições sociais que comprometem a estabilidade social: desigualdade, extrema pobreza, violências e insegurança, principalmente nas grandes cidades, onde essas questões se tornaram dramáticas, nos últimos anos.

Observamos ainda que o Poder Estatal se encontra enfraquecido no que tange ao desenvolvimento de políticas de enfrentamento das expressões da questão social e proteção da sociedade, o que, conseqüentemente, fragiliza as relações sociais e de reprodução da solidariedade social que buscam o fortalecimento das classes subalternizadas. Nestes termos, apreende-se ser necessário uma nova significação da cidadania, a partir da redefinição do papel do Estado e de suas relações com a sociedade no enfrentamento das expressões das violências urbanas, caracterizadas pela intensa ocupação e fluxo de pessoas em busca de novos meios de sobrevivência nas metrópoles.

### 2.3. As violências urbanas como expressão da violência estrutural

A violência, sendo uma expressão da questão social, conforme já referido, acompanha indiscutivelmente as diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo, desde a sua gênese até os dias de hoje. Ora, não é o mesmo que se passa com as cidades desde que o capitalismo se assumiu como sistema dominante da vida social? Nunca é demais recordar, como já fizeram inúmeros autores, que as cidades não nasceram com a ordem burguesa capitalista. Possivelmente, as cidades pré-modernas já apresentavam seus problemas, sejam de ordem estrutural ou de integração social, mas, com a ordem burguesa o cenário social muda completamente, para pior, tendo em conta as possibilidades de realização de todas as necessidades humanas com a riqueza criada pela modernidade.

Os interesses do capital mudam completamente a configuração das cidades modernas e torna-se impossível falar da dinâmica e desenvolvimento urbano sem se referir ao capitalismo, bem como às contradições sociais que emergiram a partir da intensificação do processo de industrialização e urbanização.

As cidades modernas, fruto da intensa capitalização industrial, financeira e especulativa, se tornaram sinônimos de prosperidade e atraíram grandes contingentes de populações do campo, em busca de melhoria da qualidade de vida. Contudo, por força da demanda por trabalho para os novos habitantes, acima da capacidade de oferta, o espaço urbano, que era sinônimo de civilização, não conseguiu resistir ao colapso “civilizatório”, principalmente no caso de cidades das periferias do capitalismo.

Conforme Maricato (2015, p. 18):

Desde o período da revolução industrial, quando os efeitos de aglomeração nas cidades ofereceram condições indispensáveis para o processo de acumulação de base fabril até as chamadas “cidades globais”, que concentram poder internacional, o espaço urbano e, mais recentemente, metropolitano e regional, constitui força produtiva fundamental, além de participar do processo de dominação hegemônica.

Com a intensificação da hegemonia do capital em nível global nos finais dos anos 90 e início deste século, através da implementação das reformas neoliberais e a intensificação do processo de industrialização, as cidades começam a atrair grandes contingentes de população, trazendo novas características para a sociedade e para a humanidade (MARICATO, 2015). Ou seja, a partir da expansão do neoliberalismo e

da globalização, as cidades perderam a função social, devido ao enfraquecimento das forças de esquerda e movimentos de defesa dos trabalhadores, passando a ser objeto de diversas abordagens. Dentre estas abordagens aqui nos interessa entendê-las a partir de: especulação imobiliária, aumento do número de carros, poluição sonora e do ar, criação e expansão de shoppings centers, por vezes transformando as cidades em espaços de alienação e dominação, palco de disputas e grandes conflitos sociais.

Como é evidente, o ambiente urbano contemporâneo, construído e moldado de acordo com os interesses do grande capital, é repleto de contradições sociais, como aumento da pobreza, exclusão social, desigualdades, degradação socioambiental, violências, marginalização, criminalidade, formação de grupos de gangues, terrorismo, tráfico de drogas, desigualdade, polarização social, violência, dentre outras, resultantes do intenso processo de acumulação de capital dos últimos tempos. As expressões da questão social que se materializam nos espaços urbanos decorrem de problemas históricos que acompanham a dinâmica e o crescimento da sociedade capitalista. Porém, na era da globalização, estes problemas tendem a se tornar cada vez mais graves, a se agudizar, seja devido à tendência crescente de redução do papel do Estado, seja à tendência de o Estado apresentar soluções provisórias para problemas históricos e socialmente produzidos.

Essas expressões da questão social que afetam os indivíduos e as cidades, geradas a partir da dinâmica da sociedade capitalista, argumenta Maricato (2015), tendem a afetar de forma muito mais profunda os países capitalistas periféricos, já que boa parte deles possui uma invisibilidade histórica de políticas urbanas, especificamente no que tange à melhoria das condições de acesso ao conjunto dos direitos da cidadania, transformando as cidades contemporâneas em espaços de intensos conflitos sociais.

Conforme Santos (2009, p. 242) argumenta: “A cidade contemporânea é perigosa, na medida em que a globalização a divide em fragmentos antagônicos, transformando-a em um conflito de forças e interesses”. Ou seja, estes conflitos têm modificado drasticamente as condições de coexistência nos centros urbanos, especialmente as das zonas mais empobrecidas da cidade.

Os espaços mais afetados pelas tensões da globalização são evidentemente os bairros mais pobres das cidades, por estarem mais expostos aos efeitos negativos da política liberal globalizada. Os governantes são, em grande parte, responsáveis por essa situação, pois já não oferecem mais aos

moradores uma real proteção contra os efeitos desse mal (SANTOS, 2009, p. 243).

Maricato (2015) afirma que, apesar do fim do *Welfare State* e a tendência à privatização dos serviços públicos, é impossível pensar e planejar as cidades do mundo contemporâneo cada vez mais urbano sem incluir as pessoas que nelas habitam ou trabalham. Atualmente, ao contrário da reprodução simples, a reprodução ampliada de capital no espaço urbano não depende apenas do salário, mas também das políticas públicas que asseguram o vínculo social. Portanto, a moradia, a energia, a água, o transporte, o abastecimento, a educação, a saúde, infraestruturas e equipamentos sociais, o lazer (que ainda permanecem como questões cruciais da luta social nos países periféricos ou centrais, na atualidade) não podem ser pensados a partir de uma solução individual, e sim na perspectiva da coletividade (MARICATO, 2015), de modo a garantir a todos o acesso aos bens e serviços necessários para a realização humana.

Entretanto, com o fortalecimento do poder do mercado, o capital, de modo geral, tende a moldar o espaço urbano de acordo com seus próprios interesses, a fim de aumentar a reprodução dos lucros, juros e renda. Não é prioridade atender as lutas por melhores salários, condições de trabalho e/ou condições de vida no espaço urbano. Como resultado, as cidades se tornaram espaços de enormes fragmentos, tanto em nível social como espacial, apresentando problemas estruturais e funcionais das mais variadas ordens.

Vasconcelos (2016) assevera que, sobretudo nos países pobres e emergentes, a globalização vem realizando um processo contrário ao progresso prometido, destacando o isolamento dos pobres e a imobilidade de um grande número de pessoas, que tornou a cidade um conjunto de guetos e favelas em crescente desintegração e exclusão.

O processo de urbanização contemporânea gerou a implosão/explosão da cidade histórica enquanto espaço que orienta a realização da vida, tendo em conta a concretização da participação dos indivíduos e da realização da cidadania como exercício da esfera pública (CARLOS, 2016).

Conforme a autora, isto produziu periferias desmedidas, separando imensos contingentes sociais do centro e dos conteúdos da centralidade constitutivas da urbanidade e da vida de relações, transformando todos os seus produtos em

mercadoria, até os mais básicos, que permitem a realização da vida, cujo acesso na atualidade se realiza, essencialmente, por meio do mercado (CARLOS, 2016).

Entendemos que o espaço da cidade na era da globalização é favorável ao aparecimento de problemas sociais que contribuem para a degradação das relações humano-sociais. A lógica da realização do lucro por meio do uso e ocupação do espaço como condição de extensão do mundo da mercadoria, subordinada aos interesses particulares do grande capital, sobretudo do capital mobiliário e financeiro, cria um conjunto de contradições sociais no espaço urbano (CARLOS, 2016). Ou seja, as contradições vão estabelecendo conflitos, ao mesmo tempo em que revelam uma ordem coercitiva que favorece, por meio da construção de infraestrutura e de normas, a reprodução do capital em detrimento da participação coletiva na construção dos destinos da cidade (CARLOS, 2016). Coerentemente, este processo não ocorre sem violência.

A apropriação privada da riqueza social cria situações inumanas de existência na metrópole, como bem o provam a realidade dos cortiços na área central, das favelas, das ocupações nas franjas sempre afastadas da mancha urbana apontando os traços mais visíveis desta condição inumana. Mas o inumano não se reduz à simples presença e ao domínio do econômico; revela-se numa dimensão mais ampla, que envolve um conjunto de mediações que vão da educação aos meios de comunicação midiáticos até o modo como a democracia representativa se desenvolve, eliminando a participação e apontando o homem privado de direitos (CARLOS, 2016, p. 107).

O imediatismo e a urgência na busca pela cidade segura, espaço que se revela cada vez mais fragmentado, surgem como a realidade na era da globalização, ignorando, conforme a autora, “[...] toda a luta que se manifesta contra a lógica despótica do capital e da regulação do Estado em sua relação com o espaço e de sua dominação sob a mediação de políticas que favorecem a acumulação” (CARLOS, 2016, p. 107), em detrimento da busca pela inclusão dos indivíduos, que se multiplicam nas fileiras da marginalização social nos cinturões periféricos, onde se amontoa uma enorme quantidade de populações deserdadas de proteção social.

Segundo Bauman (1998), o avanço descontrolado do capital como a nova força normatizadora da vida em sociedade é a causa do “mal-estar da pós-modernidade” e, como consequência direta, das cidades contemporâneas. Grande parte das atribuições do Estado destinadas à realização das necessidades humanas foi transferida para os indivíduos sociais, especialmente as necessidades que dizem respeito à saúde, segurança, educação e moradia. E aqueles indivíduos que não

conseguem realizar essas condições fundamentais da vida se tornam, a partir da nova perspectiva do mercado consumidor, “*consumidores falhos*”<sup>19</sup> e indesejados pelo grande capital (BAUMAN, 1998).

O interesse do grande capital não é integrar esses indivíduos (os pobres) na sociedade dos livres consumidores que, conforme argumenta o autor, tende a se livrar daqueles que a expansão da liberdade dos consumidores privou de suas habilidades e poderes de consumidor (*consumidores falhos*). Esses indivíduos são rotulados “[...] como sorvedores dos fundos públicos e por isso, indiretamente, do ‘dinheiro dos contribuintes’, eles precisam ser detidos e mantidos em xeque ao menor custo possível” (BAUMAN, 1998, p. 24 [Grifos do autor]).

A serviço deste violento processo de marginalização, os idealizadores da cidade contemporânea (a classe dominante) projetam inúmeras formas de “[...] proibir aos inimigos reais, potenciais e presumidos o acesso ao espaço que eles reivindicam e mantendo-os a uma distância segura” (BAUMAN, 2009, p. 16). Ou seja: isolando-os em favelas, subúrbios e guetos, revelando uma expressa negação da realização das necessidades humanas, invertendo o fundamento histórico da cidade que outrora era construída para dar segurança a todos os seus habitantes e que hoje é associada ao perigo e à insegurança.

A incerteza do futuro, a fragilidade da posição social e a insegurança da existência – que sempre e em toda parte acompanham a vida na modernidade líquida, mas têm raízes remotas e escapam ao controle dos indivíduos - tendem a convergir para objetivos mais próximos e a assumir a forma de questões referentes à segurança pessoal: situações desse tipo transformam-se facilmente em incitações à segregação-exclusão que levam – é inevitável – a guerras urbanas (BAUMAN, 2009, p. 16).

Para alguns leigos, na contemporaneidade as violências urbanas assumem características de guerra civil, na qual cidadãos lutam contra cidadãos. Nessa perspectiva, o aumento das violências não tem explicação política e não significa contestação efetiva ao sistema societário vigente. Além disso, por vezes também é percebido como expressão de comportamento individual ou prazer que alguns

---

<sup>19</sup> Segundo Bauman (1998, p. 24 [Grifos do autor]), os “*consumidores falhos*” são pessoas incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor porque lhes faltam os recursos requeridos, pessoas incapazes de ser “indivíduos livres” conforme o senso de “liberdade” definido em função do poder de escolha do consumidor. São eles os novos “impuros”, que não se ajustam ao novo esquema de pureza. Encarados a partir da nova perspectiva do mercado consumidor, eles são redundantes – verdadeiramente “objetos fora do lugar”.

indivíduos têm em exercer atos criminosos como matar, roubar, agredir e/ou destruir patrimônios e vidas (COSTA, 1999). No entanto, enquanto fenômeno sócio-histórico as expressões de violência resultam das contradições sociais geradas e mantidas pela sociedade que por vezes negam a própria existência humana e a realização da vida. Em particular, aqueles que não estão interessados em procurar soluções que dão conta das reais necessidades humanas compreendem os atos de violência crescente na sociedade contemporânea como fatalidade. Conforme afirma Xavier (2008), este se propaga de forma simbólica por meio da difusão do medo da violência individual, por isso, demanda intervenções com base na repressão social:

Primeiro, no aumento da repressão social que incidirá sobre setores específicos da população, qual sejam os pertencentes às classes subalternas, muitas vezes por não possuírem meios para acessarem os mecanismos legais de defesa, ou, simplesmente, por já serem selecionados pelo sistema penal desigual; segundo, no processo que nega às classes subalternas o direito ao exercício da cidadania plena e as condições para a construção da autonomia, uma vez que não possuem acesso aos bens e serviços sociais, como saúde, educação, habitação condigna etc. (XAVIER, 2008, p. 280).

Ainda de acordo com Xavier (2008), a manutenção do estado de medo torna-se necessária, na medida em que legitima a atuação violenta e contraditória por parte dos setores sociais interessados em manter o sentimento de perigo constante, já que o setor da segurança atualmente é um ramo bastante lucrativo.

A mídia, como instituição informal, contribui de forma direta para a propagação do perigo na cidade contemporânea: através dos vários meios de divulgação disponíveis, transforma a violência urbana em um grande espetáculo, sem uma análise mais aprofundada do real, incentivando a indignação social e, conseqüentemente, a marginalização dos espaços onde as manifestações de violências são frequentes (favelas, guetos, subúrbios, periferias, etc.). “O comportamento violento de indivíduos é transformado, assim, na violência a ser combatida, e o indivíduo – o criminoso praticante do delito – volta à centralidade como objeto do direito penal” (ANDRADE apud XAVIER, 2008, p. 277).

Contraditoriamente, na sociedade de consumo na qual tudo se realiza por meio do mercado, ninguém mais acredita em soluções coletivas e planejadas na perspectiva de transformar da realidade social. Assim, a tendência cada vez mais acentuada é incriminar os problemas socialmente produzidos, segundo Bauman (1998). Além disso, os mais pobres são obrigados a permanecer nos bairros corroídos

pela degradação social e ambiental e a suportar as consequências mais negativas da globalização, enquanto os mais ricos constroem verdadeiros enclaves com vigilância dia e noite ou ainda se mudam para lugares mais seguros (BAUMAN, 2009).

Ianni argumenta que, em vários aspectos, a violência:

Revela a alucinação escondida na alienação de indivíduos e coletividades. Nasce como técnica de poder, exercita-se também como modo de preservar, ampliar ou conquistar a propriedade, adquire desdobramentos psicológicos surpreendentes no que se refere aos agentes e às vítimas. Entra como elemento importante da cultura política com a qual se ordenam, modificam ou transformam as relações entre os donos do poder e os setores sociais subalternos, os governantes e a população, as elites e as massas. Sob vários aspectos, os atos de violência revelam aspectos recônditos, insuspeitados e fundamentais de como se formam e transformam os jogos das forças sociais, as tramas das formas de sociabilidade, levando indivíduos e coletividades como em um vendaval em fúria (2004, p. 169).

Neste sentido, não surpreende que a classe dominante especule a cidade contemporânea com o medo, transformando-o na base de uma política de controle e repressão (BAUMAN, 2009), de preferência investindo na otimização das técnicas de segurança, desenvolvimento e aperfeiçoamento da vigilância, militarização das periferias onde presumivelmente se encontram os inimigos do Estado, substituindo o lugar das políticas públicas.

Assim, apreendemos que a violência

[...] está presente e evidente, escondida e latente, em muitos lugares, nos mais diversos setores da vida social, envolvendo indivíduos e coletividades, objetividades e subjetividades. É um fenômeno eminentemente histórico, no sentido de que se constitui no curso dos modos de organização social e técnica do trabalho e da produção, das formas de sociabilidade e dos jogos de forças sociais. Pode atingir um indivíduo isolado ou uma coletividade inteira, selecionar uns e esquecer outros. Possui conotação político-econômica e sociocultural, podendo ser principalmente ideológica ou principalmente física. Atinge não somente as ideias, as gentes e as coisas, mas também a natureza (IANNI, 2004, p.174).

De tal modo, não resta qualquer dúvida que as violências são manifestações de um conjunto articulado de interesses e processos de dominação que negam o direito à vida e realização humana nas cidades, causando a implosão do medo e da insegurança pública no espaço urbano. Por isso, a cidade contemporânea global e periférica apela cada vez mais para a forte presença das forças repressivas do Estado para repor a ordem. Contudo, o Estado não dá conta deste apelo, devido aos inúmeros problemas sociais que emergem na sociedade, em consequência do modelo crescente de mercadorização das relações sociais e da realização da vida social.

## CAPÍTULO 3 – AS VIOLÊNCIAS URBANAS NA CIDADE DA PRAIA/CABO VERDE

A violência urbana, nosso objeto de estudo, enquanto expressão da questão social, apresenta-se na sociedade contemporânea em suas múltiplas expressões da violência estrutural. Apreender as suas determinações requer desvendar as relações que envolvem família, indivíduos, mundo do trabalho, dentre outros, e nos levou a aprofundar conceitualmente a violência urbana como uma das expressões da violência estrutural, para compreendê-la a partir das contradições e dos conflitos presentes nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Neste estudo, optamos pelo método dialético para subsidiar a análise e o aprofundamento do objeto da pesquisa. Esse método possibilita apreender os fenômenos sociais que emergem do agravamento da questão social, cujas expressões estão presentes nas relações sociais da sociedade capitalista. O método dialético, com base nos argumentos de Lima e Miotto (2007, p. 40):

[...] implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão.

Entende-se que, para estudar os fenômenos sociais é fundamental que o pesquisador garanta o rigor e a cientificidade na pesquisa. Tal rigor nas ciências sociais deve ser perseguido a partir do momento em que se define a metodologia a ser utilizada.

### 3.1. Caminhos metodológicos

Na busca para responder aos objetivos do estudo optamos pela pesquisa qualitativa de base exploratória<sup>20</sup>, com apoio nos estudos de Bardin (2002), especialmente na obra *Análise de Conteúdo*, uma apreciação crítica sobre a

---

<sup>20</sup> A pesquisa, tendo por base os objetivos propostos pelo investigador, pode ser classificada em três tipos: 1) exploratória; 2) descritiva; 3) explicativa (GIL, 2008).

metodologia de análise de conteúdo como procedimento de análise e tratamento dos dados em uma pesquisa qualitativa e/ou quantitativa. Nossa escolha deu-se pelo entendimento de que este tipo de pesquisa favorece o acesso mais próximo do pesquisador com o problema investigado; além disso, também oferece a oportunidade de explorar as informações obtidas e aprofundar os conceitos ainda preliminares (GIL, 2008).

A principal característica da pesquisa qualitativa de base exploratória é explicar e compreender a objetivação de um determinado fenômeno. Com base em suas orientações teóricas e dados empíricos, o pesquisador busca os resultados mais confiáveis e admissíveis. Ou seja, a pesquisa qualitativa exploratória documental deve seguir critérios científicos rigorosos ao definir os objetivos. Minayo *et al.* (2002, p. 21-22) asseveram que esta abordagem

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo nível de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

A realidade social é um fenômeno em constante transformação. Assim, tanto a pesquisa qualitativa como a quantitativa apresentam limitações na explicação das dinâmicas e fenômenos sociais, isto é, nenhum dos dois métodos consegue dar conta da realidade em sua complexidade e explicar a realidade de forma cabal, por isso se complementam (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2012). Bauer (2012, p. 195) argumenta que: “Os métodos não são substitutos de uma boa teoria e de um problema de pesquisa sólido”. No entanto, entendemos que o rigor metodológico é determinante em todas as fases da pesquisa, garantindo o rigor científico e o alcance dos objetivos de pesquisa, principalmente quando se trata deste tipo de pesquisa, que envolve o tratamento de dados a partir da análise de conteúdo, método de análise recente, mas muito utilizado após a evolução e o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação.

Segundo Bardin (2002), embora a hermenêutica possa ser considerada uma das formas de análise de conteúdo mais antigas de que se tem registro, a técnica de análise de conteúdo se desenvolveu a partir da análise das comunicações nos anos 50 e 60, nos Estados Unidos da América, e rapidamente começou a ganhar espaço

no campo das Ciências Sociais e Humanas, sobretudo a Sociologia e a Psicologia. Principalmente porque, nesse período, houve um progresso da técnica em diferentes contextos e surgimento de novas metodologias de análise documental, especialmente com o desenvolvimento dos computadores, estudos sobre a comunicação não-verbal e trabalhos linguísticos.

O aprimoramento dos computadores e a criação de *softwares* de análise de textos abriu espaço, dentro das Ciências Sociais e Humanas, para o uso das técnicas de análise de conteúdo com maior frequência. Isso tem a ver com a economia de tempo que os *softwares* de análise de textos proporcionam ao pesquisador. O uso de programas de computadores tem como uma das principais vantagens a facilitação de estudos que envolvem grande volume de dados, como também possibilita aprimorar os conceitos teóricos e averiguar hipóteses (KELLE, (2012). Porém, é preciso considerar que os *softwares* não serão úteis para a pesquisa se o pesquisador não analisar sistematicamente os dados obtidos, à luz dos pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam a sua pesquisa (KELLE, (2012).

O tratamento e a análise dos dados de pesquisa através do computador têm as suas vantagens. Contudo, as limitações práticas dos programas computacionais em uma análise de conteúdo dão pouca confiabilidade à pesquisa, o que significa que o codificador humano continua tendo um papel determinante, tendo em vista sua maior confiabilidade, com julgamentos mais próximos do real (BAUER, 2012).

Assim, para melhor apreender a realidade estudada e garantir maior rigor científico à pesquisa adotamos dois procedimentos de análise dos dados de pesquisa documental. A primeira etapa consiste na apropriação das técnicas de análise de conteúdo, tal como propõe Bardin (2002), e a segunda se baseia em técnicas mais modernas de análise de conteúdo, recorrendo à ajuda de programas computacionais como procedimento de trabalho. Neste caso, propomos a utilização do programa de análise de textos desenvolvido por Pierre Ratinaud, o IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)<sup>21</sup>.

### **3.1.1. Procedimentos de coleta e análise dos dados**

---

<sup>21</sup> O IRaMuTeQ é um software de análise qualitativa de dados textuais.

Numa pesquisa qualitativa de base exploratória, conforme Bardin (2002), o investigador deve planejar sua análise em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação<sup>22</sup>. Segundo o autor, essas etapas ajudam na organização das ideias e sistematização dos dados coletados, passos importantes nas etapas iniciais da análise de conteúdo, que permitem passar para outra fase – a codificação, a classificação e a categorização dos materiais recolhidos. Ao definir as categorias (sistemas de codificação) são identificadas as unidades de registro e as unidades de contexto nos documentos, procedendo-se à categorização dos materiais de análise.

A categorização é uma operação na qual são classificados os elementos de uma mensagem seguindo os critérios definidos na pré-análise. Essa técnica facilita a apreciação dos dados coletados nos documentos. Ressalta-se que, antes de sua execução, o pesquisador deve ter aprofundado sua técnica, se apropriado do problema de pesquisa, dos objetivos e dos elementos conceituais que permeiam o seu estudo e que serão utilizados na análise de conteúdo. A última etapa da análise documental se refere aos resultados. Nessa etapa, o pesquisador deve discutir e interpretar as inferências; adensar os conteúdos destacados e as informações a serem analisadas (BARDIN, 2002). A última etapa é o momento das descobertas, da apreensão teórica, da análise reflexiva e crítica.

Assim, para a coleta de dados na fase de pré-análise utilizamos um roteiro (Apêndice A) que nos guiou nessa primeira fase, com o auxílio de fontes secundárias, ou seja, documentos e fontes de informação obtidas em órgãos públicos e instituições privadas (relatórios e documentos oficiais, pesquisas de instituições de ensino; resultados de avaliação, pesquisa de opinião, normas, dados de planejamento, diretrizes de programas, cartas, vídeos, fotografias, tabelas estatísticas, jornais,

---

<sup>22</sup> Os documentos coletados são como unidades de análise e abrangem dois núcleos: unidade de registro e unidade de contexto. A etapa da pré-análise abrange a organização do material a ser avaliado, a finalidade é sistematizar as primeiras ideias; assim, este momento da investigação abrange: i) a leitura flutuante; ii) a escolha dos documentos, que deve seguir as seguintes regras: exaustividade, representatividade, homogeneidade, pertinência; iii) a formulação das hipóteses e dos objetivos; iv) a referência dos índices e a elaboração de indicadores.

dentre outros)<sup>23</sup>, disponíveis ao conhecimento público, referentes ao período 2007 a 2016<sup>24</sup>.

### 3.1.1.1. Análise documental

Na primeira etapa, trabalhamos na identificação e leitura flutuante dos materiais recolhidos e organizados no roteiro de pesquisa documental, procedimento utilizado para levantar informações pertinentes, com a finalidade de responder aos objetivos da pesquisa, nomeadamente as condições socioculturais (educação; condições de saúde, habitação e acesso a oportunidades sociais), económicas (desigualdades, pobreza e condições de vida), as determinações das violências e as diversas formas organizativas de lutas e de seu enfrentamento na cidade da Praia.

Na segunda fase da pesquisa procedemos à exploração dos materiais recolhidos, o que permitiu sistematizar, selecionar e acrescentar outros documentos que melhor respondessem ao objeto do estudo. Do conjunto de materiais recolhidos na primeira fase basicamente foram aproveitados para análise apenas os documentos textuais, nomeadamente os relatórios oficiais, programas/planos e informações sobre o enfrentamento das violências, acessados no site Oficial do Governo de Cabo Verde, relatórios de agências internacionais e ONGs, normas, artigos científicos, teses e dissertações disponíveis na internet, que abordam as temáticas específicas sobre a violência na cidade da Praia e/ou questões mais amplas que permitiram aprofundar nosso conhecimento sobre a situação económica, política e sociocultural de Cabo Verde. Conforme Bardin (2002), na análise de conteúdo os dados obtidos na primeira fase da pesquisa não são fechados *a priori*, o que permite suprimir e incorporar outros textos que melhor correspondam ou deem embasamento analítico ao objeto de estudo.

A escolha dos documentos referidos deve-se ao fato de estes atenderem ao propósito da pesquisa, ou seja, respondem ao problema de pesquisa levantado e aos caminhos teóricos seguidos pelo pesquisador. Podem assim contribuir para a

---

<sup>23</sup> As informações obtidas utilizadas nesta pesquisa são de base pública, disponibilizadas em sítios oficiais do Governo de Cabo Verde e instituições nacionais e internacionais e ainda artigos científicos, teses e dissertações e artigos audiovisuais de caráter público.

<sup>24</sup> A temporalidade da pesquisa foi definida pelo aumento dos índices de violência urbana entre jovens da periferia e o surgimento das gangues de rua denominados, na gíria local, de *thugs*. Outro fator determinante foi a disponibilidade de dados estatísticos oficiais sobre a temática da violência urbana.

apreensão dos problemas sociais mais amplos e específicos da sociedade cabo-verdiana, bem como das expressões da questão social, nomeadamente as violências, em especial o contexto em que ocorrem e sua configuração histórica e múltiplas determinações, em particular na cidade da Praia, Cabo Verde.

A terceira e última fase teve como finalidade tratar e interpretar as informações já sistematizadas na segunda fase. Nela procuramos discutir os resultados da pesquisa, respondendo ao problema de pesquisa à luz do marco teórico e interpretativo da realidade concreta, abordando conceitos como as desigualdades sociais e econômicas, marginalização, criminalidade e violências no contexto cabo-verdiano e da Praia.

### **3.1.1.2. Análise a partir do *software IRaMuTeQ***

É fato indiscutível que o fenômeno das violências urbanas constitui uma problemática de difícil apreciação, pela sua complexidade e multiplicidade. Assim, visando aprofundar e apreender as mensagens contidas, embora não explicitadas claramente nos documentos estudados, nos procedimentos de análise propostos por Bardin (2002), utilizamos também o *software IRaMuTeQ* para averiguar a frequência com que os temas (palavras), tópicos ou expressões pré-determinadas aparecem nos textos utilizados. Esta fase da pesquisa está muito mais ligada ao aprimoramento dos conceitos teóricos e à averiguação de hipóteses do que à análise de grandes quantidades de dados. Tem como função averiguar de que modo o discurso sobre a violência urbana na cidade da Praia tem sido construído e exercido pelos atores sociais.

O *IRaMuTeQ*, enquanto procedimento informatizado de análise de documentos, foi imperativo para codificar cada unidade de análise (documentos), ele registra os temas. Essa etapa foi sucedida por leituras e releituras dos dados sistematizados, sendo reavaliada a necessidade de obter ou não mais informações sobre os conteúdos temáticos que emergiram com mais frequência. Ainda nessa etapa realizamos anotações do material analisado, seguindo os objetivos específicos e de acordo com os conceitos presentes no objeto de estudo, que nos levaram a aprofundar as reflexões teóricas pertinentes aos temas. Aprofundar o debate sobre a

questão social, violências e desigualdades sociais foi determinante para a compreensão da realidade concreta e para aprimorar os nossos conceitos teóricos.

Após a fase de leituras e releituras dos materiais, foram selecionados dezesseis textos para análise no *software IRaMuTeQ*, procurando apreender os discursos produzidos e reproduzidos pelos diversos atores sociais no que concerne à temática das violências urbanas na Praia e aos processos de enfrentamento dos conflitos sociais urbanos. A análise dos textos obedeceu a um critério rígido de seleção, para que os resultados se aproximem o máximo possível dos conceitos teóricos adotados na pesquisa, o que permitiu aprofundar a análise sobre a realidade mediante um tratamento analítico dos conteúdos que se aproximam e/ou se distanciam nos discursos de combate à violência na Praia/Cabo Verde, no período 2007 a 2016.

Os materiais/documentos selecionados foram transformados em um só “*corpus teste*” e devidamente codificados para processamento no *IRaMuTeQ*<sup>25</sup>. Eram constituídos por discursos produzidos e reproduzidos pelo Estado e pela sociedade civil, sobre o enfrentamento dos problemas sociais urbanos. Documentos de muita relevância para uma interpretação crítica da realidade e o desvendamento das diversas manifestações da questão social na cidade da Praia/Cabo Verde, especificamente as violências. O Software *IRaMuTeQ* possibilitou o processamento e análise textual dos materiais selecionados nesta etapa da pesquisa, utilizando o método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), um dos procedimentos de análise mais importantes oferecido pelo programa.

Segundo Kalampalikis e Moscovici (2005), a CHD tem como função principal indicar os “mundos léxicos”, identificando vocabulários semelhantes entre si e vocabulários que diferem das outras classes, formando diferentes segmentos de classe conhecidos como Unidades do Contexto Elementar (UCE), apresentadas em percentagem. A partir de um *dendrograma*<sup>26</sup> que ilustra as relações entre as classes,

---

<sup>25</sup> *Corpus\_1* (DEL-FRATE, 2007); *Corpus\_2* (CABO VERDE, 2009); *Corpus\_3* (CABO VERDE, 2010c); *Corpus\_4* (CABO VERDE, 2010d); *Corpus\_5* (CABO VERDE, 2010e); *Corpus\_6* (CABO VERDE, 2011); *Corpus\_7* (FURTADO; PINHEIRO; ALMEIDA, 2011); *Corpus\_8* (CARDOSO, 2012); *Corpus\_9* (PEÇA, 2012); *Corpus\_10* (LIMA, 2012b); *Corpus\_01* (BORDONARO, 2012a); *Corpus\_02* (BORDONARO, 2012b); *Corpus\_03* (LIMA, 2014a); *Corpus\_04* (LIMA, 2014b); *Corpus\_05* (LIMA, 2015); *Corpus\_06* (STEFANI, 2016).

<sup>26</sup> “O dendrograma é um diagrama de árvore que exhibe os grupos formados por agrupamento de observações em cada passo e em seus níveis de similaridade. O nível de similaridade é medido ao longo do eixo vertical (alternativamente, você pode exhibir o nível de distância) e as diferentes observações são listadas ao longo do eixo horizontal”. Cf.: <https://support.minitab.com/pt-br/minitab/18/help-and-how-to/modeling-statistics/multivariate/how-to/cluster-observations/interpret-the-results/all-statistics-and-graphs/dendrogram/>.

geradas automaticamente pelo próprio Software, é possível interpretar e analisar o contexto e os sentidos das palavras contidas em cada *segmento de classe*, passando em seguida para a sua nomeação, ou seja, dar título e organizar cada classe de acordo com seu “mundo léxico”, facilitando a análise e a discussão dos resultados.

Os materiais selecionados e submetidos ao tratamento no *IRaMuTeQ* foram precedidos de codificações específicas<sup>27</sup>, como já mencionado no início dessa parte.

O **dendrograma** (Figura 1), gerado pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD), demonstra o material analisado sobre a violência urbana na cidade da Praia, subdividido em três (3) subcorpus de análise, e expressam sete (7) segmentos de classe, a saber: O primeiro *subcorpus* é formado por três (3) segmentos de classe que compartilham a “dimensão das manifestações da questão social e das violências urbanas”, retratando a realidade dos sujeitos/grupos violentos, bem como a emergência de movimentos/ativistas sociais que buscam a superação da condição de subalternidade. A **Classe 1**, “Jovens e violências no espaço urbano”, é formada por 9,4% das UCEs; a **Classe 2**, “Ativismo social e superação da condição de subalternidade” (10,4% dos UCEs), e a **Classe 3**, As gangues de rua (*thugs*) como elementos de propagação do medo e da insegurança” contém 15,8% dos UCEs;

O segundo *subcorpus* engloba, no total, dois (2) segmentos de classes, que em comum apresentam a “dimensão política do enfrentamento das violências urbanas”. A **Classe 4**, “Reforço do Estado penal das medidas de tolerância zero”, e a **Classe 5**, “As medidas de prevenção e melhorias das condições de vida na cidade”, com 16,6% e 10,4% das UCEs, respectivamente.

O terceiro e último *subcorpus* é formado também por dois (2) segmentos de classes que trazem discursos sobre as “percepções sobre as violências e locais de riscos”. A **Classe 6**, “Reprodução do medo e insegurança na cidade”, com 26,5% das UCEs, e a **Classe 7**, “Reprodução das situações de violências”, com 10,8% das UCEs.

---

<sup>27</sup> Para sistematizar e posterior análise dos dados coletados na pesquisa documental determinamos as seguintes **variáveis e comandos**: *\*ano*; *\_*, *\*nac\_0* ou *\*loc\_01*, *\*depar\_02* ou *\*plan\_2* *\*pesqen\_02* ou *\*relat\_2* e *artesp\_1*. As variáveis utilizadas têm os seguintes significados: *\*corpus\_* representa os materiais utilizados na análise que, no total, foram 16 (*ver item 3.1.2.*); *\*ano\_* tem a ver com o ano da publicação dos materiais; *\*nac\_0* ou *\*loc\_01* distinguem os materiais quanto à sua abrangência, ou seja, *\*nac\_0* = nacional e *\*loc\_01* = local (cidade da Praia); *\*depar\_02* ou *\*plan\_2* representam as matérias relacionadas publicadas pelo governo de Cabo Verde com relação ao enfrentamento da violência, onde *\*depar\_02* se refere às publicações retiradas do site oficial/departamento do governo e *\*plan\_2* refere-se aos planos de programas de enfrentamento dos novos problemas sociais urbanos; *\*pesqen\_02* ou *\*relat\_2* têm a ver com as pesquisas encomendadas pelo Governo e relatórios oficiais de órgãos públicos de Cabo Verde, respectivamente e; *artesp\_1*: artigos especializados na questão da violência em Cabo Verde/Praia.

**Figura 1 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD)**

<b>Violência Urbana na cidade da Praia</b>						
<b>1. Dimensão das manifestações da questão social e das violências urbanas</b>		<b>2. Dimensão política do enfrentamento das violências urbanas</b>			<b>3. Percepções sobre as violências e locais de riscos</b>	
<b>CLASSE 1</b>	<b>CLASSE 2</b>	<b>CLASSE 3</b>	<b>CLASSE 4</b>	<b>CLASSE 5</b>	<b>CLASSE 6</b>	<b>CLASSE 7</b>
<b>9,4%</b> Jovens e violências no espaço urbano.	<b>10,4%</b> Ativismo social e superação da condição de subalternidade.	<b>15,8%</b> As gangues de rua (thugs) como elementos de propagação do medo	<b>16,6%</b> Reforço do Estado penal das medidas de tolerância zero.	<b>10,4%</b> As medidas de prevenção e melhorias das condições de vida na cidade.	<b>26,5%</b> Reprodução do medo e insegurança na cidade.	<b>10,8%</b> Reprodução das situações de violências.
Juvenil	Corrente ativista	Social	Segurança	Gestão	Crime	Casa
Violaência	Movimento	Gangue	Segurança interna	Planeamento	Inquirido	Tiro
Jovem	Discurso	Bairro	Órgão	Programa	Roubo	Rapaz
Significativo	Reconhecimento	Fenômeno	Força	Família	Registrar	Costumar
Coletivo	Redistribuição	Espaço	Matéria	Projeto	Número	Entender
Explicativo	Época	Pobre	Coordenação	Saúde	Porcentagem	Mãe
Provocar	Possível	Cultura	Segurança nacional	Educativo	Registro	Bater
Deportar	Sujeitar	Lógica	Governo	Criação	Caso	Thug
Fator	Reprodução	Identidade	Cooperação	Comunidade	Furto	Preso
Questionar	Subalterno	Masculinidade	Lei	Solo	Agressão	Saber
Ignorar	Redor	Narcotráfico	Legislativo	Monitorização	Dado	Coisa
Cativar	Sessão	Oportunidade	Medida	Formulação	Ilha	Roupa
Individual	Citar	Forma	Combate	Aconselhamento	Percepção	Começar
Estrutural	Representar	Desigualdade	Programa do Governo	Integração	Grave	Fumar
Importar	Carácter	Passagem	Democrático	Prevenção	Cercar	Apanhar
Versão	Excludente	Urbano	Legal	Promoção	Aumento	Cela
Compreensão	Dominação	Zona	Justiça	Comunitário	Maior	São Martinho
Alertar	Política urbana	Thugs	Estabelecer	Educação	Aumentar	Música
Desmistificar	Parlamento de gueto	Exclusão	Integrar	Centros de juventude	Armas de fogo	Guarda
Delinquência juvenil	Mestiçagem	Geração	Decreto-lei	Intervenção	Ocorrência	Pessoa
Pobreza	Colonial	Espontâneo	Interno	Recomendação	Vítima	Prisão
Normalização	Dominante	Confronto		Construção	Corrupção	Ouvir
Moralista		Histórico		Urbanístico	Homicídio	Porta
		Espacial				

**Fonte:** Elaboração própria – utilizando os dados gerados pelo IRaMuTeQ/CHD

## 3.2. Caracterização de Cabo Verde

### 3.2.1. Contexto histórico, político e econômico

Cabo Verde é um arquipélago formado por dez ilhas [Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago (a maior ilha, onde se situa a cidade da Praia, capital de Cabo Verde), Fogo e Brava] e oito ilhéus, de clima tropical seco e pouca precipitação. Situa-se no Oceano Atlântico, a aproximadamente 500 Km da costa ocidental africana, com uma superfície de 4.033

Km<sup>2</sup>. Descoberto em 1460, aparentemente sem indícios da presença humana, por navegadores portugueses.

A Coroa Portuguesa inicia o processo de colonização de Cabo Verde dois anos depois da descoberta, mantendo-a como colônia desde meados do século XV até finais do século XX, mais precisamente em 1975, quando o país se tornou independente, pondo fim ao domínio colonial.

Após a Segunda Guerra Mundial surge um fenômeno universal que se funda no princípio de autonomia, independência e liberdade dos países africanos, como é o caso de Cabo Verde e de muitos outros, que alcançaram a independência depois de muitos anos de luta armada revolucionária contra a opressão política, econômica e sociocultural<sup>28</sup>, em parte fator da miséria e da pobreza que o continente enfrenta até hoje.

Segundo Fernandes (2007), apesar de tardiamente apoiada pela Organização das Nações Unidas (ONU), é nesta conjuntura da nova ordem política e das relações internacionais africanas, destaque para Cabo Verde, que emergiram movimentos nacionalistas cujo objetivo último era a independência, a liberdade e a melhoria das condições de vida da população, dando início à construção do Estado-Nação cabo-verdiana. Davidson (1988), afirma que:

À data da independência, Cabo Verde debatia-se com os problemas comuns à generalidade dos outros Estados africanos saídos de longo período de dominação colonial: pobreza, saúde e educação debilitadas, situação económica e financeira depauperada, administração pública deficiente e infraestruturas degradadas. Face a isto, não tinham outra alternativa que não fosse o estabelecimento de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento a 'partir do nada' (p.153).

Lopes (2002) assevera que a economia se encontrava completamente arruinada, cabendo ao setor terciário – comércio, serviços públicos e privados – um

---

<sup>28</sup> Em particular, o domínio colonial português na África entrou em crise desde finais dos anos 1950, quando as suas colônias iniciaram o processo de organização política e militar para a libertação. No caso de Cabo Verde, a luta contra a ocupação portuguesa durou mais de uma década, tendo sido travada uma luta armada iniciada em 1962, terminando em 1974, quando finalmente Portugal revolve negociar a independência. Salientamos que a luta pela libertação nacional não ocorreu no território cabo-verdiano, ocorreu na Guiné-Bissau, uma luta organizada entre os dois países para a libertação, que acabou por determinar uma governação conjunta entre 1975 e 1980 (ÉVORA, 2009). A governação conjunta com a Guiné-Bissau, controlada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), terminou em 1980, com o golpe de Estado na Guiné-Bissau. A partir de então, Cabo Verde rompe a ligação política com a Guiné, formando o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), dando continuidade à governança de Cabo Verde, num contexto político monopartidário, até o início dos anos 90, momento da declaração da democracia multipartidária (ÉVORA, 2009).

predomínio absoluto, aparecendo o Estado como o principal empregador; cerca de 91% da população economicamente ativa dependia quase que exclusivamente da agricultura de subsistência, assegurando o rendimento sobretudo através da realização de trabalhos agrícolas sazonais para a sobrevivência.

Segundo Meneses (2012), para enfrentar os enormes desafios colocados à data da independência, o Estado cabo-verdiano, que na altura era dirigido por uma única força partidária<sup>29</sup>, elegeu como instrumento estratégico de desenvolvimento e de transformação social o ensino e a alfabetização da população. Neste sentido, houve um investimento forte na formação de capital humano e de constituição de instituições e empresas públicas e procura, portanto, de responder às expressões da questão social (baixa infraestrutura urbana, ausência total do ensino profissional e superior, insalubridade, fome, seca, etc.).

O processo de desenvolvimento foi articulado com a promoção dos vínculos de solidariedade entre os cabo-verdianos, incluindo os que se encontravam na diáspora, através de remessas dos emigrantes e da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), que dá início ao acesso ao ensino enquanto instrumento de transformação social e materializando políticas emergenciais de combate à insegurança alimentar e à pobreza. Acresce a tudo isso a promoção de investimentos públicos nos setores de desenvolvimento rural, pesca, transportes e comunicações, administração pública e turismo (MENESES, 2012) até finais dos anos 90, quando ocorreu a liberalização política e econômica.

No cenário da chamada terceira onda democrática dos anos 1990, que abalou os regimes políticos autoritários de partidos únicos da África Lusófona (LIMA, 2016), ocorreu a transição política em Cabo Verde, considerado um dos primeiros países africanos a iniciar o processo de democratização (ÉVORA, 2009). A implantação do multipartidarismo ocorreu formalmente em 29 de setembro de 1990<sup>30</sup>, permitindo a

---

<sup>29</sup> Na primeira década e meia após a independência (1975-1990), o Estado assumiu um papel determinante em todos os domínios do setor produtivo e da vida social, controlando os setores básicos e as variáveis econômicas estratégicas de desenvolvimento, bem como todos os desdobramentos da vida em sociedade (CABO VERDE, 1980). Neste período, temos um Estado centralizador e autoritário, muito próximo aos regimes do Leste europeu. No entanto, com a decadência e o desmantelamento desses regimes, o governo de então, segundo Évora (2009), decide pela reforma política. Observe que as mudanças que aconteciam no leste da Europa formam um cenário crescente de contestação e violências sobre os regimes de partido único na África. Com receio de represálias populares, uma vez que não havia ligação entre o poder e a sociedade, é nessa conjuntura sócio-política que se dá início ao processo de democratização do Estado cabo-verdiano.

<sup>30</sup> A Lei nº2/III/1990 (Boletim Oficial, nº39 de 29 de setembro de 1990) alterou a Constituição da República de Cabo Verde, que vigorava desde 1980, num sentido mais democrático. Particularmente,

consagração do Estado de Direito Democrático, materializada pela realização das primeiras eleições livres, a 13 de janeiro de 1991<sup>31</sup>, ocorrendo logo em seguida uma série de mudanças políticas, econômicas e socioculturais.

Diferentemente do que aconteceu no processo de abertura democrática, por exemplo, na África Lusófona, Cabo Verde não vivenciou situações de instabilidade política no processo de transição, verificando-se ausência de manifestações e de outros atos de violência muito comuns nessas paragens. Por essa razão, a transição política nacional é caracterizada como “[...] resultado de um processo negociado de cima para baixo”, fora da esfera da participação cívica (ÉVORA, 2009, p. 96). O que contribuiu posteriormente para a instituição de uma democracia representativa de cooptação da sociedade civil, devido a uma excessiva bi-partidarização (PAICV e MpD) da vida social que comprometem a consolidação da democracia e proteção dos direitos humanos (COSTA, 2013). Porém, a estabilidade política e o bom desempenho em matéria de liberdades cívicas, com salvaguarda dos direitos básicos dos cidadãos e da liberdade de imprensa, mantida desde a abertura política, em 1990, fizeram de Cabo Verde, no cenário internacional, um exemplo de democracia e de boa governança, na África (CABO VERDE, 2012). Contudo, Varela e Lima (2014, p. 14) argumentam:

Democracia não é uma varinha mágica que induz ao desenvolvimento. O país confronta-se com uma acelerada contração dos direitos sociais e econômicos em virtude da elevada pressão populacional sobre os recursos, perante uma economia dependente de fontes exógenas como as Ajudas Públicas ao Desenvolvimento (APD), remessas dos emigrantes e turismo. Recursos que dependem das flutuações na conjuntura internacional. Pressupostos que talvez expliquem o porquê que a democracia conquistada em Cabo Verde,

---

um dos aspectos mais relevantes a destacar nessa revisão constitucional é a revogação do artigo 4º que consagrava o Partido Africano para Independência de Cabo Verde (PAICV) como a força dirigente da sociedade e do Estado; partir daí qualquer força política poderia se organizar para disputar o poder político, bem como expressar a sua ideologia política de forma livre. Segundo Correia e Silva, é possível falar do processo de liberalização política ainda nos finais dos anos 1980, processo este denominado pelo autor de “descompressão gradual”, que tinha como objetivo ampliar as bases sociais de apoio ao partido no poder, especialmente com a liberalização gradual da economia, onde o Estado aceita a perda de alguns monopólios públicos, fomentando a democratização e a queda do antigo regime (CORREIA e SILVA apud ÉVORA, 2009).

<sup>31</sup> Nestas eleições, além do PAICV, também participaram outros partidos, com destaque para o Movimento para a Democracia (MpD), formado por dissidentes do PAICV e uma pequena elite burocrática descontente com o regime de partido único que tinha como principal objetivo a reforma do sistema político e que, ao se organizar, ganha gradualmente a simpatia do público eleitor (FURTADO apud ÉVORA, 2009) e ganha as eleições de 1991 com maioria absoluta, o que permitiu a reformulação do sistema político cabo-verdiano. Assim, em 1992, com a promulgação da nova Constituição da República, foi estabelecido por princípio do Estado o respeito aos direitos, liberdades, garantias dos cidadãos, bem como a dignidade da pessoa humana, assegurando-os assim como valores absolutos que regem a vida em sociedade (CABO VERDE, 1992).

decorridos poucos anos, apenas difusamente tem encontrado respaldo no social.

As escolhas políticas dos finais dos anos 1980, caracterizadas sobretudo pela crescente desregularização e privatização, tinham como principal objetivo atender as orientações políticas internacionais de ajustamento estrutural estimuladas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), em detrimento das aspirações da população. Desde então, criou-se um conjunto de barreiras de inclusão social que impedem a participação política das classes sociais menos favorecidas no processo de desenvolvimento.

Ao longo destes últimos anos, com a passagem de uma produção fortemente estatal a um regime de produção tardo-capitalista, assente nos investimentos internacionais nos setores do turismo e das construções<sup>32</sup>, esperava-se que estes setores contribuiriam para dinamizar o crescimento e as oportunidades sociais de tal forma que atenderiam as aspirações de todos os cidadãos nacionais.

No entanto, devido aos efeitos perversos da globalização dos mercados, o crescimento económico, que seria o indicador básico, e o investimento privado e turismo, o seu elemento dinâmico<sup>33</sup>, não garantiram a estabilidade macroeconómica que permitiria um maior investimento no social e o alargamento das oportunidades. Em particular, com o aumento da segregação das oportunidades (LIMA, 2016), a sociedade cabo-verdiana se transforma num celeiro de reprodução das desigualdades e de crescente manifestação das expressões da questão social.

Concordamos com Meneses (2012), quando assevera que a opção pela economia de mercado no cenário da globalização neoliberal em Cabo Verde não afetou a implementação de políticas públicas vinculadas à formação técnica e educacional para a liderança do processo de desenvolvimento. No entanto, a

---

<sup>32</sup> Segundo o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP): “O sucesso de Cabo Verde desde a independência deve-se em parte à generosa assistência por parte dos parceiros de desenvolvimento, remessas da Diáspora e Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE). Em particular, o IDE vem assumindo um papel relevante desde meados da década de 90, com a maior fatia a ter como destino o sector do turismo, e com um crescimento substancial entre 2002 e 2008, tendo a partir de 2009 registrado um decréscimo acentuado e alguma volatilidade desde então” (CABO VERDE, 2012, p. 25), elevando as vulnerabilidades macroeconómicas.

<sup>33</sup> O turismo é, evidentemente, aquele que ganhou maior expressão nos últimos anos e vem assumindo uma importância crescente na economia cabo-verdiana, alargando as oportunidades e contribuindo para a dinâmica de outros setores-chave como a construção civil, imobiliário, transportes e comércio (CABO VERDE, 2012). No ano 2000 o contributo do turismo no PIB não chegava a ultrapassar os 7,5% e, em 2010, já ultrapassava os 20% e poderá atingir 50% do PIB no período de 10 a 15 anos, se houver uma evolução favorável (CABO VERDE, 2012).

qualificação da força de trabalho com perfil adequado às necessidades do mercado tem sido um dos principais desafios de Cabo Verde no que tange à competitividade no mercado global (CABO VERDE, 2012), permanecendo elevadas vulnerabilidades em todos os setores econômicos e do desenvolvimento.

Vale lembrar que o comércio internacional apresenta barreiras que diminuem a capacidade dos países pobres em partilhar os benefícios da globalização, devido a práticas injustas de comércio mantidas com esses países, tornando-os cada vez mais dependentes face aos países ricos. A dependência está presente, tanto em termos dos recursos e do desenvolvimento das novas tecnologias como na criação de novas oportunidades sociais e de emprego para os cidadãos dos países pobres, dificultando a consolidação do sistema democrático que garante o acesso aos direitos sociais e de cidadania. Posto isso, entendemos que a negação dos direitos dos cidadãos vai na contramão do conceito de liberdade humana, impregnada como valor absoluto e inalienável na era da hegemonia neoliberal. Essa é uma das contradições fundamentais do sistema dominante atual, que elevam os conflitos sociais nas sociedades contemporâneas, chamadas mais recentemente, por alguns leigos, como argumenta Costa (1999), de “guerras civis” de cidadãos contra cidadãos.

Nas sociedades onde a desigualdade é alta a tendência é para o aumento desses conflitos no entanto, não se trata essencialmente de uma “guerra civil” entre cidadãos. Fruto da intensificação da acumulação de capital tais conflitos refletem a negação da vida como valor absoluto, provocando o aumento das manifestações da questão social. Neste caso, os conflitos sociais derivados das manifestações de violências, por exemplo, dos grupos de gangues de rua nos meios urbanos podem sinalizar a negação da condição de subalternidade. Não se configura como lutas sociais contra hegemônicas, devido à sua fragmentação e falta de objetivos políticos claros, sendo facilmente esmagados pela classe dominante.

Com a mundialização do capital, que impôs grandes limitações na Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e no financiamento das políticas sociais, criou-se um conjunto de barreiras que impedem os países em desenvolvimento recém-independentes, como é o caso de Cabo Verde, consolidarem suas estruturas de proteção social, com a finalidade de garantir o bem-estar da população, atuando basicamente a favor da livre iniciativa do mercado. , Incentiva-se a forte presença do capital externo e as liberdades e capacidades empreendedoras individuais,

corrompendo a estrutura da sociedade e aumentando os conflitos sociais especialmente com crescente urbanização.

O Estado, na tentativa de garantir o funcionamento do mercado e objetivando o desenvolvimento, canaliza grande parte dos recursos na criação de infraestruturas, a fim de captar os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs). Entretanto, como ao capital estrangeiro importa muito mais a acumulação e nem tanto a realidade social local, as condições de vida da população vão se deteriorando, o que aumenta as contradições e as expressões da questão social.

Na perspectiva de dinamizar a economia, o Estado de Cabo Verde desde 1990 tem incentivado o investimento de capitais internacionais no mercado nacional, principalmente no setor turístico que, por sua vez, tem apresentado limitadas ligações com os demais setores da economia e com a sociedade. Do ponto de vista econômico, o turismo tem tido bons resultados, contribuindo para o forte crescimento econômico nos últimos anos, mas não se pode falar em sustentabilidade socioeconômica e/ou ambiental. É por demais conhecido que, em períodos de crise, o capital internacional migra para outras partes do mundo, à procura de rentabilidade. Uma prática nociva, com implicações tanto na estabilidade do emprego como na capacidade do Estado em arrecadar recursos para as áreas mais sensíveis, como desigualdade e pobreza. Assim, o princípio do IDE é fomentar o crescimento econômico e acumulação capitalista, mas sem muitas transformações a nível social.

De modo geral, Cabo Verde tem ainda um longo caminho a percorrer em busca de uma transformação social que preze pela inclusão das massas no processo de desenvolvimento. A partir da entrada do capital internacional no território nacional, com promessas de alavancar a economia, com conseqüente melhoria das condições de vida da população, o país entrou em um processo reverso em termos da busca pela igualdade e consolidação da democracia e construção de uma sociedade verdadeiramente livre.

O processo de globalização não observou as assimetrias regionais, daí porque os mercados dos países menos desenvolvidos serviram e continuam a servir de espaços globais de reprodução do capital. Em relação a isso, Ianni (2004) acrescenta que, enquanto persistirem as diferenças acentuadas entre os salários pagos nos países economicamente avançados e os das regiões menos avançadas, continuará a justificar-se a reprodução do capital, por meio do IDE.

Nas regiões periféricas do capitalismo, argumenta Ianni (2004), ainda é possível garantir bons retornos de capital, muitas vezes potencializados pelas fragilidades econômicas (necessidade da presença de grandes corporações que garantam o crescimento econômico/emprego) e falta de fiscalização das leis que regulamentam a relação capital/trabalho. Essas fragilidades econômicas tornam necessária a presença de grandes corporações – as multinacionais -, para garantir o crescimento econômico/emprego. As multinacionais aproveitam as fragilidades das leis que regulamentam o trabalho nesses países para fugir das responsabilidades com a proteção social dos trabalhadores, terceirizando serviços e aumentando a produtividade/capital. Acumulam fortunas, enquanto o país não consegue garantir, à grande maioria da população, o básico para a realização social e manutenção de condições de vida dignas. Em Cabo Verde, esta situação vem sendo constantemente agravada, apesar do elevado crescimento econômico dos últimos anos.

### **3.2.1.1. Crescimento Econômico e o projeto neoliberal de desenvolvimento em Cabo Verde**

Desde finais do século XX, Cabo Verde vem registrando um bom desempenho econômico e social. Segundo o Documento de Estratégia, Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP), a economia cabo-verdiana, dentro do quadro de desenvolvimento sustentável e competitivo ancorado sobretudo no desenvolvimento do turismo e no setor privado, mantém [...] a sua trajetória ascendente durante o período de vigência do DECRP II (2008-2011), atingindo, em média, um crescimento em torno dos dois dígitos (12,5% do PIB), cerca de 2 pontos percentuais acima da média registrada no período 2004-2007”, contribuindo para a estabilidade macroeconômica e melhoria das condições de vida da população (CABO VERDE, 2008, p. 10).

A explicação para o crescimento acelerado advém de vários fatores: i) forte investimento em educação e saúde na era da pós-independência; ii) processo de abertura da economia que iniciou no final de década de 1980; iii) reformas de mercado e privatizações na década de 1990; e iv) reformas profundas que foram executadas na primeira década do século XXI. Entre estas reformas incluem-se a agenda da reforma do Estado, o foco em manter um ambiente macroeconômico estável, e as diversas reformas administrativas para melhorar o ambiente de negócios e do desenvolvimento social e econômico (CABO VERDE, 2012, p. 8).

No entanto, a dependência excessiva do mercado externo e uma economia pouco diversificada (CABO VERDE, 2012), também pouco inclusiva e marcada por grandes desigualdades socioeconômicas, estão entre os principais desafios da sustentabilidade macroeconômica e do desenvolvimento. A dependência do mercado externo dificulta uma eventual possibilidade de Cabo Verde se tornar uma economia global livre e competitiva e marca uma das grandes contradições neoliberais. A desregulamentação do Estado abre espaço para uma exploração intensiva, tanto dos recursos naturais, que são escassos, como da população local, impedindo o progresso social e econômico sustentável.

A crise do capitalismo dos finais da primeira década do século XXI é um exemplo claro desta defasagem da política global. A fraca injeção do capital estrangeiro na economia nacional, a partir de 2010, provocou uma desaceleração brusca do crescimento econômico e teve consequências graves nas perspectivas de vida da população cabo-verdiana. O valor médio anual de crescimento econômico em Cabo Verde situou-se em cerca de 1% entre 2011 e 2014, passando para 3,8% em 2015, com a recuperação do IDE e aumento das remessas dos emigrantes que potencializaram o consumo das famílias e ofereceram auxílio em um período difícil para muitos cabo-verdianos (NSHIMYUMUREMYI; SIMPASA, 2016).

A dependência excessiva externa (sobretudo do mercado europeu), em parte explicada pela crescente quota do turismo na economia, elevado nível de abertura, dependência nos ODAs (Official Development Assistance) e as remessas dos emigrantes, aumentam a vulnerabilidade a choques externos (CABO VERDE, 2011). Desta forma, a atual crise econômica global aumenta drasticamente os empecilhos ao crescimento, à transformação e redução da pobreza em Cabo Verde. Por um lado, a fragilidade da economia e a fraca dinamização do setor produtivo geram limitados postos de trabalho e, por outro, a instabilidade dos IDEs refletem diretamente na dinâmica do mercado de trabalho.

O capital externo tende a gerar riquezas em torno de si mesmo, sendo por conseguinte pouco efetivo na transformação social, principalmente nos países periféricos, que têm uma limitada capacidade de diversificação econômica e controle das relações capital/trabalho, como é o caso de Cabo Verde.

A alta dependência da dinâmica dos investimentos estrangeiros no setor turístico, por um lado, não constitui uma real estratégia de desenvolvimento

sustentável de longo prazo<sup>34</sup>. Por outro lado, o capital estrangeiro, além de explorar e expropriar os trabalhadores locais, tende, em muitos casos, a negligenciar qualquer que seja a forma de redistribuição da riqueza socialmente produzida. Assim, argumenta-se aqui que o Estado cabo-verdiano, ao atender inteiramente as demandas do mercado internacional, sem as devidas mediações no sentido de reconhecer as fragilidades e especificidades locais, tenderá cada vez mais a se afastar das reais necessidades da população subalternizada e a gerar mais acréscimos ao patamar da já elevada desigualdade.

A precária formação profissional e escassa formação em cursos ligados à área de tecnologia e inovação são alguns elementos desfavoráveis em relação à competitividade no mercado global, tendo em conta que as grandes multinacionais não têm interesse em investir em países onde há escassez de trabalhadores com nível adequado de formação. Essas contradições são desfavoráveis ao aumento das ocupações no mercado de trabalho nos países mais pobres, gerando elevados índices de desemprego e de empregos precários, o que, por sua vez, limita as perspectivas de realização social para a maioria da população que depende do trabalho.

O que marca a sociedade cabo-verdiana é o alto índice de desemprego e dos empregos precários. Entre 1990 e finais da primeira década deste século, o desemprego atingia uma média anual de 23% na população ativa. Em 2010<sup>35</sup>, caiu

---

<sup>34</sup> Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), cada turista gera, em média, USD 1.021,00 de receitas. No entanto, uma grande fatia deste bolo não é retida no país receptor, devido a: i) deficiente capacidade de produção interna de bens e serviços para o turismo; ii) necessidade de importação de bens e serviços para atender à procura turística; iii) domínio do mercado turístico por grandes grupos multinacionais que não estão sediados nos países receptores; entre outros (OMT apud CABO VERDE, 2010a, p. 107). O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (PEDTCV) para o período 2010-2013, observando esses constrangimentos, apresentou algumas orientações estratégicas, visando “[...] maximizar a interiorização e democratização dos benefícios do turismo” nacional. Um dos objetivos é garantir que fatias maiores das receitas geradas pelo turismo sejam absorvidas pelo país, em benefício de toda a população, transformando-o num setor importante de desenvolvimento econômico-social, gerando mais rendimento, mais emprego e melhor inclusão social, e mitigando as disparidades regionais (CABO VERDE, 2010a, p. 107). No entanto, em mais de 4 anos após a vigência deste plano nota-se que, de uma forma geral, as condições socioeconômicas em Cabo Verde pouco mudaram nos últimos tempos, demonstrando que as forças do mercado internacional tencionam as injustiças sociais, principalmente no que tange às oportunidades de emprego e renda.

<sup>35</sup> A partir de 2010, o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) passa a calcular o desemprego em acordo com as normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo adotado a seguinte metodologia: É considerado desempregado a pessoa de 15 anos ou mais que, durante o período de referência, estava simultaneamente nas 3 seguintes condições: 1º) Não ter trabalhado pelo menos 1 hora, na semana de referência, e não ter um trabalho de que esteve ausente no mesmo período; 2º) Estar disponível para trabalhar nas próximas duas semanas; 3º) Ter procurado ativamente um emprego, nas últimas 4 semanas que precederam a semana de referência do inquérito (CABO VERDE, 2016a). Nos países periféricos muito dependentes dos fundos externos ao desenvolvimento, como é o caso de Cabo Verde, onde o trabalho informal predomina e o mercado formal gera muito pouco emprego, os

para 10,7%, no entanto, subiu em 2012 para 16,08% e voltou a cair, em 2015, para 12,4% (CABO VERDE, 2008, 2015a, 2016a).

Neste último ano, os dados revelam que o desemprego atinge sobretudo os jovens entre 15 e 24 anos (28,6%) e cada vez mais se torna um fenômeno eminentemente urbano (14,2% dos desempregados viviam nas cidades e 7,9% no meio rural) e com implicações crescentes sobre os indivíduos com elevado grau de escolaridade (ensino secundário e pós-secundário, 20,2 e 20,7%, respetivamente) (CABO VERDE, 2016a), considerando que os conhecimentos adquiridos não atendem as necessidades do mercado.

No entanto, os empregos precários continuam a afetar grandemente a população ativa cabo-verdiana, sendo que 17,5% vive nos centros urbanos e 46,3% no meio rural (CABO VERDE, 2016a)<sup>36</sup>. A falta de trabalho e a precariedade laboral, além de prejudicar as perspectivas de vida dos mais afetados, também coloca barreiras na mobilização social e conquista do *status quo* minimamente aceitável pela sociedade capitalista.

O alto índice de desemprego permanente em Cabo Verde faz desse problema um flagelo social que afeta não só os mais pobres, mas também aqueles que possuem capital cultural. Por ser um problema que vem afetando ultimamente em maior escala a juventude, estes jovens têm sido “[...] confrontados com a falta de oportunidades, a mobilidade social bloqueada e o desespero quanto ao seu futuro” (BORDONARO, 2010, p. 172), elevando as situações de marginalidade e destruindo a possibilidade do indivíduo se tornar um sujeito livre, capaz de transformar sua própria história. Nos últimos anos, conforme Lima (2010), os que estão na juventude têm sido as maiores vítimas e, ao mesmo tempo, os maiores agentes de violência.

---

mecanismos de medição de desemprego internacional podem provocar distorções dos fatos, uma vez que é muito difícil prever efetivamente quanto tempo uma pessoa leva para encontrar emprego. Particularmente em Cabo Verde, as oscilações do mercado internacional agravam as previsões da dinâmica do mercado de trabalho, contribuindo para a permanência do alto índice de desemprego, da instabilidade e da precarização dos empregos gerados.

<sup>36</sup> Percebe-se, em relação ao processo de redução dos índices de desemprego em Cabo Verde, alguma distorção com a realidade. Embora o cenário macroeconômico vivido pela Europa, um dos principais parceiros de desenvolvimento nacional, fosse crítico no final da primeira década do século XXI e tenham operado várias reformas devido à crise econômica, desestabilizando o bem-estar e os empregos, Cabo Verde consegue, pela primeira vez, reduzir a taxa de desemprego para quase um dígito (10,7%, em 2010), apesar de ainda ser considerada alta e de sua oscilação para maior nos anos seguintes. A credibilidade dos dados referentes ao emprego/desemprego é muito importante, na medida em que permite avaliar de que forma o crescimento econômico tem refletido sobre a empregabilidade e que tipo de emprego tem sido criado. Portanto, somente uma informação exaustiva sobre a situação econômico-laboral-real do país nos permite avaliar as condições de vida da maioria da população e propor políticas que vão de encontro às necessidades do público-alvo.

A profunda crise econômica global dos últimos anos afetou bruscamente o desempenho econômico nacional (CABO VERDE, 2012), provocou o aumento das vulnerabilidades face à situação de desemprego e precarização do trabalho, pobreza, desigualdades e violências. A situação atual é marcada por mudanças insignificativas na vida da maioria da população, já que o crescimento econômico dos últimos anos gera poucas oportunidades, ofertas de trabalho muito abaixo da procura e empregos precários e, por vezes, sem o vínculo com a segurança/proteção social.

Os sistemas de proteção social são importantes, na medida em que contribuem para a redução das disparidades e das desigualdades no acesso aos direitos sociais. O Governo cabo-verdiano vem desenvolvendo esforços para alargar os sistemas de proteção social, introduzindo nos últimos anos uma série de reformas no sistema de segurança social e de pensões (CABO VERDE, 2012).

No entanto, se por um lado a reforma do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)<sup>37</sup> (órgão que administra as pensões sociais de regime contributivo e obrigatórias em Cabo Verde), possibilitou que “[...] novas categorias de trabalhadores, tais como profissionais independentes e empregadas domésticas” fossem também abrangidos pelo sistema (CABO VERDE, 2012, p. 20). Por outro lado, foi alargada a rede de proteção social (atualmente administrada pelo Centro Nacional de Pensões Sociais – CNPS), destinada às camadas de população mais desfavorecidas, nomeadamente idosos, portadores de deficiência e crianças em situação de extrema pobreza, permitindo o acesso a renda (CABO VERDE, 2012).

A rede de proteção social do Estado abrange um número cada vez mais expressivo de indivíduos. Contudo, o seguro social mínimo (cerca de US\$ 54 mensais) destinado às camadas mais pobres da população, não garante o mínimo necessário para a sobrevivência e, por possuir também característica extremamente seletiva, não tem contribuído de fato para modificar a estrutura social, caracterizada pelas precárias condições de vida das classes subalternas e as crescentes desigualdades que aumentam na mesma proporção do crescimento econômico, nos últimos anos.

---

<sup>37</sup> Apesar das reformas introduzidas pelo governo e não obstante a diminuição do desemprego ultimamente, os dados estatísticos mostram que entre 2014 e 2015 menos de metade da população empregada se encontrava inscrita no sistema de proteção social obrigatória do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e a tendência é para a sua diminuição nos últimos anos. Em 2014, apenas 41% da população empregada se encontrava inscrita no sistema de proteção social gerida pelo INPS e no ano seguinte houve uma diminuição de inscritos na ordem dos 5% (CABO VERDE, 2016a).

### 3.2.1.2. Determinantes das desigualdades sociais e econômicas

A questão das desigualdades sociais e econômicas ocupa um lugar central na análise da pobreza, dado o seu impacto no desenvolvimento econômico, na estabilidade social e na determinação de criação, implementação e manutenção de políticas sociais setoriais. Na década de 1990, a desigualdade social em Cabo Verde aumentou de forma significativa (CABO VERDE, 1989).

O aumento agregado da desigualdade é perceptível quando comparamos o índice de Gení<sup>38</sup> em 1988-1989 e 2001-2002, período em que aumentou de 0.43 para 0.57%, implicando no aumento da pobreza absoluta, que em 2002 atingia 57,6% da população (CABO VERDE, 2002).

No final da década de 1990, a crise do capital se acentua e em toda a parte (continentes e arquipélagos, países ricos e pobres) e de forma cada vez mais preocupante, o mundo caminhava na contramão da liberdade e igualdade, anunciadas como um processo inevitável para a sociedade contemporânea. A democracia e a liberdade, consideradas na era da globalização neoliberal como o grande triunfo da humanidade, uma vez mais mostravam as suas faces contraditórias, pois a liberalização mergulhou o mundo novamente em uma grave crise humanitária.

Desta forma, para reduzir a grave situação humanitária, cada vez mais preocupante em nível mundial, observando os impactos socioeconômicos catastróficos, sobretudo nos países de extrema pobreza, incapazes de dar conta dos vários problemas gerados pela mundialização do capital, os Estados-membros das Nações Unidas declararam o ano 2000 como o momento decisivo para a cooperação internacional do século XXI. Neste sentido, foram traçados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que todos os países deveriam alcançar em 15 anos, concretamente, até o passado ano de 2015. Acordou-se que dirigentes dos países desenvolvidos e dos países em vias de desenvolvimento deveriam desenvolver esforços conjuntos em favor da paz, dos direitos humanos, da democracia, boa governança, sustentabilidade ambiental e erradicação da pobreza, apoiando-se nos princípios da dignidade humana, igualdade e equidade social (Organização das Nações Unidas - ONU, 2000).

---

<sup>38</sup> É um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

Os ODMs indicavam, para o esforço global na luta contra a pobreza extrema, a fome e a doença, a promoção da igualdade de gênero, da educação e da sustentabilidade ambiental e o estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento (ONU, 2000). A estratégia de desenvolvimento incluía áreas como as ajudas ao desenvolvimento, a redução da dívida dos países subdesenvolvidos, o comércio e o acesso a tecnologias (ONU, 2000). Ultrapassada a meta de realização de tais objetivos, a desigualdade social e a pobreza, bem como o acesso aos direitos fundamentais como: o acesso à saúde, à educação, água e saneamento e à habitação, continuam sendo um grande desafio para os países em desenvolvimento, dentre os quais se insere Cabo Verde. Embora Cabo Verde tenha sido bem avaliado pela ONU, pelas conquistas sociais dos últimos anos, é notória a fraca capacidade do Estado em materializar ações duradouras que visem a valorização social e inserir os grupos mais desfavorecidos no processo de desenvolvimento.

Segundo o “*Relatório de Progresso 2015*”, sobre os ODMs, em quatro décadas de independência, gestão e desenvolvimento em Cabo Verde, têm sido contínuos o progresso e a melhoria das condições socioeconômicas, reduzindo drasticamente a situação de pobreza que afeta a população (ONU, 2015), fator decisivo para sua qualificação, em 2008, como país de rendimento médio. Contudo, contraditoriamente, este mesmo relatório também revela que a melhoria das condições de vida e a redução da pobreza não tiveram grande impacto na redução da desigualdade social.

A esse respeito, o “*Relatório Global sobre Desenvolvimento Humano 2016*” confirma a manutenção de desvantagens dinâmicas múltiplas, destacando o acesso ineficiente aos cuidados de saúde, baixa participação na força de trabalho e pensão insuficiente/proteção na velhice (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2016), com graves implicações para a população de baixa renda. Isto se verifica sobretudo nos centros urbanos, em que se somam as ineficiências no acesso aos bens públicos (água e saneamento, habitação, baixa qualidade da educação e condições de saúde) (CABO VERDE, 2012), agravadas com a alta pressão sobre os escassos recursos disponíveis.

Neste sentido, a permanência e, por vezes, o aumento das expressões da questão social na agenda pública, apesar do registro de elevados índices de crescimento econômico dos últimos anos, revelam a falta, a incoerência e a ineficácia ou mesmo a inexistência de ações concretas do Estado cabo-verdiano na materialização de políticas econômicas e sociais que visem a distribuição de renda

entre os mais pobres, para reduzir a desigualdade econômica e garantir os direitos sociais consagrados na Constituição da República de 1992<sup>39</sup>.

A criação de políticas por parte do Estado, destinadas ao enfrentamento da questão social, tem sido pautada em ações pontuais, emergenciais, focalizadas e fragmentadas, desenvolvidas principalmente em parceria com as ONGs nacionais e internacionais ou com a ajuda da sociedade civil, sem grandes iniciativas estatais que visem resolver os reais problemas e necessidades da população.

Os últimos três estudos<sup>40</sup> de abrangência nacional sobre a pobreza, realizados pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, apontaram para uma constante diminuição da população em situação de pobreza absoluta<sup>41</sup>, ou seja, 57,6% em 2002, para 46,4% em 2007 e 35,0% em 2015 (CABO VERDE, 2016b). Entre 2000 e 2012, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Cabo Verde passou de 0,532 para 0,586” (ONU, 2015). Entretanto, o índice de desigualdade social permanece elevado desde o início do século XXI, embora incoerentemente acompanhado de uma relativa diminuição nos últimos anos. Dados do III Inquérito de Despesas e Receitas Familiares (IDRF) mostram que, no ano de 2002, o Coeficiente de Gení foi de 0.53%, passou para 0.47%, em 2007, e 0.46%, em 2015 (CABO VERDE, 2016b).

Os dados estatísticos podem não refletir, por vezes, a realidade concreta em que as pessoas vivem, mas permitem aferir que as ações de redução da pobreza mantidas pelo Estado, sobretudo através do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP)<sup>42</sup>, um dos programas mais referenciados de políticas sociais de

---

<sup>39</sup> A Constituição da República de Cabo Verde, que vigora desde 1992, já passou por três revisões (1ª Revisão Extraordinária – 1995; 1ª Revisão Ordinária – 1999 e 2ª Revisão Ordinária – 2010), determinando que cabe ao Estado, juntamente com as demais entidades privadas e a sociedade civil, contribuir para a proteção social, embora o Estado deva ser o seu principal promotor, que garante a realização dos direitos sociais.

<sup>40</sup> Inclui dados do II e III Inquérito de Despesas e Receitas Familiares (IDRF), realizados em 2001-2002 e 2015 e o Questionário Unificado dos Indicadores Básicos de Bem-estar (QUIBB, 2007).

<sup>41</sup> Para calcular a pobreza absoluta, considerou-se que uma família vive na pobreza absoluta quando não tem possibilidade de satisfazer as necessidades consideradas fundamentais: transporte, educação, saúde, habitação, alimentação (CABO VERDE, 2016b).

<sup>42</sup> A orientação para o combate à pobreza em Cabo Verde não é nova, dado as características estruturais deste fenômeno, ampliado pela variedade de fragilidades tais como, pouca precipitação, fragmentação geográfica e falta de recursos (CABO VERDE, 2012). Após a independência, em 1975, diversas políticas de combate à pobreza foram criadas com alguma regularidade durante os primeiros 15 anos pós-independência. Neste período, “[...] as medidas de políticas-chave para enfrentar a pobreza foram a generalização da educação, extensão dos cuidados primários de saúde, e programas sociais de promoção de emprego através da construção de estradas e reflorestação, entre outros” (CABO VERDE, 2012, p. 1). O PNL, criado em 1987, pretendeu também dar maior ímpeto à redução da pobreza e manteve-se como uma aposta reforçada do Governo na legislatura de 2001 e 2005 (CABO VERDE, 2012), perante a necessidade de cumprir as metas dos ODMs assumidos Cabo Verde teve o desafio de retirar da pobreza extrema cerca de 47.000 habitantes (CABO VERDE, 2008). Para

combate à pobreza em Cabo Verde, não têm sido muito eficazes, já que não intervêm nas raízes da questão social de modo que resulte no bem-estar geral da população, mantendo a pobreza apenas num patamar proposto por organismos de controle multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

O aumento da pobreza e da desigualdade social, juntamente com o desemprego (sobretudo nos segmentos mais jovens), têm sido referidos em todos os programas governamentais nacionais como problemas a serem enfrentados pelo país. No entanto, pela falta de capacidade de captar recursos para as áreas sociais, o Estado enfrenta esses problemas a partir de ações emergenciais e pontuais, de baixa eficácia, principalmente nos meios urbanos, que passam a conhecer uma nova dinâmica a partir da primeira década deste século. A privatização e a desregulamentação do Estado têm como consequência não somente a precariedade nas relações de trabalho, ampliação da concentração de capitais e dos mercados, mas sobretudo a ampliação das contradições, agravando as relações sociais, principalmente com o rápido crescimento demográfico e das periferias urbanas, aumentando as pressões sobre os insuficientes recursos disponíveis ao investimento público na organização do espaço urbano.

### **3.2.2. A dinâmica demográfica e o crescimento urbano**

A par do elevado crescimento econômico dos últimos anos, a população de Cabo Verde tem crescido de forma contínua desde os anos 90. Entre 1990 e 2015, a população nacional residente aumentou cerca de 200 mil pessoas, passando de 331.504 para 524.883, respectivamente (CABO VERDE, 2000, 2010b, 2015a). A estrutura etária é marcadamente jovem, sendo a idade média da população de Cabo Verde calculada em 27,4 anos, entre 2010 e 2015 (CABO VERDE, 2010b, 2015a).

---

isso, o PNLPI teve um papel importante, na medida em que proporcionou a criação de emprego e rendimento, a formação e capacitação profissional e melhoria de infraestruturas comunitárias, fomentando o acesso aos serviços de base nos domínios da educação, saúde, abastecimento de água e saneamento, o apoio a iniciativas locais, promoção de ações de formação para o autoemprego e atividades geradoras de rendimento (CABO VERDE, 2008). Contudo, o programa se caracteriza pela focalização – seleciona, dentre os pobres, os mais pobres, e aborda as situações de carências sociais, sobretudo no meio rural, ficando os centros urbanos sem nenhum tipo de programa de referência no enfrentamento da pobreza. Tem-se verificado um déficit de ações integradas de combate à pobreza no meio urbano subsequente ao término em 2006 do projeto “Promoção dos Grupos Sociais Desfavorecidos” (PGSD) e, com a crescente urbanização, os problemas sociais e a desigualdade têm aumentado drasticamente nas regiões urbanas.

Apesar da dinâmica populacional elevada ter sido acompanhada por grandes transformações socioeconômicas, as vulnerabilidades sociais e o risco da pobreza ainda permanecem como realidade para a grande maioria da população desfavorecida em termos de oportunidades sociais.

Nos últimos 40 anos, o país registrou avanços muito importantes em quase todos os setores-chaves do desenvolvimento. A reforma política e a liberalização econômica aceleraram o processo de desenvolvimento, registrando avanços socioeconômicos significativos, inclusive com grandes impactos sobre o aumento da esperança média de vida da população cabo-verdiana. Em 2015, a esperança de vida para os homens foi de 71,7 anos, enquanto para as mulheres foi de 79,9 anos (CABO VERDE, 2015a).

A melhoria das condições de vida da população cabo-verdiana advém, em parte, também da participação ativa da comunidade emigrada<sup>43</sup> no processo de desenvolvimento do país,

“[...] quer através das remessas e da participação solidária às suas famílias, do investimento econômico, quer da participação nos processos políticos e sociais e da afirmação da cultura cabo-verdiana no mundo” (CABO VERDE, 2008, p. 105). “Nesta situação, o acesso à esfera transnacional torna-se um elemento importante da estratificação social, interligando-se com o estatuto socioeconômico” (BORDONARO, 2010, p. 172).

Essas remessas financeiras contribuem para a melhoria das condições de vida de muitas famílias cabo-verdianas que dependem da ajuda de seus parentes no exterior. A emigração tem funcionado como um instrumento importante na descompressão social (CABO VERDE, 2010) e na mobilidade social (BORDONARO, 2010, 2012b), particularmente no que concerne à superação da pobreza e à falta de oportunidades de trabalho e acesso a renda. Contudo, com o declínio da emigração transnacional (BORDONARO, 2010, 2012a, 2012b) e as restrições impostas pelos

---

<sup>43</sup> Nas últimas décadas do século XX, testemunhamos a consolidação da presença de comunidades cabo-verdianas no exterior. Cabo Verde, sendo um país historicamente de emigração, por razões várias, mas essencialmente devido à pobreza, milhares de cabo-verdianos têm buscado outras paragens fora do país à procura de melhores condições de vida, tendo como destinos preferidos a Europa e os Estados Unidos da América (ÉVORA, 2013). As remessas dos emigrantes, por exemplo, “[...] constituem um importante contributo para o rendimento das famílias em Cabo Verde, fazendo com que um elevado número de famílias cabo-verdianas se situe, apenas por causa desses recursos, acima do limiar da pobreza” (CABO VERDE, 2010b, p. 18). Contudo, ultimamente “[...] verifica-se uma diminuição dos fluxos, devido às restrições impostas pelos países de acolhimento tradicionais (entre 1990-1995 e 1995-2000, o saldo passou de 9900 para 8900 emigrantes, estimando-se que em 2008 seja de - 1.355)” (CABO VERDE, 2008, p 65).

países de acolhimento tradicionais dos emigrantes cabo-verdianos, na virada para o século XXI (CABO VERDE, 2008), os mais pobres têm sido os mais afetados. Além de menos probabilidades de emigrar, também têm poucas possibilidades de acesso à renda, via remessas (BORDONARO, 2012a, 2012b, 2010).

Neste sentido, o êxodo do campo para os centros urbanos tem sido a alternativa adotada pela população mais pobre, em busca de melhores condições de vida. E esta opção resulta na multiplicação dos problemas que as cidades enfrentam atualmente, em virtude da pressão exercida sobre o parque habitacional, as infraestruturas sociais e o mercado do emprego, etc. (CABO VERDE, 2010b). Desta forma, as condições de realização de vida no espaço urbano, sobretudo na Praia, se tornam cada vez mais difíceis e desumanas, pelo aumento das expressões da questão social, em particular a pobreza urbana, desemprego, saúde e habitação precária, falta de abastecimento de água e saneamento, etc., o que obriga as famílias urbanas mais pobres e vulneráveis

[...] a encontrar as suas próprias estratégias de sobrevivência; um ambiente urbano frágil, aliado ao crescimento da pobreza e da população num espaço exíguo, onde as condições de higiene e os serviços públicos de saúde são precários [...], agravada pela incapacidade de atuação do Estado e das entidades municipais, pela insuficiência de recursos, para inverter a situação, contribuindo para o acentuar da vulnerabilidade da capital do país, no geral, e para a deterioração da qualidade de vida das populações urbanas, em particular (PIRES apud FURTADO; PINHEIRO; ALMEIDA, 2011, p. 27-28).

A dinâmica do crescimento demográfico acelerado, associada ao desenvolvimento da sociedade capitalista nacional, extremamente dependente dos fluxos do mercado externo e marcada pela extrema desigualdade social e econômica, tem como aspecto mais crítico o aumento das contradições que se expressam mais nitidamente, na sociedade cabo-verdiana, a partir do crescimento urbano e de outros fenômenos agravantes no espaço regional.

Nos últimos tempos, a questão urbana tem se agravado em Cabo Verde, e não somente pelas migrações internas. Por um lado, as restrições migratórias para o exterior constituem um problema acrescido para aqueles que buscam uma vida mais digna noutros países, obrigando-os a migrar para o espaço urbano à procura de melhores oportunidades. Por outro lado, um novo fenômeno tem assumido um papel significativo nas dinâmicas do crescimento urbano do país: a crescente imigração de cidadãos provenientes sobretudo da Comunidade Econômica dos Estados da África

Ocidental (Cedeao), agravada com a prática de baixos salários e precárias condições de vida (CABO VERDE, 2008). Isso tem contribuído para o aumento das expressões da questão social, especialmente nas cidades, que têm sido palco dos grandes investimentos privados do setor turístico.

As principais cidades e centros secundários de Cabo Verde, nos últimos anos, foram palco de grandes investimentos privados, expandindo as oportunidades sociais e de trabalho. O que contribuiu para o aumento do fluxo de pessoas em direção ao espaço urbano, nas últimas duas décadas e, como consequência, a elevada pressão sobre os escassos recursos para o planejamento urbano agravaram as condições de vida e de realização social nesses espaços.

Segundo os dados do Censo 2010, a população urbana residente em Cabo Verde desde a década de 1990 vem crescendo, com destaque para o aumento em cerca de 20,0%. Em 1990, menos da metade da população (44,1%) vivia na cidade, em 2000 mais da metade (53,4%) já vivia nos centros urbanos e, em entre 2000 e 2015, a população urbana cresceu em mais de 13%, ou seja, a percentagem da população residente em centros urbanos em Cabo Verde era de 65,2% (CABO VERDE, 2000, 2010b, 2015a).

A dinâmica do desenvolvimento vem dando lugar a um intenso fluxo de populações e migrações seja em direção aos principais núcleos habitacionais, seja em direção às ilhas onde se verifica grande surto de construção de empreendimentos turísticos, acarretando já problemas sociais preocupantes decorrentes da falta de condições de acolhimento em termos de acesso a condições primárias (habitação, energia, água), bem como a situações de emprego precário[...] (CABO VERDE, 2008, p. 16).

As ilhas do Sal e da Boa Vista, que receberam vultosos investimentos em empreendimentos turísticos nos últimos anos e vêm contribuindo fortemente para a expansão das oportunidades e o crescimento econômico de Cabo Verde, foram palco de um novo fenômeno migratório desregulado no espaço regional, sobretudo de cidadãos da Cedeao, à procura de melhores condições de vida em Cabo Verde<sup>44</sup> (CABO VERDE, 2008). O fenômeno migratório intenso em nível nacional e regional

---

<sup>44</sup> No documento de reflexão sobre a Conferência de Rabat sobre Migrações consta que, por dia, do total de cidadãos da Cedeao que entram legalmente em Cabo Verde, quinze permanecem ilegalmente. A esmagadora maioria destes imigrantes vêm atraídos pela estabilidade política e social, pelo crescimento da economia e, em particular, do turismo, pelas oportunidades de emprego (a maioria trabalha na construção civil, mas muitos dedicam-se à venda ambulante e aos pequenos serviços de guardas e lavadores de carros), aproveitando a facilidade decorrente de Cabo Verde ser parte da Cedeao e estar vinculado aos seus Protocolos de Livre Circulação (CABO VERDE, 2009).

promoveu uma rápida saturação das infraestruturas, modificando o perfil da pobreza. Até então considerada um fenômeno eminentemente rural, a pobreza passou a constituir uma questão preocupante no espaço urbano, fomentando problemas de ordem estrutural e a emergência crescente da questão social nas cidades de maior dinâmica econômica – os novos fenômenos sociais, particularmente a violência urbana, registrada na Praia ultimamente.

A crescente urbanização, em decorrência do crescimento econômico e do aumento das oportunidades sociais, tornou as “cidades globais periféricas”, especificamente em Cabo Verde, espaços por excelência de exploração e expropriação do trabalho. Ponderamos que a urbanização periférica se caracteriza também como espaço da reprodução da desigualdade social, portanto, exerce grande influência na organização e estruturação das cidades.

A verticalização e expansão imobiliária, aliada à falta de política urbana em Cabo Verde, obriga boa parte dos novos habitantes (a maioria migrante do meio rural e das outras ilhas de Cabo Verde) a ocupar a periferia (com destaque para a cidade da Praia), em geral desassistida no que tange à infraestrutura básica, o que indica serem esses espaços os de maior segregação e marginalização social. Ou seja, “...lugares dos excluídos, dos pobres, dos migrantes, dos ‘de fora’, dos desempregados, rurais, incivilizados, ou dos deserdados da terra” (FURTADO, PINHEIRO; ALMEIDA, 2011, p. 28 [Grifo dos autores]), o contexto da reprodução da violência estrutural e da negação do direito a uma vida digna.

A análise dos dados mostra que, apesar da redução significativa da pobreza absoluta nos meios urbanos, entre os anos de 2002 e 2015, um registro negativo em cerca de 7% (CABO VERDE, 2016b), a grande questão é a situação de profunda desigualdade nas cidades. O índice de Gini mantém-se quase inalterado desde 2002. Depois de registrar 0,52% em 2002, baixou para 0,45% em 2007 e, desde então, manteve-se inalterado (CABO VERDE, 2016b).

Assim, considera-se que existe uma grande desigualdade nas despesas com o consumo. Em 2015, enquanto os 20% da população mais pobre dispenderam 2,8% anualmente, a despesa de consumo dos 20% mais ricos correspondeu a 59,9% (CABO VERDE, 2016b), revelando a necessidade de proporcionar aos pobres no meio urbano maior igualdade no acesso aos bens e serviços que permitem a satisfação de necessidades básicas.

Entendemos que a degradação da cidade e o aumento das manifestações da questão social nos meios urbanos em Cabo Verde, nos últimos tempos, tem a ver com a crescente urbanização pouco planificada. Processo comumente acompanhado de uma certa precariedade das políticas públicas que atendem as demandas dos novos habitantes que se aglomeram nas periferias, com pouca ou nenhuma infraestrutura que lhes permita a plena realização da vida, revelando a extrema desigualdade e marginalização desses espaços.

### **3.3. Resultados e discussão**

#### **3.3.1. A cidade da Praia**

A cidade da Praia, capital de Cabo Verde e principal núcleo populacional da ilha de Santiago e demais regiões do arquipélago, se encontra dividida em cinco zonas administrativas: Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste, e trinta e oito bairros, que ocupam aproximadamente uma área de 42Km<sup>2</sup> de superfície. A cidade é sede da administração central, das instituições de justiça, dos principais centros de negócios e concentra as maiores economias de aglomeração, portanto, gera as maiores oportunidades para a realização social aos seus habitantes. Em termos gerais, a cidade da Praia desempenha um papel determinante na reprodução do capital em Cabo Verde, mantendo-se como o espaço urbano por excelência de reprodução social e de intenso fluxo migratório e concentração humana. Além disso, enquanto centro de referência econômica e de reprodução social, a cidade da Praia tem atraído ultimamente um número cada vez mais crescente de novos habitantes.

Entre 2000 e 2015, a população da Praia em relação ao total do país aumentou cerca de 5%, devido essencialmente à diminuição da população noutros conselhos, a migrações de outras ilhas e ao êxodo rural, bem como à concentração de imigrantes estrangeiros. Tudo isso vem causando uma grande pressão sobre os escassos recursos da cidade.

Desde 1990, a cidade da Praia tem registrado um aumento considerável de sua população. Em 2015, sua população representou quase 30% do total da população residente no país. Em relação a 2010, houve um aumento populacional de 19.717 habitantes, isto é, de 131.719 passou para 151.436 habitantes, em 2015 (CABO

VERDE, 2015a). Dentre estes, 16.491 eram estrangeiros residentes em Cabo Verde, 38,8% residiam na Praia, uma grande maioria proveniente de países do continente africano, especificamente da região da Cedeao. Em relação à estrutura etária, a população residente na Praia é sobretudo jovem, com média de idade de 26 anos, muito próxima à média nacional que, em 2015, foi de 28 anos (CABO VERDE, 2015a).

Localizada na ilha de Santiago (a maior ilha de Cabo Verde e a que mais gera riqueza, em nível nacional), a Praia tem sido uma das regiões do país que mais cresce em termos do Produto Interno Bruto (PIB). No ano de 2014, as ilhas que mais contribuíram para o PIB de Cabo Verde foram: Santiago, 53,8%; São Vicente, 16,0%; Sal, 10,4%; Santo Antão, 6,0%; Boa Vista, 5,0% (CABO VERDE, 2016c). Em 2014, em relação à ilha de Santiago a Praia correspondeu a 80,3% do PIB e as demais áreas de Santiago atingiram 19,7%. Em relação a Cabo Verde, o PIB da cidade da Praia foi de 43,2%, e o das demais áreas de Santiago foi de 10,6% (CABO VERDE, 2016c).

Atualmente, a cidade da Praia, por concentrar a maior parte das empresas ativas da ilha de Santiago e também por ser a capital do país, possui um grande peso na geração da riqueza nacional, pelas maiores oportunidades sociais e financeiras que detém. Por esta razão, a cidade tem atraído, ao longo dos últimos anos, um número cada vez mais crescente de novos habitantes. A pressão sobre os escassos recursos disponíveis, em especial, o fraco planejamento urbano, causa o agravamento das expressões da questão social. Destaca-se o fenômeno crescente das violências individuais e de grupos (STEFANI, 2016; LIMA, 2015, 2014a, 2014b, 2012b, 2010; FURTADO; PINHEIRO; ALMEIDA, 2011; BORDONARO, 2012a, 2012b, 2010; PEÇA, 2012, CARDOSO, 2012; ROQUE; CARDOSO, 2008) que se tornaram ultimamente um dos principais problemas sociais a ser enfrentados.

Apesar da Praia contribuir fortemente para a dinamização da economia de Cabo Verde e gerar grande parte da riqueza nacional, contraditoriamente é uma das cidades do país que apresenta um dos maiores índices de desemprego e pobreza, sobretudo pelas insuficientes oportunidades de trabalho.

Segundo o *Anuário estatístico 2015*, o desemprego, na Praia, atinge uma média anual superior a 16%, incidindo principalmente na faixa etária 17-25 anos (CABO VERDE, 2015a). Neste sentido, as expressões da questão social têm aumentado, devido às precárias condições de vida da população e ao aumento da desigualdade social, que impacta de forma negativa o acesso e a realização de um conjunto de

direitos sociais a uma boa parte da população residente, sobretudo a que habita as zonas da periferia<sup>45</sup>.

Os limitados recursos destinados ao planeamento urbano e ao atendimento das demandas sociais impostas pelo aumento da população e pelo alto índice de desemprego, por um lado, impactam as condições reais que permitem a autorrealização social para a grande maioria pobre e, por outro lado, contribuem diretamente para o aumento dos conflitos sociais e espaciais. Conforme assevera Lima (2011),

[...] na actual configuração espacial praiense, as zonas urbanizadas modernas com características ocidentais, com predominância de condomínios semi-luxuosos e vivendas circundados por bairros periféricos habitados pela população desprovida de recursos em espaços caracterizados pela extrema pobreza, onde carências de serviços sociais e de infraestruturas urbanas fazem-se sentir expressivamente (LIMA, 2011, p. 8).

Neste sentido, o aumento da expectativa e das condições de vida, sobretudo da população juvenil, a mais afetada pelo desemprego, estará comprometido, causando o rompimento de todo o processo de identificação dos vínculos com o restante da sociedade. Entendemos ainda que, como consequência direta do agravamento das pressões inerentes à questão social, aumentam os níveis de violência. E, nesse contexto, a violência tende a ser algo apreendido como “recorrente e natural” ao desenvolvimento urbano.

### **3.3.2. As condições de vida da população residente na periferia**

O aumento do contingente populacional e a apropriação dos espaços urbanos na cidade da Praia, por diferentes classes sociais, a partir dos finais dos anos 80, segundo Lima (2011), vai desencadear um processo muito semelhante ao acontecido na passagem do século XX nas cidades ocidentais. Ou seja, a expansão e a despadronização da ocupação do espaço urbano da cidade, formando vários centros e várias periferias, onde a vida acontece a partir da circulação periferias/centros, tendo

---

<sup>45</sup> O Inquérito das Despesas e Receitas Familiares (IDRF), realizado no ano de 2015, expõe os dados globais sobre a pobreza em Cabo Verde, no qual se constata que, no ano de 2015, dos 179 mil pobres que habitavam no país, 51% residiam no meio urbano e 58% em Santiago e 21% na cidade da Praia (CABO VERDE, 2016b).

em conta que os principais centros da cidade dependem, em grande parte, da mão-de-obra periférica e vice-versa<sup>46</sup> (LIMA, 2010, 2011).

Desta forma, além de uma grande pressão sobre os escassos recursos da cidade devido ao fraco investimento em políticas urbanas, o contexto urbano da Praia se torna cada vez mais sinônimo de marginalização social e espacial e de dominação dos grupos mais desfavorecidos. Conforme Lima (2011, p. 4), o que está em curso na Praia é a "...emergência de uma nova ordem sócio-espacial, assente na desigualdade social e pobreza". Ainda de acordo com o autor, projeta-se na Praia uma sociedade dualizada, em que os "[...] bairros construídos para os grupos dominantes serão projetados para o futuro e [...] os bairros espontâneos construídos à volta, em terrenos apropriados pela classe dominada sem recursos econômicos". Erguidos de forma clandestina, passam a compor os espaços da negação da liberdade e dos direitos fundamentais de realização da vida.

A periferia urbana da Praia vivencia grande parte dos problemas sociais gerados pela expansão desordenada e pelos baixos recursos destinados ao planejamento urbano; aumento da desigualdade; marginalização dos indivíduos em situação de pobreza; falta de saneamento e problemas ambientais, serviços de saúde e educação de baixa qualidade; precárias condições de mobilidade social; déficit e precariedade habitacional; aumento das violências, dentre outros problemas estruturais que acompanham o crescimento.

Monteiro *et al.* (2012), ao analisar o crescimento acelerado da população no município da Praia, apontam a proliferação de um habitat precário, falta de infraestruturas básicas de saneamento, eletricidade e água; as políticas e/ou programas sociais do município não têm conseguido superar os desafios colocados por essas precariedades, que constituem um problema de grande complexidade para as autoridades políticas e administrativas da capital.

---

<sup>46</sup> O espaço urbano da Praia é caracterizado por uma morfologia muito acidentada, está situada entre planícies também denominadas de "plateau/achadas" e zonas intermédias de baixo-relevo e/ou de relevo acentuado. Os "plateaus" fazem parte dos territórios de especulação e valorização do capital imobiliário (urbanizados e planejados) e as zonas intermédias, sem muito valor do mercado. As zonas intermédias são áreas da periferia consideradas inapropriadas para moradia, sendo negligenciadas pelo planejamento urbano; normalmente são ocupadas por trabalhadores pobres, migrantes das zonas rurais, das outras ilhas e emigrantes (sobretudo da costa ocidental africana). Assim, hoje a cidade da Praia pode ser caracterizada como um espaço urbano multifacetado, marcado pelo crescimento desordenado de bairros de ocupações espontâneas, com moradias em condições precárias e escassez de bens e serviços sociais coletivos.

Nascimento (2009) afirma que o fenômeno do crescimento acelerado da população e os insuficientes recursos destinados ao planejamento urbano têm provocado desequilíbrios espaciais graves, com repercussões sobre o desenvolvimento urbano e as condições de vida dos praienses, determinando as características atuais da cidade.

A cidade da Praia é o centro econômico de Cabo Verde, pois concentra as maiores economias de aglomeração e, portanto, as maiores oportunidades, e o mais baixo custo de vida do país. O aumento da população urbana e o rápido crescimento dos últimos anos têm a ver com o que afirma Nascimento, ou seja, revelam que a cidade oferece as melhores oportunidades de mudança de vida. Por esse motivo, existe um processo migratório cada vez mais crescente de todas as ilhas em direção à Praia.

Conforme já referido, a população da Praia atualmente é constituída principalmente por jovens, em sua maioria migrantes do meio rural, que procuram oportunidades de trabalho e mudança das condições de vida. Contudo, a falta de planejamento urbano adequado e os poucos recursos disponíveis não dão conta das demandas dos novos habitantes, aumentando a pressão sobre a já deficitária infraestrutura urbana.

O aumento demográfico acelerado da cidade de Praia supera a capacidade de respostas das autoridades locais no que tange ao planejamento urbano, na medida em que os serviços básicos essenciais, como água, saneamento, rede elétrica, habitação e outros, estão permanentemente saturados. O aumento das desigualdades tende a facilitar a criação de condições propícias para a prática de atos de violência e delinquência (DIAS; GONÇALVES; FORMIGA, 2014).

A questão habitacional tem sido um dos aspectos centrais do planejamento urbano nos últimos tempos, tendo o Governo de Cabo Verde, em 2009, lançado, no quadro da política social de habitação, o programa “Casa Para Todos”, que visa atender às necessidades habitacionais das populações de baixo rendimento e com problemas específicos no acesso à habitação (DIAS; GONÇALVES; FORMIGA, 2014). No entanto, problemas no financiamento têm prejudicado a realização do programa; informações recentemente disponibilizadas pelos serviços de coordenação do programa revelam que, até ao momento, foram concluídas apenas 12,18% das habitações, no país, sendo 2,91% na cidade da Praia (DIAS; GONÇALVES; FORMIGA, 2014).

A crise habitacional, portanto, continua sendo um dos grandes desafios, juntamente com os problemas sociais, ambientais e sanitários, que crescem ao ritmo da ocupação dos bairros espontâneos que nascem do dia para a noite, constituindo as principais zonas de manifestação da questão social, daí emergindo situações de marginalização que comprometem a dignidade das pessoas.

O aumento da desigualdade social gera o aumento da pobreza que, aliada ao cenário da falta de planejamento e ao crescimento demográfico nas periferias, vem transformando o cenário da cidade num lugar de grandes contrastes. De um lado, bairros organizados e urbanizados, do outro lado as periferias, onde predominam a desorganização ocupacional e a falta de infraestrutura urbana (saneamento básico; serviços públicos de saúde e de educação; habitação; transporte coletivo; saneamento; etc.), atestando o enfraquecimento do espírito da coletividade, superado pelo individualismo, o que torna a cidade um espaço de luta para a sobrevivência.

A extrema desigualdade social produz e reproduz caminhos diferentes, sobretudo nas cidades em que os cidadãos lutam para se tornar sujeitos de direito, ou seja, um potencial consumidor na atual sociedade de consumo em que vivemos. A emergência das periferias na cidade da Praia, embora não desejada pelo grande capital, é necessária, porque atende as necessidades de reprodução social. E essas periferias só existem por não haver um profundo interesse da coletividade na resolução dos inúmeros problemas sociais que emergem atualmente, como as apropriações clandestinas por parte da população de baixa renda. É neste âmbito que uma série de problemas ambientais e de saúde emergiram na cidade da Praia, bem como diversas outras formas de manifestação da questão social, como a segregação socioespacial, o uso da força e formas e/ou outros tipos de expressões da violência urbana.

### **3.3.3. As multicausalidades das violências urbanas**

A tendência da política dominante contemporânea é manter a classe subalterna permanentemente vigiada no espaço suburbano, tendo em conta que, na maioria dos casos, esses locais de reprodução da subalternidade se confundem com perigo – a gênese de todos os problemas que se vive nas cidades.

A marginalização social contribui para aprofundar os problemas sociais no espaço da periferia, o que obriga seus moradores, na maioria pobres e sem recursos, a se reinventar para sobreviver e lutar contra a segregação, bem como a situações de negação de um conjunto de direitos fundamentais de reprodução da vida e de cidadania que aprofundaram a problemática da pobreza e das precárias condições nos meios urbanos.

A pobreza é considerada um fenômeno histórico e estrutural da sociedade cabo-verdiana, portanto, não é exatamente este o fator determinante para a explicação das violências urbanas hoje vivenciadas na cidade da Praia. Reafirmamos que entender a pobreza requer inscrevê-la como um fenômeno social e historicamente determinado na sociedade capitalista, ou seja, apreendê-la como resultante da acumulação, exploração e expropriação dos trabalhadores.

Dito isto, é importante esclarecer que a integração de Cabo Verde na economia mundial modificou a estrutura social e, por conseguinte, as relações sociais se tornaram mais tensas na cultura local, o que fez emergir conflitos e eventos de violências motivados sobretudo pelo aparecimento de grupos sociais marginalizados pela sociedade.

O crescimento neoliberal em Cabo Verde sem dúvida promoveu e tem promovido o progresso socioeconômico, ampliando as oportunidades sociais e as possibilidades de ascensão social para a população. No entanto, o acesso às oportunidades e aos benefícios desse mesmo progresso é muito desigual. Os benefícios do progresso e as oportunidades socioeconômicas criadas estão acessíveis a um pequeno grupo de população, enquanto a maioria permanece numa condição de vulnerabilidade e de insuficiência de recursos. Essa é a contradição fundamental que explica o aumento das manifestações da questão social, aparecendo a violência urbana, nos últimos anos, como um “novo problema social”.

Na entrada para o século XXI, como resultado do progresso social e econômico aparece, no cenário social cabo-verdiano, um conjunto de fatores contraditórios que aprofundam as expressões da questão social, com impactos diretos no aumento dos problemas estruturais e dos fatores de risco, tais como: o elevado índice de desemprego e de empregos precários (CABO VERDE, 2016a), a permanência das profundas desigualdades sociais (CABO VERDE, 2016b); a intensificação da ocupação do espaço urbano, a falta de infraestruturas de habitação e a marginalização das periferias (FURTADO; PINHEIRO; ALMEIDA, 2011); a facilitação

do acesso ao mercado de tráfico de armas ligeiras e drogas (ROQUE; CARDOSO, 2008; CARDOSO, 2012); a construção midiática distorcida da violência urbana (CARDOSO, 2012); a cultura da impunidade, construção da hipermasculinidade e consumo excessivo de álcool e drogas (MOURA apud LIMA, 2014a). Estas questões fazem emergir “novas” e reativar as “velhas” expressões da questão social na sociedade cabo-verdiana, especificamente no espaço urbano, com destaque para a crescente manifestação de diversos tipos de violências.

Historicamente, Cabo Verde foi palco de diversos tipos de violência, tanto a estrutural como a simbólica, decorrentes do processo histórico de sua formação (CARDOSO, 2012; LIMA, 2010). Contudo, somente a partir de 2006, com o aumento dos conflitos urbanos e dos crimes violentos (homicídios, assaltos a mão armada, narcotráfico e acirramento dos confrontos entre as gangues rivais) (LIMA, 2012b) é que a violência passou a ser considerada um problema social.

As expressões das violências atuais, resultantes de uma crescente “[...] subalternização e marginalização da população pobre urbana” (LIMA, 2016, p. 9), aumentam os conflitos urbanos e transformam particularmente a juventude pobre da periferia (sobretudo os pertencentes aos grupos *thugs*) “[...] num símbolo da decadência moral da sociedade cabo-verdiana, alertando o imaginário popular para a retórica do medo, do controle e da vigilância” (BORDONARO, 2012b, p.13), trazendo ao debate público o fenômeno da violência como um problema social.

O aumento da insegurança, sobretudo na Praia, em parte fruto da ação e proliferação dos grupos *thugs*, vai desencadear uma nova abordagem sobre a violência na sociedade cabo-verdiana, fazendo surgir a expressão “novo tipo de violência” (CARDOSO, 2012; LIMA, 2010). Foi elaborada uma proposta, com o objetivo de modificar o quadro legal existente, no que respeita à intervenção tutelar educativa e à execução da pena privativa da liberdade, medidas alternativas à prisão e acompanhadas de medidas repressivas para responder aos novos problemas sociais urbanos (LIMA, 2012b) que colocavam em perigo a estabilidade social.

O novo tipo de conflito urbano, que aparece sobretudo na cidade da Praia, tem como elementos centrais de preocupação os *thugs*<sup>47</sup> e os deportados provenientes

---

<sup>47</sup> Segundo Lima (2015, p. 104), “[...] a partir de 2010, devido à intensificação das políticas de repressão, muitos membros foram encarcerados, reduzindo substancialmente o número de indivíduos nas gangues. Contudo, novos membros se alistaram [ ...]”. De acordo com Cardoso, “[...] são diversos os espaços onde os *thugs* praticam os atos de violência. As guerras com os rivais ou os assaltos acontecem tanto nas zonas mais desfavorecidas da Praia como nos bairros de classe média e alta. No

dos Estados Unidos da América, apontados como os principais responsáveis pelo clima de insegurança (LIMA, 2016) e do pânico-moral na sociedade cabo-verdiana (BORDONARO, 2010, 2012b). A associação entre os *thugs* e a violência levou à tomada de posições extremadas por parte das autoridades governamentais, adotando modelos de enfrentamento repressivo. Entretanto, os homicídios, os assaltos a mão armada e os tiroteios entre os grupos rivais continuaram (LIMA, 2016), permanecendo a sensação de medo e insegurança pública no espaço urbano.

A cidade da Praia, apesar de relativamente pequena, se comparada com as “cidades globais” periféricas contemporâneas, ultimamente vem apresentando problemas sociais comuns a estas. No início dos anos 2000, constatou-se um aumento da questão social (LIMA, 2010), nomeadamente a pobreza e as desigualdades sociais e econômicas, após a expansão das periferias, devido às maiores oportunidades existentes no espaço urbano. No entanto, a falta de planejamento urbano aumenta as expressões da questão social, especialmente as periferias que se transformaram em espaços de reprodução e de representação das violências urbanas.

Atualmente, a cidade da Praia é marcada fortemente pela desigualdade espacial e social, e o alcance da liberdade, ou seja, atingir a condição de sujeito livre consumidor é um privilégio que poucos conseguem. O fracasso social, que infelizmente é um destino certo e extremamente penoso para a maioria dos pobres da periferia urbana (sobretudo a juventude, o grande alvo da sociedade de consumo) tem como consequência revoltas sociais e conflitos de classe. A estruturação e a administração da cidade da Praia, a partir de uma política que legitima e naturaliza a desigualdade, têm como efeito primário a fragmentação das relações sociais, que, por sua vez, contribuem para o aumento das violências, derivadas das frustrações sociais, e conseqüente marginalização dos grupos mais vulneráveis.

Na cidade da Praia e um pouco por todo o país emergem gangues de rua, mais comumente identificadas como grupos de *thugs*, podendo ser também reconhecidos como “novos movimentos sociais”, embora sem princípios e valores claros. Esses

---

entanto, a maioria dos grupos atua preferencialmente fora das áreas de residência[...]” (CARDOSO, 2012, p. 25), pois, ao longo dos últimos anos são esses grupos que têm sido apontados como agentes de violência e que comprometem a estabilidade social, principalmente na Praia. A emergência destes novos atores sociais (*thugs*) refletem as “falhas” da sociedade urbana, ou seja, as falhas do Estado, bem como dos principais agentes de socialização (família, escola) no desempenho das suas funções específicas (CARDOSO, 2012), portanto, uma forma alternativa de ganhar protagonismo social e inserção numa sociedade cada vez mais fragmentada.

grupos se disseminaram rapidamente, devido ao forte sentimento de injustiça social e do não reconhecimento de sua participação no processo de desenvolvimento do país (BORDONARO, 2010). Em decorrência disso, são frequentemente considerados os principais agentes de violência.

A associação direta entre os *thugs* e a violência urbana na Praia pressupõe a ocultação dos impactos negativos da adoção da política neoliberal, nomeadamente o aumento das desigualdades e a marginalização social no espaço urbano, tendo como consequência a criminalização da pobreza, já que a grande maioria dos integrantes dos grupos de *thugs* pertence às camadas mais pobres da sociedade, criando as condições para o alastramento das violências.

O relatório “Cabo Verde - Justiça e Segurança em Números – 2015”<sup>48</sup> mostra que as ocorrências criminais em Cabo Verde, de um modo geral e ao longo dos anos, mantiveram uma tendência de crescimento dos crimes contra as pessoas e patrimônios<sup>49</sup>. Das 25.826 ocorrências criminais registradas em 2015, 51,5% foram contra as pessoas, com destaque para os homicídios e a ofensa à integridade física que, juntos, respondem por 16,5% desse tipo de crime<sup>50</sup>. Em particular, os homicídios, entre 2010 e 2015 aumentaram, em média, 3,4% a cada ano (CABO VERDE, 2017). Os crimes contra patrimônios corresponderam a 48,5%, destacando o roubo e o furto, com 37,3%. Entre 2010 e 2015, o roubo aumentou cerca de 12,2% a cada ano e estima-se que o furto tenha aumentado cerca de 2,1% a cada ano, para o mesmo período (CABO VERDE, 2017). Esses elevados índices de criminalidade aumentam o sentimento de medo e insegurança da população, contribuindo para a desfiguração urbana.

---

<sup>48</sup> O relatório foi produzido com base nos dados estatísticos referente ao período 2010-2015 pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE)/Cabo Verde, em parceria com as instituições de justiça e segurança do país, nomeadamente o Ministério da Administração Interna, o Conselho Superior do Ministério Público e o Conselho Superior da Magistratura Judicial, a fim de analisar as condições, circunstâncias e tendências da criminalidade e ocorrências de crimes registrados em Cabo Verde, para subsidiar políticas públicas.

<sup>49</sup> Entre os anos de 2010 e 2015 o número de ocorrências aumentou, em média, 4,6% a cada ano (CABO VERDE, 2017). Particularmente em 2015, as autoridades de segurança nacional registraram cerca de 25.826 ocorrências criminais, incluindo os crimes contra as pessoas e patrimônios, representando uma taxa de crescimento de 10,4%, quando comparado com o ano anterior.

<sup>50</sup> As armas de fogo têm sido um instrumento de uso frequente para a prática de crimes. Do total de 46 pessoas vítimas de homicídio, em 2015, em metade o instrumento utilizado foram armas de fogo e as “boka bedju” (armas de fabrico artesanal feitas em Cabo Verde) e das 4.205 ocorrências de ofensa à integridade física, 368 foram com armas, sendo que, destes, 22,6% com armas de fogo; e dos 2.657 assaltos registrados, 470 foram realizadas com armas de fogo (CABO VERDE, 2017).

Entendemos que o crescimento da violência não deve ser associado unicamente ao aumento dos índices dos crimes em áreas urbanas, mas também deve ser analisado a partir da distância entre os mais ricos e os mais pobres, que vem aumentando cada vez mais na sociedade cabo-verdiana. O acesso a um maior número de bens materiais por parte de uma minoria privilegiada, em detrimento de uma maioria desfavorecida, mantém a sociedade sob uma forte desigualdade, fragiliza as relações sociais e se manifesta no agravamento das questões sociais. Neste sentido, a violência urbana é uma expressão do adensamento dos problemas sociais estruturais, contribuindo para o aumento da insegurança pública.

No entanto, contraditoriamente, a agenda pública de enfrentamento dos conflitos sociais decorrentes dos problemas estruturais que emergem na atual sociedade cabo-verdiana dirigida pelos desejos do mercado global, dá ênfase à reestruturação das forças policiais e reforça seus meios de atuação (CABO VERDE, 2008)<sup>51</sup>, enquanto instrumento de controle social, em detrimento de ações estratégicas amplas que visem o fortalecimento dos direitos de cidadania como um todo. Assim sendo, enfrentar as expressões da questão social, fruto das contradições sociais, a partir de políticas repressivas e da lógica militarizada pressupõe a tendência à criminalização da pobreza que, por sua vez, contribui para o crescimento acentuado da criminalidade e da violência, sobretudo nos espaços de maior concentração humana, como é o caso da cidade da Praia.

No ano de 2015, Praia, figura entre as cidades de Cabo Verde com maior índice de ocorrências criminais (10.369), aumento de 25,1% em relação ao ano anterior. A

---

<sup>51</sup> A aprovação, em 2009, do Programa Estratégico de Segurança Interna (Pesi) para o triênio 2009 – 2011, renovado no ano de 2013 para os próximos três anos, 2013-2016, atende as medidas políticas apresentadas pelo Governo de Cabo Verde no Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP II) que vigorou no período de 2008 a 2011, sobre o eixo da Reforma da Justiça (promover a segurança das pessoas e bens e afirmar a autoridade), propondo uma política para fortalecer os sistemas de segurança interna no combate à criminalidade e delinquência, sobretudo a violência coletiva urbana e o narcotráfico. O Pesi 2009, tendo em conta o agravamento da criminalidade (a proliferação de armas de fogo, a delinquência juvenil, aumento da deportação de cidadãos nacionais no estrangeiros), reforça o sistema de segurança, investindo nas forças policiais (Polícia Nacional e Polícia Judiciária); na implementação do SIR (Sistema de Informação da República), e a liberalização das Forças Armadas, que deverão funcionar de forma articulada e coordenada para poder dismantlar as redes do crime organizado, e a criação de um modelo de policiamento proativo, privilegiando a prevenção e aumentando a confiança na Polícia Nacional (CABO VERDE, 2009). Antes disso, segundo Lima (2015, p. 111), outras unidades especiais de polícia (em 2005 a Piquete, em 2007 a Brigada Anticrime (BAC), em 2012 “Ninja” no Mindelo e em 2012 a Guarda Nacional, bem como a Polícia Militar, que esporadicamente também era acionada) foram destacadas para combater especificamente a violência coletiva urbana nos dois maiores centros do país (Praia e Mindelo) e o exército foi colocado nas ruas em momentos considerados críticos, o que não foi, no entanto, suficiente para resolver o problema.

cidade da Praia registrou, em 2015, 54,3% de crimes de homicídio, 15,3% relacionados a ofensa à integridade física, 59,2% em relação ao roubo e 32,4% de ocorrências de furto (CABO VERDE, 2017). Ressaltamos que, nas sociedades pequenas, a exemplo de Cabo Verde, com pouco mais de meio milhão de habitantes, e a maior cidade do país (Praia), com cerca de 150.000 habitantes, a violência coletiva urbana, principalmente a mais grave – os homicídios, tem impactos alarmantes na sociedade. Este tipo de violência, por vezes, é divulgado em análise superficial e sensacionalista por parte da grande mídia (PEÇA, 2012), o que contribui para o aumento do medo e da insegurança pública e da culpabilização das vítimas de uma violência mais global, que são as transformações econômicas e sociais, que impõem a determinados grupos condições de vida precárias e inumanas.

A tendência crescente da responsabilização dos indivíduos e das famílias ditas dos bairros periféricos da Praia, por exemplo, argumenta Lima (2015), ocorreu com maior incidência no triênio 2010-2012, período em que a criminalidade urbana e a insegurança pública aumentaram drasticamente. A culpabilização das periferias enquanto bairros onde emergem os perigos e também onde se alastra uma violência gratuita que chega a colocar em causa o normal funcionamento da sociedade (LIMA, 2015), leva o poder político a tomar medidas para acabar com a situação, reforçando o discurso de “tolerância zero” (BORDONARO, 2012). Esse discurso, segundo Lima (2010), acabou por contribuir para a marginalização, tanto das periferias, como da população sem recursos econômicos, sobretudo a juventude pobre, tornando-os uma das principais vítimas e agentes de violência, na Praia<sup>52</sup>.

A situação atual de desigualdade econômica e falta de oportunidades de trabalho são fonte de frustração para os jovens moradores da Praia, também porque o aumento do nível de instrução e a difusão de objetivos desejáveis espalhados pelos meios de comunicação social alimentam neles aspirações de promoção social, que são continuamente negadas pela desigual distribuição dos recursos materiais e simbólicos (STEFANI, 2015, p. 22).

---

<sup>52</sup> De uma forma geral, os dados de 2015 revelam que os crimes em Cabo Verde têm sido praticados sobretudo por indivíduos de sexo masculino, com idades entre os 22 e 30 anos (CABO VERDE, 2017). Estes segmentos de população e suas famílias em particular têm tido poucas ou precárias oportunidades sociais de acesso ao emprego, habitação digna, saneamento e diversos outros direitos fundamentais para a realização da vida. Embora as oportunidades sociais tenham crescido após as mudanças políticas e econômicas dos anos 90, a pressão demográfica, especialmente jovem, a fraca dinâmica econômica, a fragilidades do sistema educativo e de proteção social, a forte dependência externa e a crise mundial do capital fazem com que a democratização do acesso aos meios necessários para a realização social em Cabo Verde seja totalmente comprometida. A grande maioria da população pobre se depara com barreiras que limitam a obtenção de um emprego estável, uma habitação própria e a manutenção da vida familiar dentro dos padrões exigidos pelo sistema.

As transformações econômicas e sociais derivadas da abertura do mercado cabo-verdiano promoveram um tipo de sociedade altamente fragmentada pelo fraco poder de compra de uma grande maioria da população, bem como uma progressiva polarização do trabalho. Por um lado, crescem as oportunidades de emprego para trabalhadores altamente qualificados, entretanto, escassos ou incapazes de satisfazer as aspirações e desejos da população qualificada<sup>53</sup>. Por outro lado, ampliam-se as ofertas por mão-de-obra desqualificada, ou seja, crescem os empregos precários e a exploração do trabalho, oferecendo, especificamente aos mais pobres, escassos recursos, tanto em nível econômico como simbólico, afastando a possibilidade destes se tornarem livres consumidores.

Desta forma, particularmente a cidade da Praia se transforma em uma sociedade altamente fragmentada refletindo condições de vida urbana degradante. A emergência de periferias, habitadas majoritariamente por uma população pobre/jovem e vítima de uma violência estrutural perversa bem como situações de criminalização da pobreza.

Os bairros periféricos da Praia são muitas vezes caracterizados como problemáticos e local preferido dos grupos de delinquentes, onde emergem e se alastram por toda a cidade vários tipos de delitos (BORDONARO, 2010), destacando-se o aumento expressivo do número de casos de crimes violentos contra as pessoas e contra o patrimônio, especificamente o aumento de casos de homicídios, agressões físicas, assaltos a mão armada em locais públicos e privados, e roubos.

Neste sentido, com o objetivo de alcançar a segurança e estabilidade social e superar o alastramento das violências, as medidas repressivas têm sido um dos principais instrumentos políticos adotados pelas autoridades governamentais. As ações que visam a construção da cidadania e transformação social têm sido frequentemente substituídas por ações repressivas que atingem os grupos mais afetados pela violência estrutural e simbólica cada vez mais crescente, a partir do afastamento do Estado da sociedade.

---

<sup>53</sup> Atualmente, em Cabo Verde existe um grande paradoxo entre a elevação das acessibilidades à educação e as possibilidades reais de afirmação social e econômica, daí o crescimento do desemprego de quadros qualificados nos últimos anos, gerando frustrações, principalmente na camada mais jovem da população desqualificada, assim como os que possuem qualificação profissional superior devido às escassas oportunidades dos empregos qualificados proporcionados pelo mercado de trabalho cabo-verdiano ..

Assim, na falta de estratégias políticas articuladas entre o Estado e a sociedade, visando a transformação social e inclusão das massas desfavorecidas, diversos outros agentes passam a assumir o papel de controle social, em paralelo com os aparelhos de controle social do Estado. Grupos do crime organizado e diversos outros pequenos grupos que atuam sobretudo no tráfico de drogas nas comunidades periféricas da cidade da Praia facilitam o acesso e o uso de substâncias ilícitas entre os mais jovens. Incorporar-se ao tráfico de drogas muitas vezes é a estratégia utilizada pelas classes subalternas para ascender socialmente (BORDONARO, 2010), buscando a superação da condição de marginalidade tanto econômica como social.

A política social, enquanto mecanismo que promove o acesso aos direitos sociais para os grupos sociais mais desfavorecidos em Cabo Verde, tem tido pouca atenção por parte do Estado. Desta forma, para Roque e Cardoso (2008), além do tráfico de droga a superação da marginalização econômica e social boa parte das vezes se dá por estratégias individuais (emigração, economia informal, prostituição, etc.) e/ou coletivas (remessas de familiares no estrangeiro ou apoio de familiares alargados). Essas ações por vezes não constituem uma real estratégia para a inserção social, sobretudo em contextos sociais fragmentados, como é o caso da Praia, mantendo a reprodução das expressões da questão social, especialmente as violências.

Nas margens da sociedade cabo-verdiana, mais especificamente na cidade da Praia, a violência apresenta-se como uma forma acessível de reorganizar a realidade e reformular o próprio destino social (BORDONARO, 2010). Nas periferias urbanas da cidade da Praia a violência expressa a negação da condição de marginalidade que tem sido infligida pelo sistema dominante. Um sistema em que, não obstante progredir economicamente e promover a melhoria da condição de vida de uma minoria, a maioria tem vivenciado situações de precariedade e grandes limitações no acesso aos meios necessários para se tornar sujeito livre.

Roque e Cardoso (2008) afirmam não haver dúvidas que o crescimento urbano desordenado na Praia produz o aumento dos problemas sociais que podem levar à anomia social e à formação de gangues de rua. Em sua maioria, os integrantes das gangues de rua na Praia, pela situação de marginalização social e econômica, tendem a se desviar para a criminalidade e a delinquência. Assim, estes desvios sociais

identificados pelo poder dominante como produto da anomia não devem, de forma alguma, ser compreendidos como violência gratuita.

A teoria da anomia de Merton (1970) explica que os atos criminais são praticados na medida que o cidadão não consegue atingir um determinado *status* exigido pela sociedade. Consequentemente, para atingir os objetivos definidos o indivíduo tende a procurar outras formas de alcançar uma posição de relevo na sociedade em que se encontra inserido, nomeadamente por um processo ilegal, entretanto, reprovado por todos, o que potencializa os conflitos. No entanto, não podemos considerar apenas este aspecto, uma vez que as violências urbanas decorrem de processos muito mais profundas na sociedade contemporânea.

Entendemos que a violência crescente no espaço da cidade, especificamente na Praia - uma sociedade marcada pela desigualdade e onde o acesso aos recursos é limitado a boa parte dos cidadãos -, tem características multidimensionais, sendo importante uma análise muito mais profunda para a sua compreensão. As gangues de rua, por exemplo, não podem ser compreendidas apenas como grupos sociais que procuram protagonismo social através de um processo potencialmente ilegal e reprovado pela sociedade.

A emergência das gangues de rua na Praia, por vezes apontadas como os principais agentes de violência na sociedade cabo-verdiana, expressa as contradições geradas pelas relações sociais perversas do capital após a adoção das políticas neoliberais em Cabo Verde. Assim, as gangues podem assumir uma forma de contestação e/ou revolta social que compreende a reivindicação do não lugar. Ou seja, a negação da condição de subalternidade e falta de perspectivas de vida dignas (acesso ao trabalho/digno, saúde, educação de qualidade, habitação digna, saneamento, etc.). No entanto, a elevada heterogeneidade dos gangues e a violência que praticam, a disputa entre si mesmo por territórios (LIMA, 2010) e ainda a visão estereotipada e negativa reproduzidas na media (CARDOSO, 2012), os tornam os principais inimigos a serem combatidos tanto pelo Estado como pela sociedade em geral. Portanto, uma alternativa reivindicativa facilmente esmagada pela ordem social estabelecida.

Qualquer que seja a opção da abordagem teórica ou técnica do pesquisador sobre a violência urbana em Cabo Verde, especificamente na cidade da Praia, será necessária uma análise aprofundada sobre o aumento das expressões da questão social para melhor apreender a violência estrutural na sua materialidade da vida

urbana. Ou seja, o investigador não pode desconsiderar os altos índices de desemprego e pobreza que afetam a população nacional, sobretudo a camada jovem e pobre da periferia. Compreender o porquê da falta de investimentos nas políticas sociais deve ser um ponto de partida para a análise, pois ajudará a apreender as possíveis causas do aumento da desigualdade socioeconômica do país<sup>54</sup>.

Apreendemos que a violência estrutural, para além da sua dimensão institucional, se expressa no aparelho repressivo do Estado. Em Cabo Verde, principalmente na cidade da Praia, a falta de expectativas para amplos segmentos pobres da sociedade, por vezes se manifesta mediante fenômenos sociais violentos. Essa população residente em bairros periféricos vivencia diariamente a negação de um conjunto de direitos sociais (emprego, habitação, saneamento, educação, saúde, etc.), fato que, por vezes, poderá contribuir para a perda ou redução do sentimento de pertencimento social, político, cultural e territorial dos sujeitos.

Conforme Lima (2010), a violência estrutural ou urbana alimentada pelo Estado inviabiliza o processo de realização social. O autor argumenta ainda que, se observarmos a situação atual na cidade de Praia, podemos apreender que as gangues de rua (mais conhecidas como grupos *thugs*) são, na sua maioria, formadas por jovens que, ao mesmo tempo, são vítimas e agentes da violência.

Em sociedades capitalistas com alta concentração de renda, a violência urbana, compreendida como expressão da questão social, faz do autor do ato violento agressor e vítima ao mesmo tempo. Pois, a desigualdade entre as classes sociais cria condições materiais e objetivas para realização de atos violentos, ao mesmo tempo em que ocorrem o controle e formas de punição.

A coibição violenta, sem no mínimo observar a realidade social de boa parte dos que se envolvem na criminalidade, determina o agravamento da situação da violência e a estigmatização dos grupos sociais mais vulneráveis. Medidas essencialmente repressivas que caracterizam a atual abordagem à violência urbana são criticadas por Bordonaro (2010), justamente por dar lugar à violação de direitos humanos, aprofundar as expressões da questão social e proporcionar mecanismo de

---

<sup>54</sup> Ressaltamos que, independentemente de reconhecer que ocorreu um crescimento econômico nos últimos anos em Cabo Verde, podemos também afirmar que uma parcela da população não melhorou suas condições de vida.

defesa organizada contra os opressores, alimentando o sentimento crescente de insegurança e revolta social.

Observamos que o sentimento de revolta social só tem lugar quando alguns membros da sociedade, conforme ensina Arendt (2010), principalmente os grupos marginalizados, suspeitam que as condições sociais objetivas da vida social podem ser mudadas, e, no entanto, o sistema cria barreiras que dificultam esta possível mudança. Portanto, os mecanismos de coibição criados pelo Estado quase sempre levam a população, principalmente jovens e pobres, a um sentimento de revolta, pois, enquanto protagonistas se sentem apartados, tendo como única alternativa criar seus próprios mecanismos de sobrevivência – muitas vezes a violência -, como forma de elevar o seu protagonismo social, já que os instrumentos que facilitam e/ ou permitem a ascensão social se encontram mal distribuídos.

Entendemos que o Estado, quando reduz funções no campo das políticas sociais, aumenta a possibilidade de não responder às reais necessidades da população. A tendência do Estado mínimo é apresentar soluções emergenciais para o aumento das ocorrências de violências. Um exemplo disso é o incremento financeiro destinado ao aparelho repressivo, para manter um controle temporário dos atos violentos. Mas, em longo prazo, o uso da repressão não se traduz em mudanças substanciais sobre a redução da desigualdade social e nem da própria violência que se torna um objeto fundamental da manutenção da ordem.

#### **3.3.4. Ações do Estado frente ao aumento das expressões das violências urbanas**

O Estado, na contemporaneidade, vem sofrendo grandes transformações, desde a redução no Estado de Bem-Estar europeu e a crescente desintegração, que precedem um novo marco político e ideológico mundial. Este novo marco consiste numa ampla reforma e desmantelamento do Estado protetor, racionaliza o mundo a partir da lógica do mercado e convoca a sociedade civil para, em parceria com o Estado, resolver os problemas sociais criados globalmente. Entendemos que essa mudança de paradigma da governabilidade no mundo atual de nenhum modo pode ser considerada como uma real estratégia que busca a inclusão humana no mundo

do capital. Contudo, a inclusão forçada pelo capital pressupõe a degradação das condições de vida.

Em Cabo Verde, após a ruptura política e ideológica da concepção revolucionária, nos finais de 1980, segundo Teixeira (2016), o processo de reforma política significou a adoção de um novo receituário neoliberal de democracia, de concepção da sociedade civil e do Estado e de reorientação do sistema de governo, assente basicamente na reprodução das políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) para solução de problemas sociais, políticos e econômicos locais.

A implementação do ideário neoliberal por parte Estado cabo-verdiano, a partir dos anos 1990, teve como objetivo consolidar uma economia de mercado e proporcionar oportunidades iguais para todos. Recordamos que essa estratégia política acaba por ditar, conforme Hirsch (2005), a separação do Estado da sociedade, o que institui grandes barreiras para a criação de oportunidades iguais para todas as classes sociais. A sociedade capitalista, como se sabe, é permeada pelo estímulo à competição, em que se estabelecem objetivos iguais para todos e, ao mesmo tempo, os meios que permitem atingir tais objetivos são distribuídos de forma desigual, fomentando a desigualdade e a anomia social (MERTON, 1970).

Assim sendo, não se pode falar em oportunidades iguais se o Estado não pode mais atuar na proteção da sociedade e dos indivíduos, sobretudo dos mais desfavorecidos. Em Cabo Verde, o avanço das políticas neoliberais tem como consequência não somente o crescimento econômico, mas também a precarização social de determinadas camadas sociais que não se enquadram nos marcos do mercado global. Isso significa que estamos diante de um sistema perverso, em que os conflitos e problemas sociais tendem a aumentar drasticamente e se agravam cada vez mais, já que as políticas imediatistas e irracionais assumem o lugar do planejamento.

Do mesmo modo, o que se verifica no contexto urbano da Praia, atualmente em crescente expansão, é a elevação ao extremo das contradições sociais. Por um lado, o aumento da riqueza social capaz de superar as necessidades da população, entretanto, apropriada por uma pequena parte da sociedade; por outro lado, o crescimento, em decorrência disso, da marginalização da maioria pobre, fragilizando as relações sociais de uma forma geral e comprometendo a estabilidade social.

As contradições do sistema social, cultural, político e econômico em Cabo Verde se expressam de maneira mais intensa na cidade da Praia. O crescimento urbano acelerado que se verificou na Praia nos últimos anos, acompanhado da falta de planejamento e de infraestrutura básica, retrata a face mais contraditória do sistema atual de gestão dos problemas urbanos e coloca em questão um conjunto de direitos fundamentais de realização da vida e da dignidade humana. Portanto, não há dúvida de que as desigualdades e a violência estrutural, marcadas pela negação do direito à vida, sobretudo as precárias condições de trabalho infligidas às populações mais pobres e moradores das periferias urbanas têm forte impacto negativo nas relações e sociabilidades no contexto urbano, que originam as tensões e conflitos.

Essa pauperização da classe trabalhadora no processo de desenvolvimento social e econômico da cidade da Praia significa não somente o aprofundamento da violência urbana, mas também a transferência, aos pobres, da responsabilidade pelas taxas crescentes de violência. A violência mantém o Estado em alerta, quando cria os mecanismos de controle social para apaziguar conflitos, porém, ao mesmo tempo, é também contestada pela população que reside nos bairros periféricos, ao tornar-se corriqueira e naturalizada.

Nas sociedades capitalistas periféricas globais das quais Cabo Verde faz parte a busca pela pacificação social se efetiva através das políticas emergenciais e sem grandes consensos com a sociedade. O Estado frequentemente negligencia a realidade social e econômica da população desfavorecida (BORDONARO; LIMA, 2011), o que aumenta o processo de marginalização social. Na cidade da Praia, é precisamente nas periferias que as expressões da questão social emergiram na última década, sobretudo associadas à juventude e à população de baixa renda, tornando-as cada vez mais o alvo das agências sociais do governo e das ONGs, assim como, e de forma cada vez mais repressiva e violenta, das forças repressivas do Estado (BORDONARO, 2010, 2012b; BORDONARO; LIMA, 2011).

No Programa Estratégico de Segurança Interna (Pesi), criado estrategicamente para dar suporte à nova política de gestão dos conflitos sociais internos entre 2009 e 2011, o Estado coloca como proposta responder de forma mais dura às expressões da questão social (CABO VERDE, 2009), especialmente a criminalidade e a violência coletiva urbana. Conforme o documento, “[...] a redução do número de crimes constitui a primeira prioridade da ação policial” (CABO VERDE, 2009, p. iv). Assim, fica claro que o enfrentamento dos problemas sociais e a defesa

da liberdade humana se restringem ao campo da segurança pública, ou melhor, da reposição imediata do sentimento de segurança da população. Desta forma, a paz social será buscada através do recurso à tolerância zero (CABO VERDE, 2009), colocando num segundo plano as estratégias que visam assegurar as verdadeiras necessidades humanas, isto é, o reconhecimento dos direitos de cidadania e valorização da vida.

O Pesi 2009, apesar de reconhecer que “[...] particularmente nos principais centros urbanos as ocorrências criminais têm sido cada vez mais complexas... e que estes problemas não são apenas de ordem conjuntural, mas também de natureza estrutural” (CABO VERDE, 2009, p. iv), propõe o reforço das políticas repressivas que pouco ou nada têm contribuído para combater o fenômeno. A manutenção do sistema social perverso e degradante dominado pelo capital internacional perpetua e faz crescer a violência estrutural, aumentando os conflitos nos centros urbanos e a sensação de insegurança pública.

As medidas adotadas pelo Pesi (2009), nomeadamente o reforço das forças de segurança visando pacificar a sociedade e combater o fenômeno do tráfico de drogas e a violência coletiva urbana, não foram suficientes para resolver o problema do medo e da insegurança pública. As medidas, essencialmente repressivas, de resto contribuíram para fragmentar as relações sociais, fragilizando ainda mais a já desestruturada sociedade praiense e elevando as tensões urbanas.

A execução dessas medidas meramente repressivas, conforme referido, eleva as tensões sociais e dá lugar ao aparecimento de outros fenômenos sociais, como as denúncias de violação dos direitos humanos, especialmente o abuso de autoridade e a agressão policial (BORDONARO, 2010, 2012b; LIMA, 2015), o aumento do encarceramento e a superlotação das prisões (BORDONARO, 2010, 2012b), o que deteriora cada vez mais a estrutura das relações sociais na sociedade cabo-verdiana.

A ampliação da repressão enquadrada nas políticas de “tolerância zero” e direcionadas às camadas mais pobres da população acabou por gerar, conforme argumenta Bordonaro (2012b, p. 101 [Grifos do autor]),

[...] o pânico e o medo de uma geração ‘*fora de controle*’, sendo esta a razão pela qual o aumento considerável das expressões da questão social sobretudo na Praia tem sido reduzido a comportamento individual e de moralidade. [...] a responsabilização do indivíduo, implícita nas políticas de ‘tolerância zero’ [...], transformou em questões individuais e morais os

processos políticos e econômicos que são as causas do sofrimento social para os pobres em Cabo Verde e especificamente na cidade da Praia.

Na cidade da Praia é cada vez mais evidente que “[...] os grupos dominantes controlam a maioria dominada através da gestão planificada e privatização dos espaços a partir de políticas ‘*excludoras*’ ” (LIMA, 2011, p. 1 [Grifo do autor]), transformando o espaço urbano num celeiro de reprodução das violências, tanto protagonizadas pelos “inimigos do poder público”, que são os pobres, como pelo Estado, através da repressão das expressões da questão social.

A busca pela estabilização da sociedade através das políticas imediatas, que, por sua vez, negligenciam as verdadeiras necessidades humanas, tem como principal objetivo atrair os investidores estrangeiros que ultimamente apostam fortemente no setor turístico nacional, conforme Bordonaro (2012b). O Estado transforma o turismo num dos setores mais dinâmicos da economia cabo-verdiana, portanto, uma mercadoria valiosa para o Governo no mercado internacional. Ou seja, é imperativo tranquilizar os investidores estrangeiros e o capital internacional, mesmo que para isso seja necessário estrangular as perspectivas de vida do cidadão nacional e a consolidação dos direitos sociais e de cidadania.

A agenda internacional aponta a segurança como uma das áreas prioritárias. Por esse motivo o governo cabo-verdiano ultimamente tem reagido de forma tão firme sobre as expressões da questão social (BORDONARO, 2012b), nomeadamente as violências, a criminalidade e o tráfico de drogas, reduzindo os bairros mais vulneráveis aos problemas sociais criados e reproduzidos globalmente como meros locais de perigo e de insegurança pública.

Concordamos com Bauman (2009), quando afirma que associar os bairros pobres ao perigo e à insegurança implica tanto em marginalizar as populações residentes de uma forma geral, como em promover o mal-estar permanente no seio da sociedade. Isso porque utilizar estratégias repressivas só aumenta a violência e os conflitos sociais, uma tendência observável nos dias atuais. De tal modo que, em 2010, impulsionado pela ocorrência de casos de violência cada vez mais preocupantes e pelo conseqüente apelo por soluções mais eficazes por parte da

população<sup>55</sup>, o Governo de então criou a Comissão Interministerial de Combate à Violência Urbana – CICVU (CABO VERDE, 2010c).

A CICVU tinha como objetivo reforçar e estabelecer um pacto com a sociedade civil para uma estratégia nacional de combate à violência, tendo como pressuposto orientar-se por uma programação de ações planejadas, inclusivas e multifacetadas, que abrangessem todas as dimensões da problemática dos conflitos sociais, adotando a metodologia de proximidade e a tentativa de pacificar as gangues rivais (CABO VERDE, 2010c).

A nova estratégia de combate ao fenômeno da violência urbana marca o esforço para uma aproximação pública do Governo com a realidade vivenciada pelas populações da periferia urbana da Praia, através da criação de uma rede de serviços sociais públicos financiados pelo Estado (CABO VERDE, 2010d).

Neste sentido, foram adotadas respostas sociais de curto prazo, como a criação de espaços de lazer e ocupação do tempo livre, medidas para atenuar os problemas estruturais (CABO VERDE, 2010d). Com relação a respostas estruturais, foram criados centros de desenvolvimento social em cada município, a serviço dos bairros mais problemáticos, no sentido de "debelar" a criminalidade e controlar os níveis de violência nas ruas da cidade da Praia (CABO VERDE, 2010d), ampliando o acesso a serviços públicos mediante a criação de programas sociais.

Ao criar novas estratégias e ações de combate ao fenômeno da violência, o Estado também reconhece a necessidade de articular as suas ações, observando as recomendações da ONU de considerar a violência como um problema de saúde pública<sup>56</sup> (CABO VERDE, 2010e) e busca conscientizar a população para uma cultura da não-violência<sup>57</sup> (CABO VERDE, 2011). Apesar do propósito do Estado em envolver

---

<sup>55</sup> Ressaltamos que, entre 2009 e 2012, a violência urbana, sobretudo na Praia, aumentou significativamente, tanto pela crescente ocorrência de crimes, inclusive crimes graves, como os homicídios e os assaltos a mão armada, bem como pelo aumento de confrontos entre as gangues de rua conhecidas como *thugs* na gíria local; daí o surgimento de manifestações por parte das famílias e comunidades mais afetadas pelo fenômeno, exigindo maior responsabilidade do Estado (LIMA, 2012b, 2015).

<sup>56</sup> A proposta de considerar a violência como um problema de saúde pública saiu do encontro realizado a 28 de abril de 2010, no âmbito do "*Fórum Nacional de Consenso: por uma Cultura de Paz e Tolerância*", que contou com a participação de assistentes sociais, juristas, psicólogos e diversos atores da sociedade civil, onde foi lembrada a importância de Cabo Verde adotar as recomendações do Relatório da Organização Mundial de Saúde de 2002, realçando o papel dos diversos agentes sociais no combate à violência, nomeadamente as famílias, a comunicação social e a sociedade civil como um todo (CABO VERDE, 2010e).

<sup>57</sup> Em termos de políticas voltadas ao combate da violência urbana como política pública identificamos o projeto "*Nos Kasa*": crianças fora da rua, dentro da escola", apresentado pelo Instituto Cabo Verdiano da Criança e do Adolescente (Icca), em 2009, entretanto, caracterizado por sua especificidade de

os diversos setores da sociedade e agentes sociais neste trabalho de conscientização, o que prevaleceu, nos últimos anos, foi o fortalecimento e o aperfeiçoamento das medidas repressivas (BORDONARO, 2012b; LIMA, 2012b). Em outras palavras: em vez de criar estratégias de redistribuição de renda, aumentar os subsídios para as políticas sociais, ampliar o acesso aos direitos sociais e de cidadania, tendo em vista a redução das desigualdades econômicas e sociais, o Governo optou por voltar às velhas práticas repressivas.

A agenda política do Estado no enfrentamento das expressões da questão social na cidade da Praia e em Cabo Verde de uma forma geral se realiza de forma contraditória. Apesar da tentativa de planejamento de políticas transversais de prevenção da violência, as políticas emergenciais e de segurança continuam sendo as mais estratégicas (LIMA, 2012b), dado o fato de serem também um instrumento de interesse do grande capital (BORDONARO, 2012b).

Destarte, com a adoção dos princípios neoliberais, o Estado deixa de observar as realidades sociais e econômicas da população desfavorecida e vulnerável (BORDONARO; LIMA, 2011) e a punição continua a ser a opção mais acessível em termos de gastos públicos e, portanto, cada vez mais frequente no enfrentamento da violência urbana, em detrimento de ações preventivas e de reabilitação (CARDOSO, 2012), que exigem investimento social e planejamento de longo prazo.

As políticas sociais têm sido mantidas de forma mínima, apenas para manter sob controle as expressões da questão social, recusando o planejamento, a ampliação e sua manutenção, de forma que os direitos sociais sejam reconhecidos e a questão social entendida como um problema político e não como problema de polícia.

Em Cabo Verde, o reforço do aparelho repressivo do Estado, quer ao nível das respostas legislativas, quer ao nível dos investimentos nas forças de segurança, constitui o aspecto mais relevante em relação à agenda política de enfrentamento das

---

intervenção apenas junto das crianças em situação de vulnerabilidade (Unicef/ Icca, 2011). Outro programa de caráter mais global foi implementado, em 2011, "*Bô ki ta disidi*" (Programa de Intervenção Fatores de Risco e Proteção Juvenil em Cabo Verde) e visa informar, apoiar e aconselhar a população juvenil para uma vida saudável e livre de violência. Aprovado em 2011, o programa, juntamente com os Centros de Juventude e com o apoio dos Centros de Saúde, tem como objetivo mobilizar as comunidades, aumentar o voluntariado juvenil, reduzir comportamentos de risco e educar para a não-violência, no sentido de melhorar a saúde global das comunidades problemáticas, buscando a prevenção do abandono escolar e dos comportamentos antissociais (CABO VERDE, 2011). No entanto, esta ação governamental se encontra sem avaliação ou informações do seu impacto na sociedade, desde a sua implementação. Cf. <http://bokitadisidi.blogspot.com.br/>.

expressões da questão social, sobretudo com o aumento da violência coletiva urbana desde o início do século XXI<sup>58</sup>.

Cardoso (2012) afirma que o reforço policial e a militarização das periferias e um sistema prisional pouco reintegrador e sobretudo punitivo têm sido os principais instrumentos de contenção das violências, nos últimos anos. Portanto, a política de combate à violência, especificamente na Praia, não se diferencia da proposta global de enfrentamento da questão social. Por esse motivo, o monitoramento e a demonização das periferias se torna uma prática importante, tática da classe dominante para desviar a atenção e camuflar a ausência de um aspecto fundamental do processo de construção social, isto é, a planificação e o reforço contínuo das políticas voltadas ao reconhecimento dos direitos sociais e de cidadania. O processo de reconhecimento dos direitos sociais se reduz a meras ações pontuais e paliativas, sem a pretensão de modificar a realidade social, comprometendo a realização da vida e as relações sociais de uma forma geral, sobretudo com a expansão urbana.

A emergência dos cinturões periféricos na Praia é, antes de tudo, produto das perversas relações do mercado de capital internacional, da especulação imobiliária, bem como da omissão do Estado no planejamento urbano, fatores que, reunidos, criam problemas estruturais que negam a realização da vida e a dignidade humana.

Conforme esclarece Bauman (1998), na sociedade capitalista contemporânea permeada pelo consumo de massa os problemas estruturais do capital levam o indivíduo a se tornar um “*consumidor falho*” e, portanto, impossibilitado de exercer livremente o direito de consumo que é próprio do sistema. Por isso, ele se torna indesejado pelo grande capital. Desta forma, os indivíduos que se apropriam das periferias, apontadas como locais de excelência na reprodução de todo tipo de

---

<sup>58</sup> Em meados do século XXI, especialmente a partir de 2006, período em que se verifica o aumento da insegurança pública na cidade da Praia, “[...] fruto em parte da ação dos *thugs*, sentiu-se a necessidade de uma análise do quadro legal existente, no que respeita à intervenção tutelar educativa e à execução da pena. Dessa reflexão surgiu, em novembro de 2006, o decreto-legislativo nº 2/2006, que efetivou a implementação do serviço de reinserção social em Cabo Verde, que, de forma abrangente, tem por finalidade a prossecução de políticas públicas de reinserção social, visando a prevenção e repressão da delinquência juvenil; a intervenção em meio prisional e na comunidade; e o acompanhamento da liberdade condicional, bem como a implementação e a execução de penas alternativas à prisão. Foi também criado o Centro Reedutivo Orlando Pantera para onde as crianças prevaricadoras (crianças em conflito com a lei) passaram a ser enviadas” (LIMA, 2012b, p 75). No entanto, se questiona a falta de instrumentalização política que vise uma efetiva articulação desses instrumentos legais e institucionais com a realidade social vivenciada pela população marginalizada, trazendo poucas mudanças na estrutura social, por ser um instrumento de caráter sobretudo repressivo, o que pressupõe a fraca capacidade do Estado em consolidar a política de reinserção social em Cabo Verde (CARDOSO, 2012).

violências, e majoritariamente habitadas por “*consumidores falhos*”, devem passar a ser objeto de permanente vigilância. Portanto, sempre que necessário, o Estado deve atuar de forma repressiva, para evitar a contaminação de toda a sociedade.

Desta forma, ao utilizar a repressão social, aqui entendida como manifestação da força e poder da classe dominante (ARENDR, 2010), o Estado nega a possibilidade do consenso e abre espaço para a desobediência civil às leis e às instituições políticas, o que compromete sua sustentabilidade a longo prazo. Argumentamos que a política repressiva adotada pelo Estado de Cabo Verde nos últimos anos é uma das causas do aumento das expressões da questão social nos meios urbanos, tendo como fundamento de luta a revolta social, através de manifestações de rua e outras ações por parte das classes subalternas e deserdadas de proteção social, em especial nos espaços periféricos.

A marginalização social e espacial crescente no espaço urbano da cidade da Praia é um exemplo do colapso “civilizatório” das cidades modernas, tal como nos ensina Maricato (2015). A cidade da Praia é o reflexo de um sistema social perverso, que reproduz um contexto social de dominação excludente em que, ao mesmo tempo que eleva sua riqueza, faz crescer a desigualdade, a criminalidade e as violências.

Entendemos que a cidade da Praia tem se tornado o modelo de cidade tal como aquela descrita por Vasconcelos (2016): um conjunto de guetos e favelas em crescente desintegração e exclusão, caracterizado pelo isolamento dos pobres e a imobilidade das pessoas que vivem nas periferias. Compreende-se, assim, que a degradação do espaço urbano da Praia decorre de uma crescente urbanização e é acompanhada de uma certa precariedade de políticas públicas que visam atender as demandas dos novos habitantes que se aglomeram nas periferias, com pouca ou nenhuma infraestrutura que lhes permita o acesso aos direitos sociais e a concretização de sua participação, como indivíduo, na vida social.

A tendência à negação dos direitos sociais dá lugar à gestão militarizada da questão social. Pelos seus inúmeros problemas estruturais, não obstante os investimentos públicos na área da segurança pública, a Praia está se tornando um lugar por excelência de reprodução das violências individuais e de grupos. A perda do vínculo do indivíduo com a sociedade limita não somente a participação social, mas também a própria construção da identidade do sujeito social, alimentando a frustração e os conflitos sociais.

### 3.3.5. A sociedade civil organizada no enfrentamento das violências urbanas

Com o afastamento do Estado da sociedade, a sociedade civil organizada e a população têm buscado novas formas de enfrentar os problemas sociais criados pela conjuntura degradante do espaço urbano atual. Se, nos primeiros quinze anos pós-independência, o Estado de Cabo Verde teve um papel central na organização, criação e gestão da sociedade e dos problemas sociais (CABO VERDE, 1980), entretanto, conforme Varela e Lima (2014), a partir de princípios totalitários e assistencialistas, acabou por restringir a sociabilidade e a participação política apenas às “elites do poder”, negligenciando todo o poder de influência da sociedade civil organizada e do povo.

A transição política dos finais dos anos 1980, que culmina na democracia, teve como proposta um novo modelo de administração e gestão pública, com o fortalecimento da cidadania, a descentralização das funções do Estado e dos Municípios, garantindo liberdade e maior responsabilidade social da população no processo de desenvolvimento econômico, social e cultural (CABO VERDE, 1992).

Assim, com o fortalecimento da participação cidadã e das liberdades políticas e civis, a sociedade civil começa a assumir um papel de destaque na sociedade cabo-verdiana<sup>59</sup>. Entretanto, deve-se observar que o fortalecimento da sociedade civil não expressa uma ruptura ideológica e política com o Estado capitalista.

Contudo, por razões históricas distintas, tanto no período imediatamente pós-independência como na democracia, a onipresença estatal, a neutralização do pluralismo político e o clientelismo partidário contribuem para a não emancipação da sociedade civil como uma instituição autônoma do sistema democrático (COSTA, 2013).

Nestes termos, a formação de uma sociedade civil cada vez mais dependente do Estado e das manobras políticas dos partidos políticos acaba por condicionar o ideário e a práxis das iniciativas cívicas, conferindo-lhes um viés excessivamente (bi) partidário (PAICV e MpD), partidos que governam alternadamente Cabo Verde, desde a democratização (COSTA, 2013). Ou seja: “Tudo se mede pela bitola dos

---

<sup>59</sup> Segundo a Plataforma das ONGs de Cabo Verde, mais de 94% das 724 (setecentos e vinte e quatro) Organizações da Sociedade Civil de fins não lucrativos cadastradas em Cabo Verde se constituíram após 1990 (CABO VERDE, 2015b).

partidos e quem estiver desagregado dessas duas carruagens corre o risco de ser esmagado” (ÉVORA apud LIMA, 2015, p. 108), deslegitimando as lutas contra hegemônicas.

A fraca sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil em Cabo Verde contribui para a perda de autonomia reivindicativa e combativa, pelo fato de dependerem excessivamente das lógicas de financiamento estatal e das instituições internacionais multilaterais, o que impõe barreiras na luta pelos direitos sociais, sobretudo nos bairros marginalizados do espaço urbano. Assim:

No ambiente dos bairros marginalizados da cidade da Praia, verifica-se um déficit na articulação entre os movimentos da sociedade civil e as políticas públicas, dependência de financiamento, sobretudo internacional, para sobrevivência das actividades [sic] – baixo nível de sustentabilidade das ações, rede embrionária de cooperação entre os movimentos sociais, carência de acesso à informação sobre políticas públicas existentes direccionadas [sic] a população de baixa renda, principalmente relacionada à juventude e a educação. Isso limita o acesso de forma coordenada dos jovens aos serviços sociais, em particular a educação e às oportunidades de emprego e de perspectivas na vida (PNUD, 2013, p. 5).

O processo de desestruturação dos movimentos sociais de luta numa estrutura desigual de classes no nosso entender é um dos aspetos fulcrais do problema da violência emergente na cidade da Praia, considerando que a limitação da capacidade reivindicativa individual e coletiva leva a sociedade a experimentar, conforme afirma Wieviorka (1997), condutas amotinadoras. O autor explica que, numa sociedade desigual, como é o caso da cidade da Praia, as frações empobrecidas da classe trabalhadora, que em sua maioria vivem nas periferias, sem as mínimas condições de sobrevivência, ao perceber a sua condição de subalternidade e a impossibilidade de manifestar sua própria subjetividade, por vezes elevam o nível das violências urbanas (WIEVIORKA, 1997).

A propagação da ideologia neoliberal, que influencia os indivíduos a acreditar que a busca da satisfação pessoal é mais importante que a coletiva, contribui para a pulverização extrema das relações sociais. No caso de Cabo Verde, em particular na cidade da Praia, com o afastamento do Estado da sociedade e o processo de desestruturação dos movimentos sociais, torna-se evidente a fraca articulação na luta por políticas públicas<sup>60</sup>. O aprofundamento da questão social urbana na Praia pode

---

<sup>60</sup> Segundo a Plataforma das ONGs de Cabo Verde, em termos gerais, dentre as ONGs em atividade no país, apesar de algumas atuarem influenciando a ação do governo na definição de políticas públicas,

estar relacionado, neste caso, ao fato de os movimentos sociais não exercerem integralmente o seu papel de luta contra o sistema que pressiona o Estado a ampliar as políticas sociais de redução das violências urbanas.

Neste sentido, o fortalecimento das ações dos movimentos sociais é extremamente importante, na medida em que amplia os campos de participação social mediante o exercício do controle social sobre as ações do Estado, no que se refere à criação, implementação e manutenção das políticas públicas voltadas ao enfrentamento das violências nos espaços urbanos.

A luta dos movimentos sociais pelos direitos sociais e a participação social na gestão da esfera pública têm sido transferidas para outros campos, o da solidariedade, do assistencialismo e, sobretudo, o da mercantilização. Tais ações têm convertido as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) em executoras dos programas oficiais do governo e dos organismos bilaterais presentes em Cabo Verde, o que dificulta a criação e implementação de políticas específicas de enfrentamento da questão social, pois essas Organizações tornaram-se um canal institucional do Estado.

Apesar do forte apelo à mobilização de toda a sociedade civil engajada no combate à violência, no *“Fórum Nacional de Consenso: por uma Cultura de Paz e Tolerância”*, as iniciativas das organizações da sociedade civil, no que tange ao enfrentamento das violências urbanas na Praia, particularmente a violência coletiva, têm sido residuais.

A atuação da sociedade civil nesta matéria, segundo Cardoso (2012, p. 46), “[...] tem sido caracterizada genericamente por alguma lentidão e pela delegação para o governo, não sendo a violência[...] um tema central e mobilizador das agendas das organizações e instituições”. Ou seja, embora o Estado seja responsável por criar e implementar ações que visem o reconhecimento dos direitos sociais, atualmente estas ações vêm sendo delegadas às Organizações Sociais Não Governamentais (ONGs) e à sociedade civil, que não têm tido sucesso no enfrentamento das violências. Além disso, a redução de políticas sociais revela cada vez mais a falta de gestão no planejamento, no que tange ao enfrentamento das expressões da questão social, o

---

a grande maioria se caracteriza por ideais de solidariedade social e atuam em boa parte com profissionais sem qualificação, não assalariados e voluntários (CABO VERDE, 2015b), o que dificulta o alcance dos objetivos definidos e a avaliação das suas atividades, o que contribui para que sua articulação com as políticas públicas seja muito fraca.

que afeta mais de perto a subjetividade e a sociabilidade de indivíduos, famílias e grupos que residem nas periferias, na cidade de Praia.

Assim, a consolidação da sociedade civil organizada constitui um marco importante no processo de desenvolvimento de qualquer sociedade. Como movimento real e independente, deve buscar se relacionar com o poder público de forma autônoma e contribuir para a criação de políticas que visem o reconhecimento dos direitos sociais, de modo a promover a liberdade no seu verdadeiro sentido. Contudo, nas sociedades capitalistas e mais ainda nas periferias da capital, como é o caso de Cabo Verde, a sociedade civil organizada é facilmente cooptada pelas autoridades governamentais, uma ação que exerce forte influência no que se refere à não transformação do modelo tradicional de enfrentamento da questão das violências. Ou seja, o próprio Estado, apesar de considerar que o enfrentamento das violências é fundamental para a manutenção da estabilidade social, tende a tolerar o fenômeno em determinadas condições, nomeadamente quem pratica, contra quem e onde esses atos têm lugar (WAISELFISZ, 2015).

Neste sentido, retomamos a ideia de Hirsch (2005), de que a economia capitalista não sobrevive como simples economia de mercado, devido ao conjunto de contradições que emergem nas mais diversas instâncias das relações sociais; portanto, só pode realizar-se mediante o Estado. O Estado, ao atender unicamente as exigências do mercado e das classes dominantes, procura chamar as organizações da sociedade civil para atender as demandas da sociedade, desde que não coloquem em causa o sistema dominante. Desta forma, o enfrentamento das violências por parte da sociedade civil não tem a pretensão de superar as suas múltiplas determinações sociais, sobretudo quando se trata das periferias urbanas marginalizadas, que apresentam enormes fissuras sociais.

Para enfrentar as violências urbanas, especificamente a delinquência juvenil, individual e coletiva nos meios urbanos, têm surgido, em Cabo Verde, algumas organizações da sociedade civil, atuando algumas vezes em parceria com o setor público. Destacamos, na cidade da Praia, algumas organizações que atuam em bairros considerados, pelos gestores públicos, como os mais problemáticos:

Associação Espaço Aberto<sup>61</sup> e Black Panthers<sup>62</sup>, que desde 2008 desenvolvem atividades no bairro de Safende e na Várzea, respectivamente, junto à população mais pobre. Essas organizações desempenham um papel importante na transformação da realidade social, em particular, com os jovens em situação de vulnerabilidade social e com comportamento reprovado pela sociedade.

A Associação Acrides<sup>63</sup> também merece destaque, pois nos últimos anos tem feito um trabalho importante em outros bairros da periferia, também avaliados pela gestão como problemáticos, criando uma rede de apoio que busca a inclusão e o reconhecimento social das famílias pobres da cidade da Praia. Ultimamente, alguns projetos importantes foram desenvolvidos, destacando-se o projeto de intervenção social, entre 2008-2010, realizado no bairro de Achada Grande. Trabalha com as gangues de rua e suas famílias, objetivando modificar as perspectivas de vida dos sujeitos, através da formação profissional, educacional e capacitação das famílias para inserção econômica e social.

Um estudo exploratório do discurso midiático sobre a violência urbana na Praia (2005 a 2009), realizado por Peça (2012), identificou outras formas de intervenção na problemática da violência por organizações da sociedade civil. Segundo a autora, as intervenções assumem tipologias diversas, que vão desde:

Programas de rádio que integram discussões de temas direcionados a juventude e prevenção de riscos (sobretudo o uso abusivo do álcool e drogas ilícitas) e da delinquência, [...] ou a iniciativas que visam a prevenção da delinquência pela ocupação dos tempos livres com alternativas educativas e desportivas [...] bem como intervenções da Igreja através de denúncias da situação da pobreza crescente na sociedade cabo-verdiana e das desigualdades social e económica (PEÇA, 2012, p. 130).

Apreendemos que, apesar da sociedade civil organizada em Cabo Verde ter uma forte dependência financeira e institucional junto ao Governo, contraditoriamente

---

<sup>61</sup> A Associação Espaço Aberto, situada no bairro de Safende, foi inaugurada em 23 de fevereiro de 2008, numa parceria entre a Associação Zé Moniz (AZM), a Comunidade de Sant'Egídio, o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (Icca) e a Câmara Municipal da Praia (CMP). Desde então, tem desenvolvido atividades em prol da inserção das crianças, adolescentes e jovens do bairro de Safende, em prol da promoção da paz comunitária e inserção social dos mais desfavorecidos no processo de desenvolvimento da comunidade.

<sup>62</sup> A Associação Black Panthers, fundada a 31 de dezembro de 1980, tem por missão ajudar os mais necessitados do Bairro da Várzea na cidade da Praia, desenvolvendo atividades educacionais, formativas e desportivas.

<sup>63</sup> A Associação de Crianças Desfavorecidas (Acrides), reconhecida como de utilidade pública pelo Governo de Cabo Verde, tem como principal objetivo a promoção dos direitos/deveres e da solidariedade social das crianças/famílias em situação de pobreza.

também desempenha um papel importante no preenchimento das lacunas deixadas pelo poder público. Além disso, é importante também ressaltar que suas ações são marcadas pela temporalidade, portanto, são seletivas e pontuais. Assim, de certa forma estas ações não interferem na correlação de forças, não podem ser consideradas suficientes para modificar as relações sociais que são perpassadas por atos de violência, considerando sua limitação política, financeira e sua autonomia institucional. Apenas consegue atuar em algumas expressões e eventos de violências urbanas e/ou manter sob controle o seu enfrentamento por um determinado período de tempo.

Nesse sentido, ressalta-se que o acordo firmado pelo Estado, durante a realização do “*Fórum Nacional de Consenso: por uma Cultura de Paz e Tolerância*”, para que a sociedade civil organizada assumisse algumas ações de enfrentamento devido ao crescimento da violência urbana, contribuiu para aumentar o financiamento de projetos sociais comunitários nos bairros considerados mais problemáticos, pelo atual sistema de controle dominante, porém de forma transitória e sazonal (LIMA, 2014).

As condições de vida subjacentes dos sujeitos envolvidos com as gangues de rua, considerados os principais responsáveis pelos eventos de violência urbana ocorridos ultimamente na cidade da Praia, de certa forma continuam as mesmas. Os sujeitos, sejam as vítimas, sejam os agressores, continuam desempregados, ou seja, sem perspectivas, excluídos e desvalorizados pelo Estado e pela sociedade em geral (STEFANI, 2016). Além disso, são estigmatizados no discurso dominante, como perigosos e também considerados preguiçosos (LIMA, 2010) e que não aproveitam as oportunidades criadas pelo desenvolvimento.

Entendemos que o fenômeno da violência urbana na Praia provém das relações sociais e das desigualdades econômicas resultantes da acumulação e reprodução da vida social no capitalismo contemporâneo, o que não deixa de ser uma máquina de *produzir* “[...] populações pobres subalternizadas e marginalizadas” pelo próprio sistema, que as rotula como perigosas e desinteressadas em participar do processo de desenvolvimento. Como argumentou Marx (2015), a essência perversa

do próprio sistema constrói e reconstrói cotidianamente diversos meios de alienação idealizados pelos homens<sup>64;65</sup>, instituindo uma visão de mundo.

No contexto atual da cidade da Praia os espaços de “liberdade real” (os centros urbanos) contrastam a todo momento com os espaços de “liberdade atrofiada” (as periferias) e ali reside o problema fundamental, que vem contribuindo para o alastramento dos conflitos urbanos. Este processo acentua as desigualdades e deixa transparecer as contradições do sistema social vigente, que se agravam com a falta de planejamento e o não reconhecimento das expressões da questão social, especificamente o fenômeno da violência, como um problema político.

A crise estrutural do capital gera contradições, desigualdades e empobrecimento e esses fenômenos juntos condicionam o processo de liberdade e dignidade humana. Por esse motivo, não podem ser objeto de intervenção puramente coercitiva e pontual e, sim, alvo de gestão planejada através de políticas públicas que tem como objetivo a transformação social. Entretanto, nas sociedades contemporâneas capitalistas periféricas, como é o caso de Cabo Verde, a coerção assume papel cada vez mais determinante na estruturação da sociedade. Assim, podemos verificar que, na cidade da Praia, o próprio conceito e fundamento da liberdade, tal como nos ensina Bauman (2008a), aparecem de forma desvirtuada, transformando o bem-estar em um modelo de coerção social e legitimação da ordem, como forma de disciplinar a população excedente.

O Estado, ficando ausente no cumprimento de suas responsabilidades, nomeadamente o controle social, as organizações da sociedade civil, num estado de letargia e cooptadas pelo próprio sistema, buscam a estabilidade social pela via da assistência social. As ações solidárias contribuem para a manutenção das desigualdades sociais e econômicas e, conseqüentemente, não resolvem o problema central da questão, ou seja, a negação da realização da vida, que atingem uma boa parte da população, sobretudo a da periferia urbana. Assim, a população mais pobre, a mais afetada pelos impactos negativos da globalização, busca os seus próprios meios de sobrevivência e mobilização no espaço da cidade.

---

<sup>64</sup> A raiz da alienação humana surge no interior do próprio trabalho, a partir da exploração do homem pelo homem. Na sociedade capitalista e de consumo, o trabalhador se transforma e transforma as relações entre as pessoas em mercadoria, em “coisas”, ou seja, ocorre a reificação do trabalhador (coisificação). A alienação, portanto, se refere ao seu próprio estranhamento, à perda de si mesmo.

<sup>65</sup> Cf. MARX (2011).

A luta pela sobrevivência não se dá de forma pacífica em uma sociedade tão desigual, como é o caso da cidade da Praia. A expansão da cidade obedece a um modelo de sociedade que exclui e que desmerece o indivíduo enquanto sujeito e, desta forma, pode e contribui para o alastramento de diversas expressões da questão social, especificamente a violência coletiva, um problema central e muito preocupante em termos de segurança pública no espaço urbano.

As expressões da violência urbana na Praia, a violência coletiva organizada, sobretudo a cometida pelas gangues de rua, compostas por jovens pobres das periferias, constitui um fórum alternativo de reivindicação da dignidade pessoal e da autonomia (BORDONARO, 2010, 2012b; LIMA, 2012a), e por vezes uma ferramenta de luta no protagonismo da juventude no campo político (BORDONARO, 2012a).

As atividades criminais, como tráfico de drogas, roubos, furtos, oferecem alguma forma de sustentação econômica aos indivíduos envolvidos. Embora ambivalente ao poder dominante e reprovadas pela sociedade, o surgimento das gangues no contexto urbano da Praia pode ser considerado uma forma de resistência social contra-hegemônica. Esses movimentos que emergem num contexto social desigual, conforme Engels (1875), apesar de facilmente esmagados pelas forças repressivas do Estado (o órgão responsável por manter a ordem), expressam em certa medida as contradições do sistema social excludente que caracteriza a atual configuração da cidade da Praia.

A sociedade civil organizada não é capaz de dar conta deste fenômeno, ou seja, da violência urbana. Entendemos que somente com uma nova configuração do espaço urbano, a partir de princípios essencialmente humanos e valorização dos sujeitos sociais, será possível pacificar as relações sociais e manter o controle social. Enquanto isso não acontecer e permanecer o ímpeto da exploração capitalista desumana que mantém a grande maioria da população numa condição de extrema pobreza e marginalização social, negando-lhe o direito a uma vida digna, será praticamente impossível enfrentar a violência urbana.

### **3.3.6. Organização e mobilização da população no enfrentamento das violências urbanas**

A descoletivização social, ou mesmo a reindividualização das relações de trabalho, surgidas no final do século XX, em Cabo Verde, segundo Lima (2010), criaram, ao longo do tempo, um certo vazio estatal, vazio esse não preenchido pela família e/ou pela comunidade, e vêm promovendo a anomia social e a pacificação dos conflitos. Este vazio é uma tendência mundial nos Estados capitalistas, cuja ausência em algumas áreas torna-se estratégica para implantar o Estado mínimo para o social. Assim, a desproteção social leva os indivíduos a buscar formas individuais de superação da pobreza, ou seja, ir à luta pela sobrevivência.

Na sociedade capitalista contemporânea o indivíduo só se torna um sujeito “livre” ao adquirir a capacidade de aumentar cada vez mais o seu consumo individual. Pois, aquele que detém a capacidade de adquirir os bens e serviços disponíveis no mercado ganha o *status* de sujeito e os que não conseguem atingir o *status* de consumidor podem sofrer um processo inverso, ou seja, lhes é negada a condição de sujeito social. É possível verificar esta tendência no contexto urbano da Praia, na medida em que a desigualdade social crescente modula e transforma o espaço da cidade num lugar de duas facetas. Os centros urbanos representam os sujeitos de direitos, e as periferias o “não lugar”, onde se encontra grande parte dos indivíduos não reconhecidos como sujeitos sociais. Nas periferias urbanas da Praia, a luta pela sobrevivência é ela mesma um desafio que busca superar tanto a violência estrutural e simbólica, como a violência coletiva, apesar de esta última ter uma repercussão muito ampla que envolve a sociedade como um todo.

A fragmentação social do espaço urbano tem como consequência a fragilização das relações sociais urbanas como um todo e é precisamente daí que emerge a preocupação com a segurança pública, levando em conta que a sociedade entra num permanente conflito de classes na busca pela sobrevivência.

Consideramos que as medidas repressivas, combinadas com os poucos recursos destinados ao enfrentamento e prevenção das expressões da questão social, pretendem manter sob controle as relações perversas do capital, contribuindo para o aumento das injustiças sociais. A manutenção das injustiças sociais em meio ao progresso social pode ser considerada como a causa primeira dos problemas sociais contemporâneos, em nível global e, em particular, na cidade da Praia. A tendência à marginalização e culpabilização das classes menos favorecidas pelo aumento dos problemas sociais, por sua vez, criados e fortalecidos globalmente, tem sido a solução encontrada. Por um lado, a repressão e, por outro, a proliferação das ações

assistenciais que pouco contribuem para o reconhecimento dos direitos sociais e de cidadania, e a transformação social, agravando as expressões da questão social, especialmente a violência coletiva, fruto das raivas e frustrações dos indivíduos desprotegidos, tanto pelo Estado, como pela sociedade como um todo.

Na cidade da Praia, a sedimentação de uma sociedade de consumo que exclui grande parte da população dos bens e serviços disponíveis no mercado aumenta a violência estrutural e simbólica, ao ponto de fragmentar as relações sociais, aumentando as frustrações e a violência social. A pacificação da sociedade e a resposta apresentada para o “novo tipo de violência” na Praia são forjadas pela necessidade de uma solução imediata, ou seja, a repressão dos supostos agentes de violência, especificamente as gangues de rua de bairros miseráveis.

No entanto, como sabemos, toda solução emergencial, ainda que seja a melhor resposta para um determinado momento, não pode se tornar rotineira na busca pelo consenso e paz social. Ao adotar essa estratégia política como a única forma de alcançar a estabilidade social, corremos o risco de acentuar os conflitos sociais a longo prazo, fato observado ultimamente na cidade da Praia. A incapacidade do Estado em apresentar uma solução viável de consenso social na cidade da Praia é cada vez mais evidente, já que desconsidera saídas preventivas e mais humanizadas, para impor ações repressivas e corretivas, contribuindo para espalhar o medo e a insegurança pública e para a marginalização do espaço periférico.

A marginalização das periferias revela o outro lado da contradição capitalista na cidade da Praia. Ou seja, os indivíduos com elevado padrão de vida, a minoria, buscam as áreas mais seguras e protegidas (áreas nobres e condomínios fechados) para morar; os indivíduos cuja vida está abaixo do padrão exigido pelo mercado – a maioria -, são empurrados para os espaços marginalizados, onde são obrigados a permanecer e enfrentar os problemas criados e fortalecidos globalmente, por vezes sem qualquer tipo de proteção.

As periferias simbolizam a precarização das condições de vida e de realização social no espaço urbano na cidade da Praia que, por vezes, leva à conformação do indivíduo acerca de sua condição de subalternidade e, em outras circunstâncias, à rebeldia e negação da condição subalterna. Por um lado, parte dos grupos marginalizados, simplesmente por estar fadado à condição de vida precária aprendem a sobreviver, aceitam seu trabalho e sua renda precária. Outra parte, em decorrência desse mesmo processo de marginalização, pode decidir seguir caminhos tortuosos,

como, por exemplo, o tráfico de estupefacientes, o roubo/furto e os assaltos, não somente para sobreviver, mas também almejando ser reconhecido como sujeito social. No entanto, essas práticas são consideradas imorais, pois rompem com a estrutura funcional de qualquer sociedade, o que legitima ações emergenciais e repressivas, por parte do Estado, para restabelecer a ordem e pacificar os conflitos sociais decorrentes destes fenômenos.

Segundo Lima (2014, p. 17), o processo de pacificação dos conflitos sociais, sobretudo na Praia, deve-se “[...] à conciliação de uma intensa repressão policial nos bairros tidos como problemáticos *versus* o financiamento de projetos sociais comunitários promovidos por alguns grupos, muitos deles cooptados pelas instituições estatais”. Ou seja, o processo não alterou de forma substancial as expressões da questão social, já que mantém a exclusão e desvalorização das periferias; portanto, sem grandes impactos na diminuição da violência urbana.

Ao que tudo indica, a diminuição da violência urbana nos últimos tempos tem a ver com o surgimento de novas formas de luta que emergiram recentemente na cidade da Praia; uma luta estratégica que demonstra a correlação de forças entre o Estado e parte das populações periféricas, na qual buscam transformar o espaço urbano em um lugar de reconhecimento, afirmação e coesão identitária de grupos sociais marginalizados (LIMA, 2014b). Podem ser tomados, como exemplo, os casos de capitalização de alguns membros mais influentes das gangues de rua, por parte das redes familiares emigradas, criando oportunidades de emigração para a Europa, e essencialmente a emergência de movimentos sociais constituídos sobretudo por moradores da periferia, entre eles alguns que fizeram parte de gangues, que se organizam para resistir e contestar o atual sistema social dominante (LIMA, 2014b).

Atualmente, na Praia, as organizações que se consideram ativas e mais próximas das características aqui descritas são o movimento do *hip-hop consciente*, baseado no grupo *afrocêntrico Ra-Tecnologie*, o movimento *Samkofa* e o movimento *Korrenti di Ativiztas*<sup>66</sup> (LIMA, 2014b). Dentre essas novas organizações, digamos,

---

<sup>66</sup> Segundo Stefani (2016, p. 77), os grupos *afrocêntricos Ra-Tecnologie*, *Samkofa* e a *Korrenti di Ativiztas* “[...] são novas formas de organizações de rua que se autodefinem como ativistas sociais, localizados nos mesmos bairros populares designados de problemáticos. Estes movimentos compartilham características e relações de colaboração com as numerosas associações comunitárias dos bairros, desenvolvendo, todavia, atividades com caráter mais político, inspirado na figura de Amílcar Cabral” (líder revolucionário e o principal articulista da luta de libertação nacional de Cabo Verde e da Guiné-Bissau). Dentre eles se destaca a *Korrenti di Ativiztas* que, segundo Lima (2014), não apresenta uma liderança hierárquica e é composta, em sua maioria, por ex-membros de gangues de rua e se opõe aos dois primeiros grupos, considerando-os institucionalizados e a serviço do poder

populares, destacamos a *Korrenti di Ativiztas*, por participar fortemente na luta contra o sistema hegemônico, atacando “[...] as relações de poder que intercorrem no tecido social, as quais constroem e reproduzem a desigualdade em termos de redistribuição econômica e reconhecimento” (STEFANI, 2016, p. 89).

Para a autora, particularmente a *Korrenti di Ativiztas* busca o reconhecimento dos direitos sociais e redistribuição de recursos socialmente produzidos, mediante ações que confrontam, de forma direta e indireta, as perspectivas e visões dos diversos setores da sociedade que atuam no enfrentamento da violência urbana, nomeadamente, as instituições estatais, cariz as ONGs e a sociedade civil. No geral, este enfrentamento objetiva criar uma esperança coletiva na resolução dos problemas sociais urbanos, particularmente os processos que levam à marginalização dos bairros periféricos. Em sua opinião,

[...] as ocupações, a requalificação e revalorização dos bairros populares, as sessões de Parlamento de Gueto, são todas ações que visam criar coletivamente um discurso alternativo àquele hegemônico, que tem a tendência de culpar os sujeitos da sua pobreza e a reproduzir a ordem social existente. O Parlamento de Gueto, em particular, é um dispositivo que permite aos jovens marginalizados da sociedade expressar a própria voz, construir um dissenso (STEFANI, 2016, p. 91).

Embora essa política da *Korrenti* e dos outros movimentos de ativistas seja um fenômeno recente, tem produzido resultados em termos de reconhecimento dos sujeitos sociais e da requalificação dos espaços periféricos (STEFANI, 2016). Contudo, entendemos que a emergência desses movimentos de ativistas sociais coloca em evidência a ineficácia das ações do Estado no enfrentamento dos problemas sociais urbanos. Portanto, a pacificação da sociedade como um todo exige uma maior aproximação do Estado da sociedade e esta aproximação deve se pautar pelo reconhecimento dos direitos sociais e de cidadania, garantindo a liberdade, a equidade social e a consolidação da democracia.

Deste modo, posteriormente à implementação da nova ordem social em Cabo Verde, emerge uma nova forma de sociabilização que Santos (1993) denomina de

---

hegemônico. Contudo, há discordância em relação às estruturas de poder da *Korrenti*. Stefani (2016) ao estudar a *Korrenti*, conclui que a organização é igualitária só na aparência, no entanto, convém ressaltar que os seus membros, tanto os “jovens, pobres, desempregados, com um baixo nível de instrução, moradores de bairros marginalizados, tornam-se ativistas e líderes, através de um processo que visa construir uma imagem positiva de si, e não subalterna” (STEFANI, 2016, p. 91). Entendemos que este passo é importante na medida em que fortalece o reconhecimento social e diminui o processo de marginalização, contribuindo para a diminuição da violência urbana.

“*cidadania dilacerada*” - que coloca em xeque a importância das lutas sociais, da participação dos cidadãos nos movimentos sociais e da legitimidade dos direitos sociais (SANTOS, 2007), cuja origem são o aumento das contradições e dos conflitos sociais. Essas lutas sociais se insurgem contra as violências praticadas

[...] pelo Estado internamente, no âmbito do Estado-nação, podem ser assim identificadas: violência exercida por membros das polícias, civis e militares, [...] ou municipais; [...] as violências do Estado contra os direitos humanos (direitos civis, políticos, sociais). Porém, aqui devem estar os efeitos violentos da crise do Estado-providência (crise da habitação, da saúde, da educação e da segurança) e os efeitos sociais de políticas econômicas de ajuste estrutural sobre o emprego e a renda (SANTOS, 2007, p. 75).

Apreendemos que parte das violências que se expressam na sociedade cabo-verdiana a partir liberalização política e econômica, particularmente na Praia, resultam do aumento das contradições sociais que, por sua vez, conforme Domenach (1981), prolongam-se e, por serem protegidas pelo próprio Estado, comprometem tanto a participação social como a transformação da sociedade, afetando a realização das necessidades básicas, sobretudo, das classes subalternas. Daí a necessidade de reformular a forma de fazer política, de modo que sejam reconhecidos os direitos sociais, garantindo a satisfação das necessidades fundamentais da realização da vida, estabelecendo um laço social forte e capaz de minimizar os impactos dos problemas sociais na sociedade, especificamente a violência urbana coletiva, fruto das grandes desigualdades e contradições sociais.

### **3.4. As violências urbanas e o aumento da insegurança pública como agravamento das expressões da questão social**

A problemática das violências na cidade da Praia, em suas diversas expressões, particularmente os assaltos a mão armada, roubos e furtos, homicídios, etc., não é um problema novo. Como vimos anteriormente, ela se encontra imbricada nas estruturas e nas relações sociais fortemente marcadas pela cultura de dominação colonial. No entanto, com o advento da globalização este problema se torna insustentável para os centros urbanos em crescente expansão, devido essencialmente ao aumento das expressões da questão social e as crescentes desigualdades sociais e econômicas mantidas no processo de urbanização.

As influências da globalização contribuíram para a transformação do mundo, entretanto, os impactos dessas transformações no social têm sido catastróficos, se atentarmos aos índices de violência cada vez mais alarmantes nos centros urbanos, especialmente nos países da periferia do capitalismo. Ilustrando esta realidade, a Agência das Nações Unidas para os Assuntos Humanos (UN-Habitat, 2007) atesta que as cidades que atraem poder econômico e fomentam o crescimento também podem gerar crime, violência e insegurança, geralmente mais extremos nos maiores centros e nos países com elevada desigualdade, a exemplo do Brasil, Colômbia, El Salvador e Guatemala, em que a violência urbana aparece como uma das cinco primeiras causas de morte (UN-Habitat, 2007).

Em Cabo Verde, a violência urbana constituía um problema social já no início dos anos 2000, mas apenas em 2006 passou a ser considerada uma problemática social. A partir deste ano, houve um aumento exponencial de crimes graves/homicídios, assaltos a mão armada e confrontos entre os grupos rivais, em quase todos os bairros da cidade da Praia (LIMA, 2012b), sobretudo estes últimos. Assim sendo, na tentativa de compreender esse fenômeno na cidade da Praia, evitamos repetir as discussões de itens anteriores, mas buscamos evidenciar a partir da apreensão dos conceitos teóricos esta investigação.

O fenômeno da violência passou a representar uma ameaça à estabilidade social, alertando a sociedade e originando vários debates – políticos, da mídia, de especialistas e da sociedade civil -, o que lhe conferiu maior visibilidade social e política, resultando na construção da agenda política da violência urbana.

Desta forma, conforme mencionado na metodologia, esta segunda etapa de pesquisa remete à discussão dos dados tratados a partir do *IRaMuTeQ* e tem a ver com a exploração mais exaustiva dos materiais utilizados na pesquisa, esboçando a compreensão do fenômeno da violência, seus trâmites e suas implicações sociais nas sociabilidades urbanas, especialmente no contexto da cidade da Praia, o retrato mais fiel das contradições sociais e dos impactos da globalização econômica, política e cultural em Cabo Verde.

Os dados da **Figura 1** que consta na metodologia no item 3.1.1.2. permitiram constatar que os problemas sociais na Praia estão relacionados às expressões da questão social que emergem no contexto do crescimento urbano e dos impactos da globalização neoliberal. Tais problemas tendem a se expressar em forma de violências, que se reproduzem, tanto na sociedade, nos espaços públicos e privados,

e nas instituições do Estado (aparelhos de manutenção da ordem), alimentando o sentimento de medo e de insegurança.

Este sentimento de insegurança pública tem a ver com problemas ligados ao aumento da criminalidade urbana, roubos, furtos, agressões, pelo acesso a armas de fogo, homicídios, entre outros, sobretudo nos bairros periféricos, conforme já referido. Em 2007, período de explosão dos problemas sociais urbanos, especificamente na Praia, a percepção dos atores sociais sobre o crime e a insegurança foi a seguinte:

O setor privado cabo-verdiano vê o crime e a insegurança como um obstáculo ao desenvolvimento e os cidadãos de áreas urbanas receiam o crime como uma questão intrusiva na sua vida dia e noite[...] (\*\*\*\* \*Corpus\_1 \*ano\_2007 \*pesqen\_02 \*nac\_0/classe 5)<sup>67</sup>.

Este sentimento de medo e insegurança, por vezes mais impactante do que a realidade empírica que hipoteticamente lhe daria substância, tende a desfigurar os centros urbanos, e a segurança passa de uma política essencialmente do Estado para um problema de mercado, capaz de garantir rentabilidade ao grande capital.

Como afirma Carlos (2016), a busca pela cidade segura na era da globalização neoliberal se sustenta em medidas de políticas emergenciais que negam a inclusão social a favor da acumulação de capital, fragmentando as relações sociais e mantendo a sociedade sob alerta máximo do medo e da insegurança. A manutenção da sociedade sob constante alerta da insegurança e incerteza quanto ao outro, como diz Bauman (2008a, p. 167),

[...] por sua vez, nasce de um sentimento de impotência: não parecemos estar mais no controle seja sozinho, em grupo ou coletivamente, dos assuntos de nossas comunidades, da mesma forma que não estamos no controle dos assuntos do planeta - e nos tornamos cada vez mais conscientes de que não é provável que nos livremos da primeira desvantagem enquanto permitirmos que a segunda persista.

---

<sup>67</sup> Os documentos que foram submetidos no programa *IRaMuTeQ* resultaram num conjunto de dados e relatórios produzidos automaticamente e sua identificação se dá a partir das **variáveis** e **comandos** utilizados na codificação previa dos materiais. Assim, quando se trata de textos apanhados diretamente nos relatórios produzidos pelo programa *IRaMuTeQ* as citações não obedecem ao padrão autor/data e sim as **variáveis** e **comandos** utilizados para cada documento utilizado com as suas respetivas *classes* em que estão inseridas no dendrograma (Figura 1). Normalmente a análise de dados processado pelo *IRaMuTeQ* é feita por *classe* ou *subclasse*, no entanto, preferimos uma análise agregada dos conteúdos para evitar como referimos anteriormente repetir as discussões já feitas no trabalho, tendo em conta que esta técnica é complementar na nossa pesquisa documental, contribuindo principalmente para aprofundar a discussão teórica.

A múltipla manifestação das violências urbanas na cidade da Praia se caracteriza como uma contradição social e política, que decorre das transformações sociais impulsionadas pelos desejos incontroláveis do mercado global. É neste quadro que o mercado da segurança, na sociedade contemporânea, continua sendo um nicho muito lucrativo para o capital, na medida em que a ideia de sociedade “livre e aberta” transformou as relações sociais em experiências terríficas de medo e de insegurança (BAUMAN, 2008a), o que obriga as pessoas a procurar soluções individuais para problemas criados e fortalecidos globalmente.

A cidade da Praia chega a experimentar situações semelhantes a esta, considerando que, com o aumento dos problemas sociais urbanos, como o crime e as violências urbanas, no documento analisado identificamos a seguinte afirmação

[...] a incapacidade da polícia para lidar com esta nova ameaça, várias áreas da Praia são consideradas “*off limits*”, perigosas e fora do controlo policial. Desta forma, bancos, restaurantes, firmas, ministérios, etc., começaram a utilizar seguranças privados e ao mesmo tempo muros, arame farpado, câmaras de segurança e condomínios fechados surgiram em algumas áreas das cidades (\*\*\*\* \*Corpus\_01 \*ano\_2012 \*artesp\_1 \*loc\_01/classe 3).

Os grandes investimentos na segurança privada originam o que convém chamar de “cidade fortificada”, em que os indivíduos, de forma individualizada, e as instituições idealizam a luta contra o crime e a violência urbana. No entanto, o medo e a insegurança permanecem, fazendo aumentar o apelo para uma vigilância mais severa, por parte do aparelho repressivo do Estado, nos espaços considerados perigosos, onde presumivelmente se encontram os “inimigos do Estado”, os propagadores de todo o mal que afeta a cidade contemporânea.

De certa forma, este é o retrato do cotidiano das principais cidades cabo-verdianas, especialmente a cidade da Praia. À semelhança do que se tem verificado em outras paragens, o capital se aproveita do desamparo das pessoas para prosperar. O sentimento de insegurança na Praia, por vezes associado ao de impunidade, muda a configuração e a relação dos cidadãos com o espaço urbano. Por exemplo, os membros das gangues de rua (*Thugs*), muitas vezes identificados como os agentes da violência e, portanto, da propagação do medo e da insegurança, bem como dos males sociais, se tornam sujeitos que, aos olhos da sociedade, perdem toda a sua dignidade e direitos humanos, ou seja, no documento analisado evidenciamos a seguinte declaração:

“Mas quais direitos humanos?, gritava na rua uma menina. Os direitos humanos são para as pessoas e os *thugs* não são pessoas” (\*\*\*\* \*Corpus\_01 \*ano\_2012 \*artesp\_1 \*loc\_01/classe 3).

Esta indagação é reveladora de um problema muito mais profundo da sociedade contemporânea, afetando as relações sociais como um todo e especificamente as próprias condições de existência das classes subalternas. A negação dos direitos humanos fundamentais ao ser mantida e reproduzida pela sociedade ameaça tanto as condições de existência dos sujeitos bem o convívio social mesmo em sociedades aparentemente em paz e reflete o que Santos (1999) denomina de “cidadania dilacerada”. Neste sentido, o espaço urbano, conforme Maricato (2015), não resiste ao “colapso civilizatório”, dando lugar a um conjunto de manifestações da questão social que leva os centros urbanos a perder sua utilidade pública.

Nos centros urbanizados da cidade da Praia o medo impede o consumo de espaços urbanos e nas periferias é precisamente a ausência dos espaços de convívio que anula qualquer possibilidade de uma sociabilidade urbana assente no princípio cidadão e de defesa dos direitos humanos, gerando um conjunto de questões sociais difíceis de ser revertidas.

Neste sentido, a ideia de que as violências urbanas se assemelham a “guerras civis” ou a uma fatalidade perde sentido, na medida em que a luta pelo direito à cidade assume uma dimensão política. Ou seja: a perda de utilidade pública dos espaços urbanos na contemporaneidade, por causa das violências urbanas, não pode ser simplesmente associada ao puro prazer que alguns indivíduos têm em exercer atos criminosos, como matar, roubar, agredir e/ou destruir patrimônios e vidas (COSTA, 1999), como apontam algumas análises sobre as políticas de enfrentamento das violências por parte do Estado, em Cabo Verde, particularmente na Praia.

O fenômeno das violências nos espaços urbanos se manifesta por conta de um conjunto de questões sociais que são mantidas pelo homem no espaço da cidade, através da segregação/exclusão de alguns setores mais frágeis da sociedade, quais sejam – as populações pobres e grupos mais vulneráveis. As manifestações das violências urbanas constituem a prova mais evidente de que parte da sociedade não está bem, isto é, determinados grupos sociais ou mesmo a grande parte não consegue enquadrar-se no *status quo* exigido pelo sistema social dominante. Os limites

impostos pelo sistema capitalista contemporâneo às classes subalternas inibem sua participação na vida social e impedem que os indivíduos dessas classes desenvolvam a capacidade de transformação de si mesmos e se tornem sujeitos sociais, ou seja, detentores da capacidade de consumo dos bens e serviços disponíveis no mercado.

As cidades globais periféricas contemporâneas são hoje marcadas por espaços de manifestação crescente dos conflitos sociais que têm a ver com as transformações sociais operadas pelo grande capital (MARICATO, 2015), o que compromete a realização social aos mais pobres. A manifestação mais evidente destes conflitos é o aumento da criminalidade e da delinquência de grupos violentos. As profundas desigualdades sociais e o enfraquecimento do Estado no controle social exacerbam estes conflitos e colocam em causa a estabilidade social e a convivência civilizada, sobretudo no espaço urbano, aumentando a insegurança e o medo do crime e das violências. No caso da cidade da Praia, os documentos analisados demonstraram que:

Trata-se de uma violência essencialmente masculina que se encontra disseminada pelos vários bairros dos centros urbanos ainda que se possam apontar zonas de maior concentração de grupos e de atos violentos possuindo uma certa organicidade em termos do *modus operandi* e que em alguns casos é impulsionada do exterior (\*\*\*\* \*Corpus\_7 \*ano\_2011 \*pesqen\_02 \*nac\_0/classe 1).

E, ao mesmo tempo que a partir das,

[...] violentas transformações econômicas que têm marcado a sociedade cabo-verdiana na época pós-abertura 1990 é comum considerar a violência e a violência urbana e o crime em particular como as consequências da anomia da desintegração da ordem social como atos caóticos e associas (\*\*\*\* \*Corpus\_01 \*ano\_2012 \*artesp\_1 \*loc\_01/classe 3).

Na cidade da Praia, com o progresso social e as novas formas de sociabilidade das sociedades urbanas, as quais contribuíram para aumentar os fenômenos violentos associados à agudização das manifestações da questão social, as explicações do Estado e das instituições apontam para a dissolução progressiva das formas tradicionais de controle social, apelando para uma responsabilidade coletiva dessas forças tradicionais, mas com elevado encargo sobre o indivíduo.

A responsabilidade é coletiva de todos juntos, poderes públicos, famílias, confissões religiosas, comunidades, instituições educativas públicas e privadas, ONGs, a começar pelo indivíduo como cidadão e como tal incumbido de direitos, mas também de deveres (\*\*\*\* \*Corpus\_5 \*ano\_2010

*\*relat\_2 \*nac\_0/classe 5). Assim, se torna necessário [...] treinar líderes juvenis em matéria de prevenção da violência nas suas comunidades para, além de formação contínua, possibilitar condições para que as organizações de base comunitária e líderes associativos possam trabalhar para reforçar o papel da família dando-lhe responsabilidade concreta (\*\*\*\* \*Corpus\_5 \*ano\_2010 \*relat\_2 \*nac\_0/classe 5).*

A responsabilização dos indivíduos na atual situação de caos social traz à tona as observações de Durkheim (1999) sobre as transformações da sociedade industrial europeia, de que a solidariedade mecânica foi substituída pela orgânica, aumentando os riscos e a anomia social e impondo a necessidade da criação de instituições de socialização, repressão e disciplina cada vez mais duras.

*Promover a sensibilização dos magistrados e polícias para o endurecimento da aplicação das normas em vigor e a assunção de uma política de justiça de tolerância zero aplicando as regras atualmente em vigor com a necessária severidade (\*\*\*\* \*Corpus\_5 \*ano\_2010 \*relat\_2 \*nac\_0/classe 4). Desta forma, [...] a prisão é concebida como o castigo merecido para os criminosos tornando difícil o apelo ao respeito pelos direitos humanos dos presos (\*\*\*\* \*Corpus\_02 \*ano\_2012 \*artesp\_1 \*nac\_0/classe 4).*

Entendemos que a problemática da violência urbana, por si, não se configura problema de anomia, e, sim, um fenômeno associado à ausência de distribuição de renda e falta de planejamento urbanístico do país, que contribuíram, direta e indiretamente, para segregar, marginalizar, excluir e afastar os grupos sociais mais desfavorecidos. Além disso, as violências simbólicas que moldaram a estrutura da sociedade cabo-verdiana no passado vêm se tornando cada vez mais preocupantes com o processo de globalização econômica e contribuem também para a urbanização extremamente excludente.

Com o advento das rápidas transformações sociais e sociabilidades urbanas marcadas pela extrema desigualdade e pobreza intensificam-se os processos de marginalização e privação social, que comprometem as relações sociais e a própria condição humana no espaço da cidade, aumentando as lutas sociais no que tange ao direito à cidade.

No entanto, para infelicidade dos que dominam a estrutura social e econômica, os indivíduos acantonados nas periferias e por vezes sem acesso aos recursos básicos de sobrevivência, não se conformam com sua situação social degradante e procuram várias alternativas de superação da condição de subalternidade.

As resistências sociais no enfrentamento das vulnerabilidades sociais e das injustiças se tornam o meio pelo qual os indivíduos procuram se diferenciar do resto da sociedade, buscando autodefinir-se como sujeitos sociais.

Observe a Figura 1 ( dendrograma delineado - subcorpora 1 - classes 2 e 3) que na cidade da Praia o processo de luta pela ocupação do espaço urbano se dá de duas formas distintas. A primeira, referente à classe 2, compreende a emergência de grupos que se autodenominam ativistas sociais, que normalmente são mais aceitos pela coletividade.

O fato de só recentemente terem emergido no cenário social praiense não nos permite fazer uma análise mais profunda desta nova realidade dos movimentos sociais urbanos. A segunda, alusiva à classe 3, se refere às gangues de rua, denominadas *thugs*, surgidas no início dos anos 2000, período em que se verifica o aprofundamento dos impactos negativos da globalização, associados ao crescimento das periferias urbanas. Conforme demonstrou os dados analisados

O olhar e os discursos políticos e populares sobre estes grupos têm sido genericamente marcados por algumas mistificações quer ao nível da análise das causas da violência quer ao nível das respostas políticas, sendo frequentemente apresentada de forma exagerada estereotipada e criminalizante em relação a estes jovens ignorando o mecanismo regulatório global que origina esses fluxos (\*\*\*\* \*Corpus\_8 \*ano\_2012 \*artesp\_1 \*loc\_01/classe 1).

Esses grupos caracterizados como os “fora da ordem”, por atuarem fora da lei, são marginalizados perante a sociedade devido a condição social. Estes grupos e/ou indivíduos às vezes buscam enfrentar a repressão policial com estratégias baseadas em eventos contra pessoas ou patrimônios, que vem concretizando um viés criminalizante da população pobre periférica por parte de instituições, gestores e segmentos da sociedade.

Essas mistificações sobre as causas da violência, tal como propõe Minayo (2007), têm a ver com o fato de que as violências, expressas nas suas formas mais cruéis - coletiva e individual -, que prejudicam o convívio social, são reprovadas pela sociedade. No entanto, as modalidades mais sutis, escondidas e simbólicas, produzidas e reproduzidas no espaço social, tendem a ser legitimadas, contribuindo para aumentar os problemas sociais e a desfiguração do espaço urbano.

Entendemos que, para perspectivar uma sociedade mais justa, devemos aprofundar a compreensão sobre todas as formas de violências que afetam a

sociedade, em particular as violências derivadas das formas de dominação política e social. A violência expressa praticada na sociedade por grupos marginalizados advém, em última instância, do sistema político dominante global, que tende a negar a realização da vida como um valor absoluto e fundamental da reprodução social, afetando mais profundamente as periferias do capital.

Apreendemos que os atos de violência na cidade da Praia, sobretudo, os praticados pelos grupos marginalizados, manifesta as formas mais diversas opressão social operadas pelo sistema social dominante, realça as tensões entre local e global e interno e externo, a complexidade dos fatores estruturais das violências bem como as consequências que provocam na realização da vida e privação das liberdades individuais e da coletividade.

A violência urbana na cidade da Praia não é somente uma questão de segurança pública, como sugere alguns documentos. Aqui analisamos que esta emana do concentração da riqueza, portanto, desigualdade socioeconômica e afeta a sociedade como um todo, porém, argumentamos que a juventude pobre periférica são as mais atingidas. Apreender o aumento da violência como agravamento da questão social, significa entender que seu enfrentamento é uma questão política estratégica e requer soluções a curto e médio prazo, ou seja, garantir direitos humanos, implementar políticas sociais, planejar o uso do espaço urbano e garantir o acesso universal a bens e serviços coletivos, a longo prazo é imperativo redistribuir a riqueza produzida almejando construir uma sociedade socialmente mais justa.

A sociabilidade concreta dos indivíduos na sociedade burguesa é permeada por um conjunto de contradições, e a violência se torna, conforme Minayo (1994), uma dimensão na existência das pessoas, não algo externo à sociedade. Portanto, não se trata de uma fatalidade, isto é, ela é eminentemente social e se conforma a partir das desigualdades e da marginalização social das classes subalternizadas, que só aumentam nos extremos das cidades. Assim, a cisão entre os centros urbanizados e a emergência das periferias, sem acesso a um conjunto de equipamentos e serviços urbanos essenciais para a reprodução da vida, é a dimensão mais extrema da violência urbana, que revela a grande contradição do rápido crescimento urbano da Praia.

Os bairros periféricos da cidade da Praia, a maioria constituída por pobres e sem recursos, não são senão “[...] um inescapável efeito da *construção da ordem*

(cada ordem define algumas parcelas da população como ‘deslocadas’, ‘inaptas’ ou ‘indesejáveis’ e do *progresso econômico*” (BAUMAN, 2005, p. 12. [Grifos do autor]).

No caso da Praia, esses espaços ganham vida no cenário urbano, devido à dependência dos centros, isto é, da reprodução do capital. Identificamos num documento analisado publicado em 2016 que

[...] essa dependência, entretanto, articula-se em relações de poder desequilibradas que tornam possível o crescimento da elite dos centros graças à exploração do trabalho pouco remunerado e em condições precárias da população das periferias (\*\*\*\* \*Corpus\_06 \*ano\_2016 \*artesp\_1 \*loc\_01/classe 2).

Neste sentido, a subjugação e a expropriação das classes subalternas, legitimadas pelo Estado, favorecem a reprodução de outras formas de violência, tais como a dominação e a alienação, na medida em que, ao ser naturalizada a exploração, perde sentido a liberdade, consagrada como um dos princípios fundamentais do neoliberalismo, para dar lugar a disputas e conflitos sociais profundamente enraizados na sociedade, que dificilmente serão solucionados a partir de políticas emergenciais, como vem sendo a prática na cidade da Praia, nos últimos anos.

A preocupação, no entanto, refere-se à generalização da violência urbana, que tem sido acompanhada pelo reduzido consenso sobre os seus determinantes e, principalmente, quais são as medidas políticas mais eficazes: as mais repressivas e emergenciais ou as políticas de segurança pública com ênfase no planejamento.

A nossa análise também revelou que na cidade da Praia existe uma pressão constante contra o Estado da sociedade civil para que este intervenha na redução das violências urbanas. Porém, constata-se que atuação do Estado se conforma com ações repressivas e emergenciais, conforme podemos identificar nos corpus dos documentos

No atual contexto mundial em que a nossa política criminal se insere ruíram os fundamentos dogmáticos que proclamavam a proteção do Estado em detrimento da do cidadão, assumindo-se agora políticas penais e de segurança interna viradas para estes modelos mistos de política de segurança que integram medidas de tolerância zero quando e onde se imponham e simultaneamente medidas de prevenção e integradoras (\*\*\*\* \*Corpus\_2 \*ano\_2009 \*plan\_2 \*nac\_0/classe 4).

Na Praia, onde se solidificou um tipo de urbanização altamente segregada, formando bolhas periféricas muito degradadas em termos de qualidade de vida e por onde as classes subalternas são apanhadas “[...] num cenário de crime e caos” (BAUMAN, 2008a), reproduz-se a dominação excludente que age sob o delírio da reposição da ordem, criminalizando e responsabilizando sobretudo os grupos mais vulneráveis pela situação de instabilidade social. As medidas repressivas substituem a política social e se intensificam nos períodos de maior agitação social, a fim de evitar a contaminação dos centros urbanizados. No entanto, sem sucesso.

A manutenção da sociedade sob o critério único do mercado revela não só a crise de dominação do Estado (SANTOS, 1993), mas também uma situação muito particular do modo de se fazer política nos países da periferia do capital. Conforme afirma Bauman (2008a), a política se torna a continuação da guerra por outros meios, gerando um conjunto de contradições que agudizam os conflitos e a problemática da questão social, especificamente as violências.

Assim sendo, não nos surpreende que o atual projeto de paz liberal em Cabo Verde se assemelhe ao do resto do mundo, ou seja, a adoção de medidas políticas essencialmente punitivas para a resolução de problemas sociais criados e fortalecidos globalmente, e que afetam, de forma mais dramática, as populações menos favorecidas, no contexto da globalização do mercado cabo-verdiano.

Quanto às respostas tem prevalecido uma clara omissão do contexto global das políticas quer em relação à intervenção policial com peso excessivo da perspectiva repressiva e punitiva quer no que toca à deportação, prevalecendo uma lógica de internalização das causas e atores da violência e a externalização das respostas (\*\*\*\* \*Corpus\_8 \*ano\_2012 \*artesp\_1 \*loc\_01/classe 1).

Desta forma, a violência urbana na cidade da Praia é resultante de uma violência estrutural mantida e legitimada pelo sistema social dominante, consequentemente pelo Estado capitalista, que pretende, a todo custo, manter sob controle uma sociedade fragmentada socialmente, onde a coletividade cede lugar ao individualismo e à especulação do mercado consumidor, que impacta, de forma negativa, as relações sociais no espaço urbano. Uma violência que cada vez mais gera insegurança e tem imbricações negativas na defesa e manutenção dos direitos humanos, pois contribui ininterruptamente para a degradação da sociabilidade humana na sociedade contemporânea.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea, moldada para atender os interesses e as vontades do mercado global, tem criado inúmeros obstáculos que impedem uma boa parcela da população de ter acesso, de forma universal, aos bens e serviços sociais coletivos, mediante a ampliação das políticas públicas e dos direitos sociais, sobretudo nos países em desenvolvimento.

O agravamento das expressões da questão social reduz a realização dos direitos humanos fundamentais, pela imperiosa necessidade de acumulação de riquezas em detrimento da valorização da vida, bem como reproduz as mais diversas conformações das violências, especialmente nos grandes centros.

Em Cabo Verde, a emergência dos problemas sociais urbanos, nomeadamente a violência urbana, nas suas mais diversas expressões, assaltos a mão armada, homicídios, roubos, furtos, gangues, etc., tem se manifestado cada vez mais, devido à inserção do país na economia global.

Os estudos e pesquisas sobre a temática demonstram que o crescimento das taxas de violência urbana na cidade da Praia está associado, dentre outros fatores, à redução do papel e das funções do Estado. Essa redução, que decorre do desmantelamento do Estado, abre espaço para a mercantilização das relações sociais e fragilização do tecido social. Nesse processo, várias são as implicações: na urbanização, no crescimento das periferias, na baixa organização social, no não exercício de controle social, no baixo protagonismo político, dentre outras.

As transformações operadas pelo capital, sobretudo o capital internacional, na sociedade cabo-verdiana, permitiram o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida das populações, que passaram a ter mais acesso às oportunidades sociais, trabalho e renda. No entanto, essas melhorias não foram universalizadas e muito menos avançaram nesse sentido. Apesar dos avanços sociais significativos após a liberalização econômica, grande parte da população continua sem dispor dos benefícios desse mesmo progresso. O resultado disso tem sido o aumento da precarização das condições de vida dos menos favorecidos, que ultimamente têm buscado nos principais centros urbanos oportunidades de mudança das condições de vida, especialmente na cidade da Praia.

Na capital cabo-verdiana, cuja estrutura urbana é marcada especialmente pelas inúmeras periferias, caracterizadas pela precariedade e dependência dos centros urbanizados, podem ser constatadas mais claramente as contradições geradas pelo avanço das políticas neoliberais no arquipélago.

É precisamente nas periferias urbanas que a maioria das questões sociais aparecem, na cidade da Praia. Esses espaços representam os territórios urbanos de segregação e marginalização social, ocupados majoritariamente por populações de baixa renda e, por conseguinte, são também identificados como locais de perigo e de insegurança pública no meio urbano.

A agenda política da violência urbana, especificamente na cidade da Praia, à semelhança das práticas naturalizadas globalmente, tem sido acompanhada pelo reduzido consenso sobre os determinantes das violências. Isso tem levado à tomada de decisões emergenciais no seu enfrentamento, adotando-se, na maioria das vezes, políticas repressivas e de tolerância zero, em detrimento de ações planejadas que busquem a redistribuição da riqueza produzida socialmente e a reinserção das pessoas no espaço urbano. O Estado tenta, a qualquer custo, manter a ordem social em uma sociedade quebrada e fragmentada socialmente, através das políticas de repressão, aumentando a segregação social, o que, de certo modo, vem aumentando as condições para o alastramento das violências.

No topo dos problemas que afetam a cidade da Praia está a violência, relacionada com o crescimento das gangues de rua e os grupos *Thugs*, roubo e furto, assalto a mão armada, tráfico de drogas, levando a um crescente sentimento generalizado de insegurança. Os estudos analisados nessa pesquisa apontam que as múltiplas expressões da violência não resultam apenas de ações coletivas ou vontades individuais, como tem sido propagado pela mídia e incorporado pelo Estado. Pelo contrário, estão correlacionadas com a emergência da questão social na sociedade cabo-verdiana, principalmente pela crescente desigualdade social que opõe dois mundos diferentes em um só espaço.

Na cidade da Praia os centros são urbanizados, com elevado padrão de vida, enquanto as periferias se apresentam em péssima situação, no que se refere à organização urbana. A qualidade e as condições de vida na periferia são marcadas pela precariedade e pela falta de serviços essenciais básicos que permitam minimamente a reprodução da vida.

A vivência em situação de precariedade social limita as perspectivas de vida dos cidadãos mais afetados, principalmente as camadas mais jovens e pobres, que vivem em situação de grande vulnerabilidade, tanto pelo desemprego como pela falta de oportunidades e de acesso à renda, que permitam a satisfação das necessidades básicas da vida.

A dimensão do fenômeno da violência na cidade da Praia traz à tona a emergência de discutir esta problemática. Geralmente, a violência é imputada aos jovens das periferias, criminalizados pelo fato de pertencerem a uma determinada classe social, o que indevidamente pressupõe a criminalização da pobreza. A criminalização da pobreza afeta consideravelmente a população pobre urbana, pois obriga esses grupos sociais a elaborar suas próprias estratégias e/ou mecanismos de sobrevivência e superação da condição de subalternidade. Portanto, a emergência dos fenômenos violentos não é uma anomia social. Trata-se, na verdade, de um problema que deriva de outros fenômenos historicamente construídos e mantidos pelo próprio sistema dominante.

Na cidade da Praia, as violências urbanas são fruto das diversas expressões da questão social e emergiram no cotidiano após as transformações sociais no pós-1990, que tiveram como consequência mais evidente a urbanização excludente.

As causas das violências estão intrinsecamente ligadas ao aumento das desigualdades sociais e econômicas e à segregação socioespacial, sobretudo nos meios urbanos, e, portanto, não se trata de uma violência gratuita reproduzida pelas classes subalternas. A urbanização crescente e pouco planejada alimenta a reprodução dos problemas sociais e faz emergir movimentos de resistências urbanas contra-hegemônica, que buscam a autoinserção na sociedade, como são os casos da formação das gangues de rua e alguns movimentos sociais que se autodenominam de ativistas sociais.

A situação de precariedade social e econômica vivenciada no cotidiano pela maioria da população, na sociedade praiense, têm raízes na gravidade e nas expressões da questão social. E, na medida em que este problemas aumenta e/ou se torna cada vez mais profunda, mais demonstrações de insatisfação ocorrem, terminando em mais atos violentos no espaço urbano, sobretudo com aparecimento dos gangues de rua.

É evidente que não se trata, aqui, de defender os atos de violência praticados pelas gangues, mas antes chamar a atenção para as questões mais profundas que

provocam tais desvios - as desigualdades e a segregação social que vem sofrendo parte da sociedade cabo-verdiana nos últimos anos. Com o aprofundamento da questão social, em particular a cidade da Praia, configura-se como uma sociedade de “cidadania dilacerada”, tanto pelo aumento dos fenômenos de violência urbana, como pela negação dos direitos e pelas precariedades vivenciadas pelos pobres da periferia urbana.

A falta de uma agenda política do Estado de Cabo Verde, que englobe a redução das expressões da questão social, com certeza é um dos determinantes sociais do crescimento da violência urbana, na cidade da Praia. Além disso, as crises: política, econômica e social, têm implicações negativas na efetivação dos direitos sociais fundamentais, que agravam a realização de uma vida digna e reatualizam as lutas sociais no espaço urbano, pela não marginalização e repressão social.

Apreendemos que a opressão das classes subalternas residentes nas periferias contribui de forma direta para a fragmentação das relações sociais no espaço urbano, criando assim as condições para agravar os problemas sociais, que dificilmente serão resolvidos através da criminalização e repressão.

Por fim, entendemos que, a menos que sejam implantadas políticas que contemplem: distribuição da riqueza, educação e segurança pública não repressivas, aumento dos postos de trabalho, planejamento do espaço urbano efetivo e continuado e, ainda mais: que todos os indivíduos participem ativamente no processo de controle social, não ocorrerão mudanças significativas a curto ou médio prazos, no que se refere ao fenômeno da violência urbana na cidade da Praia.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. *Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade*. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 10, n.1, p.19-47, 1998.

AFROBAROMETER. *Perda generalizada de confiança nas instituições em Cabo Verde*. 2015. Disponível em: <<http://www.afrobarometer.org/press/perda-generalizada-de-confianca-nas-instituicoes-em-cabo-verde>>. Acesso em: 28/nov./2017.

ARENDT, Hannah. ***Sobre a Violência***. Tradução de André de Macedo Duarte. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. ***A condição humana***. Tradução de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARDIN, Laurence. ***Análise de Conteúdo***. Tradução de Luís Antero Reta e Augusta Pinheiro. Lisboa: 70 Ida, 2002.

BAUER, M. *Análise de conteúdo clássica: uma revisão*. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 189-217.

BAUER, M.W.; GASKELL, G; ALLUM, N.C. *Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões*. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, p.17-36, 2012.

BAUMAN, Zigmunt. ***Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos***. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

\_\_\_\_\_. ***Confiança e medo na cidade***. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. ***Medo líquido***. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008a.

\_\_\_\_\_. ***Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias***. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008b.

\_\_\_\_\_. ***Tempos líquidos***. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

\_\_\_\_\_. ***Vidas desperdiçadas***. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. *Entrevista*. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 301-325, 2004. (Entrevista concedida a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n1/v16n1a15.pdf>>.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentizien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ética pós-moderna**. Tradução de João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997. (Critérios éticos).

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social – Fundamentos e história**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BONAMIGO, Irme S. *Violência na contemporaneidade*. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 204-213, 2008.

BORDONARO, Lorenzo I. *Masculinidade, violência e espaço público: notas etnográficas sobre o bairro Brasil da Praia (Cabo Verde)*. **Revista Tomo**, nº 21, p.101-136, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Tolerância zero crioula: Cabo Verde e a “guerra contra o crime”*. In: PUREZA, J. M.; ROQUE, S.; CSRDOSO, K. (Orgs.). **Jovens e trajetórias de violências: os casos de Bissau e da Praia**. Coimbra: CES/Almedina, 2012b. p. 83-106.

\_\_\_\_\_. *Semântica da violência juvenil e repressão policial em Cabo Verde*. **Revista Direito e Cidadania**, Praia, ano XI, n. 30, v. esp., p.169-190, 2010.

BORDONARO, Lorenzo I.; LIMA, Redy W. *A gestão das crianças em situação de rua e o surgimento do ‘estado serviço social’ em Cabo Verde*. In: MULLER, V. R. (ed.). **Crianças dos países de língua portuguesa: histórias, culturas e direitos**. Maringá: Eduem, 2011. p. 107-138.

CABO VERDE. Instituto Nacional de Estatísticas. **Cabo Verde, Justiça e Segurança em números – 2015**. Praia: INE, 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatísticas. **Inquérito Multi-objetivo Contínuo 2015: estatísticas do emprego e mercado do trabalho**. Praia: INE, 2016a.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatísticas. **III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2015**. Praia: INE, 2016b.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatísticas. **Agregados das contas nacionais 2008-2014**. Praia: INE, 2016c.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatísticas. **Cabo Verde: Anuário Estatístico 2015**. Praia: INE, 2015a.

\_\_\_\_\_. Plataforma das ONGs de Cabo Verde. **Estudo diagnóstico das ONGs em Cabo Verde**. Praia, 2015b.

\_\_\_\_\_. Ministério das Finanças e Administração Pública-Direção Geral do Planeamento – MFAP-DGP. **Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza – (DECRP – II)**. Praia: MFAP-DGP, 2012.

\_\_\_\_\_. Página Oficial do Governo de Cabo Verde. **“Bô ki ta disidi” – Programa de Intervenção Fatores de Risco e Proteção Juvenil em Cabo Verde**. 2011. Disponível em: <<http://www.governo.cv/index.php/rss/3378-mjedrh-apresenta-o-programa-bo-ki-ta-disidi-v15-3378>>. Acesso em: 06/nov./2017.

\_\_\_\_\_. Ministério de Economia, Crescimento e Competitividade - Direção Geral do Turismo – MECC-DGT. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde (2010-2013)**. Praia, MECC-DGT, 2010a.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatísticas. **Censo 2010: Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)**. Praia: INE, 2010b.

\_\_\_\_\_. Página Oficial do Governo de Cabo Verde. **Governo cria Comissão Interministerial de combate à violência**. 2010c. Disponível em: <<http://www.governo.cv/index.php/rss/2251-governo-cria-comissao-interministerial-de-combate-a-violencia-v15-2251>>. Acesso em: 06/nov./2017.

\_\_\_\_\_. Página Oficial do Governo de Cabo Verde. **Primeiro Ministro avança novas medidas para combate à criminalidade nos bairros**. 2010d. Disponível em: <<http://www.governo.cv/index.php/rss/2344-primeiro-ministro-avanca-novas-medidas-para-combate-a-criminalidade-nos-bairros-v15-2344>>. Acesso em: 06/nov./2017.

\_\_\_\_\_. Página Oficial do Governo de Cabo Verde. **Fórum nacional de consenso: por uma cultura de paz e tolerância**. 2010e. Disponível em: <[http://www.governo.cv/documents/concluso\\_e\\_recomendao.pdf](http://www.governo.cv/documents/concluso_e_recomendao.pdf)>. Acesso em: 06/nov./2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Administração Interna. **Plano Estratégico de Segurança Interna de Cabo Verde (2009-2011)**. Praia: MAI, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério das Finanças e Administração Pública-Direção Geral do Planeamento – MFAP-DGP. **Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza – (DECRP – II)**. Praia: MFAP-DGP, 2008.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatísticas. **II Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2001/02**. Praia: INE, 2002.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatísticas. **Censo 2000: Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)**. Praia: INE, 2000.

\_\_\_\_\_. Constituição (1992). **Constituição da República de Cabo Verde**. Praia: Assembleia Nacional, 1992.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatísticas. **I Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 1988/89**. Praia: INE, 1989.

\_\_\_\_\_. Constituição (1980). **Constituição da República de Cabo Verde**. Praia: Assembleia Nacional Popular, 1980.

CARDOSO, Katia. *Thugs e violências: mitos, riscos e omissões*. In: PUREZA, J. M.; ROQUE, S.; CARDOSO K. (Orgs.). **Jovens e trajetórias de violências: os casos de Bissau e da Praia**. Coimbra: CES/Almedina, 2012. p. 19-56.

CARLOS, Ana F. A. *A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico*. in: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto; PINTAUDI, Silvana (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 97–110.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poletti. 10<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COMTE, Augusto. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (E-Book, Coleção os pensadores).

COSTA, Maria R. da. *A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?*. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 3-12, 1999.

COSTA, Rogério H. da; PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Unesp, 2006. (Série Poder).

COSTA, Suzano. *Sociedade civil, Estado e qualidade da democracia em Cabo Verde: Entre a letargia cívica e a onnipresença do Leviathã*. In: SARMENTO, C. M.; COSTA, S. (Orgs.). **Entre África e a Europa: Nação, Estado e democracia em Cabo Verde**. Coimbra: Almedina, 2013. p. 273-329.

DAVIDSON, Basil. **As ilhas afortunadas: um estudo sobre a África em transformação**. Lisboa: Caminho, 1988.

DEL-FRATE, Anna A. **Estudo sobre crime e corrupção em Cabo Verde**. Traduzido por José Luís Ramos e Sara Ramos. Praia: Ministério da Justiça e Organização das Nações Unidas contra a Droga e o Crime, 2007.

DESLANDES, Suely F.; ASSIS, Simone G.; SANTOS, Nilton C. *Violência envolvendo crianças no Brasil: um plural estruturado e estruturante*. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília, 2005. p. 43-77.

DIAS, Jorge; GONÇALVES, Rui A.; FORMIGA, Nilton S. *A (Des) organização urbanística na cidade da Praia: contexto privilegiado para a transgressão e a delinquência juvenis?*, **Boletim da Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 34, n. 86, p. 186-207, 2014.

DOMENACH, J.M. **La violencia y sus causas**. Unesco, 1981.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Anti-duhring*. Edição eletrônica. Tradução de Ridendo Castigat Mores, eBooksBrasil, 1875. Disponível em: < <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/duhring.pdf> >. Acesso em: 13/jan./2017.

ÉVORA, Iolanda. *Migration or diaspora?: perceptions of the Cape Verdean dispersion in the world*. Lisboa, CEsa, 2013. Disponível em: <[http://pascal.iseq.utl.pt/~cesa/files/Doc\\_trabalho/WP115-2.pdf](http://pascal.iseq.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/WP115-2.pdf)>. Acesso em: 21/nov./2017.

ÉVORA, R.; Ramos, N. *Estudo sobre a participação eleitoral em Cabo Verde: uma perspectiva de gênero – Relatório final*. Praia: PNUD/Unicef/Unfra, 2013.

ÉVORA, Roselma. *Poder legislativo no regime democrático em Cabo Verde*. 2009. 249 f. Tese (Doutorado) – UnB, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Brasília, 2009.

FERNANDES, Antero da C. M. *Guiné–Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação*. 2007. 138 f. (Dissertação) – Universidade do Porto – CEA, Estudos Africanos, Porto, 2007.

FERRERO, Borxa C. *As faces da penalidade do governo neoliberal: epistemologias, mudanças e continuidade da política criminal na contemporânea*. 2016. 434 f. Tese (Doutorado) – Universidade da Corunha, Programa Oficial de Doutorado em Direito, Corunha, 2016.

FOLADORI, Guillermo; MELAZZI, Gustavo; KILPP, Renato. *A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes*. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURTADO, Cláudio; PINHEIRO, Augusto; ALMEIDA, Hélder. (Orgs.). *Estudo sobre a relação da organização do espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde*. Praia: Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do território (MAHOT) e UN-Habitat, 2011.

GENTILLI, Raquel de M. L. *Sociabilidade e subjetividade: aproximações para o Serviço Social*. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 312-324, 2013.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HIRSCH, Joachim. ¿Qué significa Estado? Reflexiones acerca de la teoría del Estado capitalista. **Revista de Sociología Política**, Curitiba, v. 24, p. 165-175, jun. 2005.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 29-61.

IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.

KALAMPALIKIS, Nikos; MOSCOVICI, Serge. *Une approche pragmatique de l'analyse Alceste*. **Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale**, v.2, n.66, p.15-24, 2005.

KELLE, U. *Análise com auxílio de computador: codificação e indexação*. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 393-415.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, Redy W. *Street soldjas: breve aproximação teórica para o estudo de gangues de rua em Cabo Verde*. **Revista Contextos**, Lisboa, CICS-UMinho, sér. 2, n.º 2, p. 1-28, 2016.

\_\_\_\_\_. *A imprensa escrita e a cobertura dos conflitos entre gangues de rua em Cabo Verde*. In: BUSSOTTI, L.; BARROS, M.; GRATZ, T. (Orgs.). **Media freedom and right to information in Africa**, Lisboa: CEI-IUL, 2015. p. 99-123.

\_\_\_\_\_. *Violências urbanas, gangues e jovens*. In: FÓRUM INTERNACIONAL SOBRE SEGURANÇA URBANA, 3. **A prevenção da violência e da criminalidade nas cidades**. CMP, 2014a. Disponível em: <[https://www.academia.edu/6582251/Viol%C3%AAs\\_urbanas\\_gangues\\_e\\_jovens?auto=download](https://www.academia.edu/6582251/Viol%C3%AAs_urbanas_gangues_e_jovens?auto=download)>. Acesso em: 16/dez./2017.

\_\_\_\_\_. *Jovens e processos de afirmação na cidade da Praia, Cabo Verde*. **P@x-Boletim Online da Linha de Estudos para a Paz**, n. 25, p. 16-17, 2014b.

\_\_\_\_\_. **Bairros desafiados e delinquência juvenil: o caso do bairro da Achada Grande Trás**. Estudos em comemoração do quinto aniversário do ISCJS, 2012a. Disponível em: <<http://portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3239/1/2012%20Bairros%20desafiados.pdf>>. Acesso em: 24/out./2017.

\_\_\_\_\_. *Delinquência juvenil coletiva na cidade da Praia: uma abordagem diacrônica*. In: PUREZA, J. M.; ROQUE, S.; CARDOSO, K. (Orgs.). **Jovens e trajetórias de**

**violências:** os casos de Bissau e da Praia. Coimbra: CES/Almedina, 2012b. p. 57-82. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/p@x/pdf/P@x25pt.pdf>>. Acesso em: 24/out./2017.

\_\_\_\_\_. **Praia, cidade partida: apropriação e representação dos espaços.** 2011. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/3238>>. Acesso: 24/out. /2017.

\_\_\_\_\_. **Thugs: vítimas ou agentes de violência?** In: CONGRESSO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7. 2010. **Anais...** Disponível: em: <<http://portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/457/1/Thugs%20V%C3%ADtimas%20eou%20Agentes%20da%20Viol%C3%A2ncia.pdf>>. Acesso em: 24/out. /2017.

LIMA, Telma C. S.; MIOTO, Regina C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** **Revista Katálisys**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, fev./abr. 2007.

LOPES, José Vicente. **Os bastidores da Independência.** Praia: Splen, 2002.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **A ideologia alemã.** Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano, São Paulo: Boitempo, 2007. (E-Book, Coleção Marx & Engels).

\_\_\_\_\_. **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** Tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011. (E-Book, Coleção Marx & Engels).

\_\_\_\_\_. **O Capital I: crítica da economia política.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. (E-Book, Coleção Marx & Engels).

\_\_\_\_\_. **População, crime e pauperismo.** **Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, v. 20, ano X, p. 119-122, out. 2015. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.15812043580983.pdf>>. Acesso em: 09/06/2017.

MENESES, Aires B. de. **Estado, políticas públicas e desenvolvimento: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.** 2012. 288 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Estudos do Desenvolvimento, Vila Real, 2012.

MERTON, Robert K. **Estrutura social e anomia.** São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MINAYO, Maria C. S. *Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde*. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impactos da violência na saúde**, 2007. Disponível em: <[http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec\\_mulher/capacitacao\\_rede%20modulo\\_2/205631conceitos\\_teorias\\_tipologias\\_violencia.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20modulo_2/205631conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf)>. Acesso em: 12/07/2017.

\_\_\_\_\_. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. (Coleção Temas em Saúde).

\_\_\_\_\_. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (Coleção Temas Sociais).

\_\_\_\_\_. *A violência social sob a perspectiva da saúde pública*. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, sér. 1, p. 7-18, 1994.

MONTEIRO, S. et al. *Crescimento urbano espontâneo e riscos naturais na cidade da Praia - Cabo Verde*. **Caderno de Geografia**, Coimbra – FLUC, nº 30/31, p. 117-130, 2012.

NASCIMENTO, J. M. **La croissance et le système de gestion et de planification: un cas d'étude sur la Ville de Praia au Cap Vert**. Sarrebruck, 2011.

NETO, Otávio C.; MOREIRA, Marcelo R. *A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural*, **Revista de Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, p. 33-52, 1999.

NETTO, José Paulo. *Uma face contemporânea da barbárie*. **Revista Novos Rumos**, São Paulo, v. 50, n. 1, p.1-39, 2013.

\_\_\_\_\_. *Crise do capital e consequências societárias*. **Revista do Serviço Social**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set., 2012.

\_\_\_\_\_. *Cinco notas a propósito da questão social*. **Revista Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3, p. 41-49, 2001.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NSHIMYUMUREMYI, Adalbert; SIMPASA, Anthony. **Cabo Verde: Perspetivas Económicas em África**. AfDB, OECD, UNDP, 2016.

ONU. **Relatório de Progresso 2015: ODM Cabo Verde (dados referentes ao ano 2014)**. Praia: Nações Unidas/Cabo Verde, 2015. Disponível em: <<http://www.un.cv/files/Relatorio%20ODM%20Julho%202015.pdf>>. Acesso em: 09/08/2016.

\_\_\_\_\_. **Declaração dos Objetivos do Milênio**. New York: Nações Unidas, 2000. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em: 05/08/2017.

PEÇA, Marta. *Entre o real e o percebido: estudo exploratório do discurso midiático sobre a violência urbana na Praia (2005 e 2009)*. In: PUREZA, J. M.; ROQUE, S.; CARDOSO, K. (Orgs.). **Jovens e trajetórias de violências: os casos de Bissau e da Praia**. Coimbra: CES/Almedina, 2012. p. 107-146.

PNUD. **Relatório Global sobre Desenvolvimento Humano 2016: desenvolvimento humano para todos**. 2016. Disponível em: <<http://www.ao.undp.org/content/dam/angola/docs/documents/FINAL.%20PPP.%20HDR%202016%20April%2026.%202017.pdf>>. Acesso em: 08/10/2017.

\_\_\_\_\_. **Promoção da inclusão social dos jovens em Cabo Verde**. 2013. Disponível em: <[https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/CPV/Project%20Document%20Afroreggae%20DEF\\_UNDP.pdf](https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/CPV/Project%20Document%20Afroreggae%20DEF_UNDP.pdf)>. Acesso em: 08/10/2017.

RAICHELIS, Raquel. *Gestão pública e a questão social na grande cidade*. **Revista Lua Nova**, São Paulo, s/v, n. 69, p. 13-48, 2006.

ROQUE, Sílvia; CARDOSO, Katia. **Por que razão os jovens se mobilizam... ou não?** Jovens e violência em Bissau e na Praia. 12ª Assembleia Geral do CODESRIA. Yaoundé: CODESRIA, 2008.

SANTOS, Itamar R. *Aspectos da violência urbana*. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, ano 4, n. 5/6, p. 237-250, 2009.

\_\_\_\_\_. *As lutas sociais contra as violências*. **Revista Política & Sociedade**, Santa Catarina, v. 6, n. 11, p. 71-100, 2007.

\_\_\_\_\_. **Violências em tempo da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, José V. T. *A cidadania dilacerada*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 37, p. 131-148, jun., 1993.

SILVA, José F. S. *Violência e Serviço Social: notas críticas*. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 265-273, 2008.

\_\_\_\_\_. *Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o serviço social*. **Revista do Serviço Social**, Brasília, s/v., n. 19, p. 31-58, jul./dez. 2006.

STEFANI, Sílvia. *Resistência urbana e ativismo social na Praia: o caso da "Korrenti di Ativistas"*. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 31, p. 69-94, jan./jun. 2016.

\_\_\_\_\_. *Thug life e ativismo social: construções de masculinidades de protesto nos bairros populares da Cidade da Praia (Cabo Verde)*. **Novos Debates**, Brasília, v.2, n.1, p. 19-28, 2015.

TEIXEIRA, Ricardino J. D. *Estado e sociedade civil em Cabo Verde e Guiné-Bissau: Djuntamon para novas relações*. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 31, p. 116-141, jan./jun. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UN-HABITAT. *A Safe City is a Just City*. **Habitat Debates**, v. 13, n. 3, p. 1-24, 2007. Disponível em: < <http://mirror.unhabitat.org/pmss/getElectronicVersion.aspx?nr=2427&alt=1>>. Acesso em: 27/nov. /2017.

UNICEF; ICCA. *Análise de situação da criança e adolescente em Cabo Verde*. Praia: Gráfica da Praia, 2011.

VARELA, Aquilino; LIMA, Redy W. *Esferas (ocultas) de participação política dos jovens na cidade da Praia, Cabo Verde: do político ao parapolítico*. In: CUNHA, P.; BAQUERO, R. (Orgs.). **Revista Debates** (Dossiê Juventude e Política), v.8, n.º 2, p. 11-37, 2014.

VASCONCELOS, Pedro de A. *Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades*. In: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto; PINTAUDI, Silvana. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 17 – 37.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da violência 2015**: mortes matadas por armas de fogo. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República /Secretaria Nacional de Juventude /Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015.

WEBER, Max. **A política como vocação**. 1918. Disponível em: <<https://edspraca.files.wordpress.com/2012/06/weber-polc3adtica-como-vocac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: 08/06/2017.

WIEVIORKA, Michel. *O novo paradigma da violência*. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 5-41,1997.

XAVIER, Arnaldo. *A construção do conceito de criminoso na sociedade capitalista: um debate para o Serviço Social*. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 2, p. 274-282, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. **O ano em que sonhamos perigosamente**. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2012.

## APÊNDICE A – Roteiro da pesquisa documental

Roteiro da Pesquisa Documental				
Objetivos	Conteúdo	Categoria	Indicador	Documentos (Artigos; vídeos; teses de dissertação e relatórios oficiais do governo de Cabo Verde, Agências Internacionais e ONGs)
Evidenciar as condições de vida da população Residente na periferia da cidade da Praia/Cabo Verde	Situação socio-económica de Cabo Verde	Desenvolvimento social, político e económico  Situação de pobreza, desigualdade e exclusão social  Redes sociais e estrutura social.	i. Índice de Gení ii. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) iii. Taxa de natalidade iv. Esperança média de vida v. Condições de vida da população vi. Educação vii. Rendimento médio anual viii. Taxa de desemprego ix. Taxa de empregos x. Pobreza relativa xi. Índice de escolaridade xii. Saúde xiii. Assistência sócio-jurídica xiv. Saneamento básico xv. Habitação	– BANCO MUNDIAL. Cabo Verde: avaliação inicial do mercado de trabalho formal, 2010. <a href="#">[link]</a> – CABO VERDE. Documento de Estratégia, Crescimento e Redução da Pobreza II. Praia: MAHOT, 2008. <a href="#">[link]</a> – _____. Documento de Estratégia, Crescimento e Redução da Pobreza III. Praia: MAHOT, 2012. <a href="#">[link]</a> – _____. Estratégia para o Desenvolvimento da Proteção Social de Cabo Verde. Praia. <a href="#">[link]</a> – _____. Estudo Económico dos Municípios de Cabo Verde 2002-2010. Praia: MAHOT, 2010. <a href="#">[link]</a> – _____. Estudo/Diagnóstico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde. Praia: Ministério da Qualificação e Emprego, 2008. <a href="#">[link]</a> – _____. Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012-2016. Praia: Ministério da Saúde, 2012. <a href="#">[link]</a> . – _____. Programa do Governo para a VIII Legislatura 2011 – 2016. Praia: Governo de Cabo Verde, 2011. <a href="#">[link]</a> . – INECV, Estatísticas sobre condições de vida, trabalho, educação e saúde (2007-2015). Pesquisa no portal de dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. <a href="#">[link]</a> – MONTEIRO, Silva, et al. Crescimento urbano espontâneo e riscos naturais na cidade da Praia (Cabo Verde), <b>Cadernos de Geografia</b> , Coimbra, nº 30/31, p.117-130, 2011/12. <a href="#">[link]</a> – NASCIMENTO, J. M. La croissance et le système de gestion et de planification de la ville de Praia (Rep. du Cap-Vert). 2009. 358 f. Tese (Doutorado) – Université de Roen, Geographie-Amenagement du Territoire, France, 2009. – OCDE. Perspectivas económicas em África/Cabo Verde, 2009 <a href="#">[link]</a> , 2012 <a href="#">[link]</a> , 2013 <a href="#">[link]</a> , 2014 <a href="#">[link]</a> . – ONU. Relatório de Progresso 2015: ODM Cabo Verde (Dados referentes ao ano de 2014). Praia: ONU-CV, 2015. <a href="#">[link]</a> – _____. Relatório sobre o processo da saída de Cabo Verde da Categoria dos PMA. Praia: ONU-CV, 2007. <a href="#">[link]</a> – PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013. New York: PNUD, 2013. <a href="#">[link]</a> – _____. Relatório Nacional de Direitos Humanos. Praia: PNUD/CNDHC, 2010. <a href="#">[link]</a> – SILVEIRA, E. M. B. Áreas residenciais clandestinas na Cidade da Praia: Caso Latada e Achada Eugénio Lima Trás. 2011. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Pós-graduação em Ordenamento do território e Urbanismo, Lisboa, 2011. <a href="#">[link]</a> – TAVARES, A. I. P. Mudança estrutural e crescimento económico em Cabo Verde. 2012. 58 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Pós-graduação em Economia do Crescimento e das Políticas Estruturais, Coimbra, 2012. <a href="#">[link]</a>

<p style="text-align: center;">Identificar as multicausalidades das violências Urbana na cidade da Praia/Cabo Verde</p>	<p>Causas de violência na cidade da Praia</p>	<p>Acesso ao mundo do trabalho, direitos sociais e de cidadania.</p> <p>Polarização social e desequilíbrios espaciais nos territórios urbanos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Principais crimes</li> <li>ii. Causas dos crimes</li> <li>iii. Taxa de violência urbana</li> <li>iv. Taxa de homicídios por faixa etária</li> <li>v. Taxa de violência de gênero</li> <li>vi. Taxa de crimes com armas de fogo</li> <li>vii. Taxa de mortes violentas indeterminadas</li> <li>viii. Perfil dos agressores</li> <li>ix. Perfil das vítimas</li> <li>x. Serviços de saúde, assistência social e jurídica</li> </ul>	<p>— ALVES, M. A. Delinquência juvenil e criminalidade na cidade da Praia: Uma Pesquisa em torno do fenómeno "Thug" e violência urbana. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Cabo Verde, Pós-graduação em Segurança Pública, Praia, 2014. <a href="#">[link]</a></p> <p>— BORDONARO, L. I. Masculinidade, Violência e Espaço Público: Notas etnográficas sobre o bairro Brasil da Praia (Cabo Verde), Rev.Tomo, Sergipe, n. 21, p. 101-136, 2012. <a href="#">[link]</a></p> <p>— BORDONARO, L. I. Semântica da violência juvenil e repressão policial em Cabo Verde. Praia, 2010. <a href="#">[link]</a></p> <p>— CABO VERDE. A Criminalidade Urbana – Cabo Verde – 2013, TCV/Programa Grande Reportagem, Youtube, 2013. <a href="#">[link]</a></p> <p>— _____. Estatística de crimes ocorridos na cidade da Praia (período 2007-2015). Pesquisa no portal de dados estatísticos da Polícia Nacional de Cabo Verde. <a href="#">[link]</a>.</p> <p>— _____. Estudo/Diagnostico sobre o mercado de emprego em Cabo Verde. Praia: Ministério da Qualificação e Emprego, 2008. <a href="#">[link]</a></p> <p>— _____. Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012-2016. Praia: Ministério da Saúde 2012. <a href="#">[link]</a>.</p> <p>— _____. Relatório sobre a situação da justiça em Cabo Verde. Praia: Concelho Superior da Magistratura Judicial (2015/2016), 2016.</p> <p>— FERNANDES, Néilda, CARVALHO, Paulo. Território, população e desenvolvimento em Cabo Verde, Revista Desarrollo Local Sostenible, V. 7. n. 18, p. 1-12, Febrero, 2014. <a href="#">[link]</a></p> <p>— FURTADO, Cláudio; PINHEIRO, Augusto; ALMEIDA, Hélder. (Orgs.). Estudo sobre a relação da organização do espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde. Praia: MAHOT/PNUAH, 2011. <a href="#">[link]</a></p> <p>— INECV. Estatísticas sobre condições de vida, trabalho, educação e saúde. Site do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. <a href="#">[Link]</a></p> <p>— LIMA, R. W. Desigualdades sociais e violência juvenil na cidade da Praia. Praia: 2011. <a href="#">[link]</a></p> <p>— LIMA, R.W. "A (des) adequação formação/emprego em Cabo Verde". Pulsar (Tema: A política: o contrato do voto e os seus desafios), n. 1, p. 19-21, 2011. <a href="#">[link]</a></p> <p>— LIMA, Redy Wilson. Thugs: vítimas ou agentes de violência? Anais. 7º Congresso de Estudo Africanos, 2010. <a href="#">[link]</a></p> <p>— MONTEIRO, Silva; et all. Crescimento urbano espontâneo e riscos naturais na cidade da Praia (Cabo Verde), Cadernos de Geografia Coimbra, nº 30/31, p. 117-130, 2011/12. <a href="#">[link]</a></p> <p>— NASCIMENTO, J. M. La croissance et le systeme de gestion et de planification de la ville de Praia (Rep. du Cap-Vert). 2009. 358 f. Tese (Doutorado) – Université de Roen, Geographie-Amenagement du Territoire, France, 2009.</p> <p>— OIT. A proteção social em Cabo Verde: situação e desafios. OIT: Projeto STEP/Portugal, 2012. <a href="#">[link]</a></p> <p>— PROENÇA, Carlos S. A exclusão social em Cabo Verde: uma abordagem preliminar, Documentos de Trabalho nº 76, 2009. <a href="#">[link]</a></p> <p>— SILVEIRA, E. M. B. Áreas Residenciais Clandestinas na Cidade da Praia: Caso Latada e Achada Eugénio Lima Trás. 2011. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Pós-graduação em Ordenamento do território e Urbanismo, Lisboa, 2011. <a href="#">[link]</a></p> <p>— TAVARES, A. I. P. Mudança estrutural e crescimento económico em Cabo Verde. 2012. 58 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Pós-graduação em Economia do Crescimento e das Políticas Estruturais, Coimbra, 2012. <a href="#">[link]</a></p>
<p>Analisar as estratégias de enfrentamento das violências da</p>	<p>Ações do Estado e da sociedade no enfrenta-</p>	<p>Políticas e programas sociais como mecanismos de combate à violência no</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Principais grupos Thug, etc.</li> <li>ii. Secretaria de direitos humanos</li> </ul>	<p>— ALVES, M. A. Delinquência juvenil e criminalidade na cidade da Praia: uma pesquisa em torno do fenómeno "Thug" e violência urbana. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Cabo Verde, Pós-graduação em Segurança Pública, Praia, 2014. <a href="#">[link]</a></p> <p>— CABO VERDE. Estudo sobre crime e corrupção em Cabo Verde, Ministério Justiça de Cabo Verde; ONU, 2007. <a href="#">[link]</a></p>

	<p>mento da violência urbana</p>	<p>espaço urbano;</p> <p>Mecanismos de controle social</p> <p>Configuração da sociedade civil organizada contra a violência urbana</p> <p>Formas de mobilização e organização da sociedade civil na luta e enfrentamento das violências</p>	<p>iii. ONGs que atuam no enfrentamento da violência</p> <p>iv. Histórico das lutas sociais contra a violência urbana</p> <p>v. Movimentos sociais em defesa da vida</p>	<p>— _____. Relatório sobre a situação da justiça em Cabo Verde. Praia: Conselho Superior da Magistratura Judicial (2015/2016), 2016.</p> <p>— CABRAL, M. C. Os pressupostos teóricos e empíricos do plano estratégico da segurança interna de Cabo Verde e os seus dissensos conceituais, 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Cabo Verde, Pós-graduação em Segurança Pública, Praia, 2013. <a href="#">[link]</a></p> <p>— LIMA, R. W. "A gestão das crianças em situação de rua e o surgimento do 'estado serviço social' em Cabo Verde". In: MULLER, V. (Org.), Crianças dos países de língua portuguesa: histórias, culturas e direitos. Maringá: Eduem, 2011, p. 107-138. <a href="#">[link]</a></p> <p>— LIMA, R. W. Praia, cidade partida: apropriação e representação dos espaços. ISCJS - Serviço Social: Praia, 2015. <a href="#">[link]</a></p> <p>— LIMA, R.W. "Jovens e processos de afirmação na cidade da Praia, Cabo Verde". P@X (Tema: Contestação e transformação política: uma exploração dos padrões em diferentes países e regiões), n. 25, 2014, p. 16-17. <a href="#">[link]</a></p> <p>— MONTEIRO, Silva; et al. Crescimento urbano espontâneo e riscos naturais na cidade da Praia (Cabo Verde), <b>Cadernos de Geografia</b>, Coimbra, nº 30/31, p. 117-130. 2011/12. <a href="#">[link]</a></p> <p>— OVERSEAS SECURITY ADVISORY COUNCIL (OSAC). Cabo Verde 2013 <a href="#">[link]</a> e 2015 <a href="#">[link]</a>: Crime and Safety Report. Pesquisa no portal de dados estatísticos do Bureau of Diplomatic Security, U.S. Department of State.</p> <p>— PUREZA, José M.; ROQUE, Sílvia; CARDOSO, Katia (Orgs.). Jovens e trajetória de violência: os casos de Bissau e Praia. Coimbra: Almedina, 2012.</p> <p>— SOUSA, Nardi. A outra face do janus cabo-verdiano: uma análise crítica da violência juvenil em Cabo Verde, <b>Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais</b>, a. 1, n. 1, 2013. <a href="#">[link]</a></p> <p>— STEFANI, Sílvia. Resistência urbana e ativismo social na Praia: o caso da "Korrenti di Ativiztas". <b>Cadernos de Estudos Africanos</b>, v. 31, p. 69-94, 2016. <a href="#">[link]</a></p>
--	----------------------------------	---	--	---